



# RELATÓRIO & CONTAS DEZEMBRO 2016

Toyota Caetano Portugal, S.A.

# ÍNDICE

**01**

GERAL  
P. 3

**02**

RELATÓRIO  
ÚNICO DE  
GESTÃO  
P. 7

**03**

CONTAS  
INDIVIDUAIS  
P. 27

**04**

CONTAS  
CONSOLIDADAS  
P. 77

**05**

PARECERES  
P. 133

**06**

GOVERNO  
DA SOCIEDADE  
P. 147

1



GERAL

## CORPOS SOCIAIS

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

**José Lourenço Abreu Teixeira**

Presidente

**Manuel Fernando Monteiro da Silva**

Vice-Presidente

**Maria Olívia Almeida Madureira**

Secretário

**Jorge Manuel Coutinho Franco da Quinta**

Secretário

### CONSELHO FISCAL

**José Domingos da Silva Fernandes**

Presidente

**Alberto Luís Lema Mandim**

Vogal

**Daniel Broekhuizen**

Vogal

**Maria Lívia Fernandes Alves**

Suplente

**Kenichiro Makino**

Suplente

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**José Reis da Silva Ramos**

Presidente

**Maria Angelina Martins Caetano Ramos**

Vogal

**Salvador Acácio Martins Caetano**

Vogal

**Miguel Pedro Caetano Ramos**

Vogal

**Nobuaki Fujii**

Vogal

**Matthew Peter Harrison**

Vogal

**Rui Manuel Machado de Noronha Mendes**

Vogal

### REVISOR OFICIAL DE CONTAS

**PricewaterhouseCoopers & Associados**

**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**

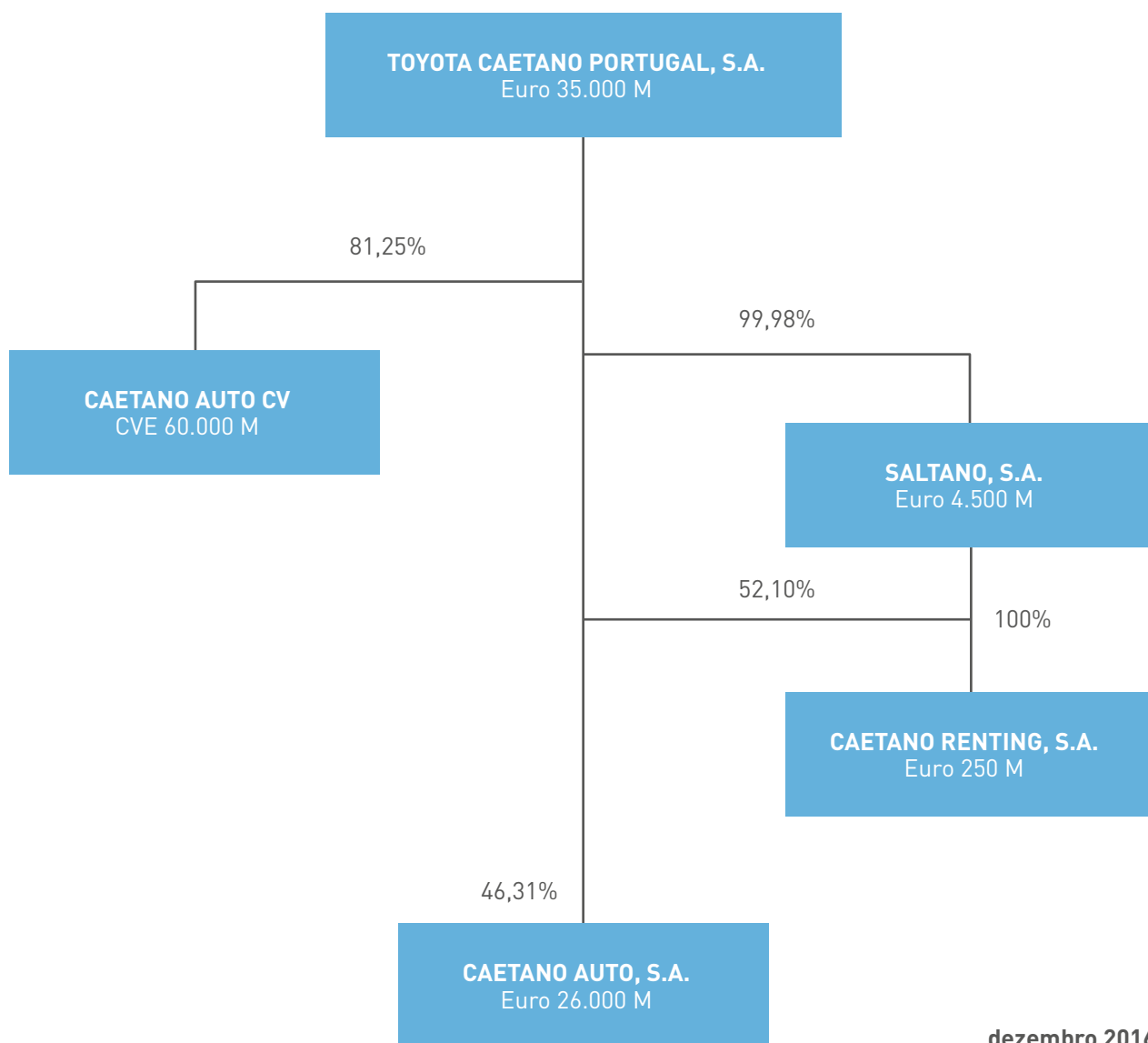
Representada por **José Pereira Alves** ou por **José**

**Miguel Dantas Maio Marques**

**António Joaquim Brochado Correia**

Suplente

## ÁRVORE DO GRUPO



dezembro 2016

## INFORMAÇÃO GERAL

### SEDE

Avenida Vasco da Gama, 1410  
4431-956 Vila Nova de Gaia  
Telef. 22 7867000 – Fax 22 7867215

### UNIDADE FABRIL DE OVAR

Estrada Nacional 109 - Nr. 1427 - 3885 - 100 Arada  
Telef. 256 790 000 - Fax. 256 790 008

### DIREÇÃO REGIONAL SUL

Carregado  
Estrada nacional 3 - Km 1 - 2580-595 Carregado  
Telef. 263 857 244 - Fax 263 857 204

Data de Constituição: 4 de julho de 1946

N.I.P.C. 500 239 037

Conservatória Registo Comercial de Vila Nova de Gaia N° 500239037

Capital Social: EUR 35 000 000

Admitida à cotação a totalidade do Capital Social na Bolsa de Valores de Lisboa

2



## RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO



## MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2016 ficou marcado por uma ligeira recuperação do mercado, algo que já se vinha a sentir desde 2015. Embora o clima de confiança económica tenha melhorado, os indicadores da atividade comercial não registaram ainda o crescimento que era importante ter-se verificado.

Do ponto de vista legislativo, Portugal iniciou literalmente o ano de 2016 com um novo Governo, que conseguiu manter o contexto político e socioeconómico relativamente estável. A manutenção desta conjuntura é fundamental para que o país e as suas Empresas possam desenvolver o seu trabalho com equilíbrio, competitividade e para que se possa retomar a confiança dos parceiros e investidores internacionais.

Para além disso, é essencial reforçar que a confiança dos investidores internacionais também se conquista com a firmeza do próprio setor automóvel, que não deverá estar constantemente exposto a consecutivas alterações da legislação e variações da carga fiscal. Com efeito, não raras vezes somos confrontados de forma inesperada com novas medidas que comprometem a gestão corrente, o cumprimento dos planos de negócio e a nossa credibilidade junto de quem aposta no nosso trabalho.

Apesar destas vicissitudes, podemos afirmar que a Toyota veio para ficar e ficou mesmo. Este ano celebramos o 48º aniversário desde que passamos a representar a marca em Portugal. À medida que caminhamos para o meio século de existência da agora designada Toyota Caetano Portugal, colocam-se novos desafios para o negócio com as iminentes normas Europeias de emissões que estão a estimular a produção de veículos com combustíveis alternativos, assentes em versões híbridas, híbridas plug-in, elétricas e a célula de combustível, na maioria das quais a Toyota e Lexus têm sido precursoras.

Relativamente à atividade comercial da Toyota Caetano Portugal em 2016, assistimos ao crescimento de 4% face a 2015 na venda de veículos, com uma quota de mercado fixada nos 4,1%, particularmente justificado pelo aumento significativo das vendas nos últimos meses do ano. Este resultado deve-se sobretudo ao empenho e dedicação de uma equipa de trabalho comprometida com os objetivos da marca.

No que se refere à nossa atividade industrial, fechamos o ano com um total de 1823 unidades produzidas do Toyota Land Cruiser 70, modelo em produção na Fábrica de Ovar da Toyota Caetano Portugal. Este resultado é muito representativo, pois continua a provar a nossa capacidade para responder ao desafio que nos foi confiado pela Toyota Motor Corporation em 2015. Recordo que este projeto nasceu num ambiente de austeridade e precariedade nacional. Mesmo assim, decidimos apostar na produção do Toyota Land Cruiser 70 para o mercado Sul Africano pelo seu valor e interesse estratégico para a economia portuguesa, demonstrando mais uma vez que estamos no caminho certo para garantir a sustentabilidade e crescimento operacional da nossa Fábrica, a qual desde sempre se tem destacado pelos mais elevados parâmetros de qualidade e excelência no seio da Toyota a nível mundial.



Na atividade de Veículos Industriais, voltamos a afirmar a nossa liderança com uma quota de mercado superior a 30%.

Estes números demonstram a capacidade da Toyota Caetano Portugal em responder assertivamente aos desafios com que é confrontada, convertendo os mesmos em oportunidades de valor acrescentado.

Quero destacar o contributo das nossas Pessoas, uma equipa apaixonada, cooperante e empenhada em fazer crescer a Toyota nas suas diferentes áreas de negócio em Portugal. São estes os princípios que nos diferenciam e que diariamente afirmam o nosso desempenho e capacidade para desenvolver a nossa atividade com rigor e excelência.

2017 será certamente um ano de esperança e com desafios de maior exigência. Temos como certo um cenário político de muitas incertezas no contexto europeu e mundial, pelo que uma das nossas principais preocupações é que se tomem medidas para fomentar o crescimento da atividade económica, salvaguardando o investimento das Empresas.

Os modelos de negócio automóvel estão a mudar, e é necessário que as nossas Empresas se adaptem à utilização crescente dos novos canais digitais. Numa época em que os hábitos e perfis de consumo são cada vez mais diferenciados, exigindo informação sobre produtos e serviços em tempo real, assim como criatividade para nos diferenciarmos, a digitalização traz consigo a necessidade de desenvolvimento de uma estratégia integrada de negócio centrada no Cliente. Devemos utilizar as oportunidades da digitalização para acrescentarmos valor às nossas operações e, assim, superarmos as expectativas e deslumbramos os nossos Clientes.

Para o novo ano reafirmo o nosso compromisso e empenho para continuarmos a crescer de forma sustentável, responsável e sempre orientados para a criação de valor na forma como desenvolvemos os nossos negócios e na relação de confiança que desde sempre preconizamos junto dos nossos Colaboradores, Clientes e Parceiros.

**José Ramos**

(Presidente & CEO Toyota Caetano Portugal)

## INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto no artigo 245º, número 1, alínea a) do Código dos Valores Mobiliários foi elaborado o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados a seguir apresentados, bem como os respetivos Anexos em concordância com o disposto nos artigos 447º e 448º do Código Soc. Comerciais. Para cada uma das Empresas integrantes do perímetro de consolidação da Toyota Caetano Portugal, será apresentada uma indicação dos principais acontecimentos ocorridos no período e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras.

## TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

### ATIVIDADE INDUSTRIAL

#### UNIDADE FABRIL DE OVAR

A Fábrica de Ovar registou em 2016, na sua atividade principal, uma produção de 1.823 unidades do modelo Land Cruiser 70. Este volume foi 12% superior ao volume registado em 2015.

Na atividade “Pre Delivery Inspection” foram transformados/preparadas 3.733 unidades. Esta descida de produção teve como origem a incorporação de menos acessórios e alguns destes passarem a ser incorporados nos concessionários.

Durante o primeiro semestre, reforçamos o enfoque na formação, através do projeto de desenvolvimento de multiskill, capaz de aumentar as competências dos seus colaboradores e a capacidade da Fábrica.

Este ano, realizamos as alterações no produto (Minor Change) e fortalecemos as atividades de aumento de eficiência e redução de custos.

PRODUÇÃO	2016	2015	2014	2013	2012
Unidades Físicas Toyota	1.823	1.629	1.664	1.111	1.381
Unidades Físicas Transformadas	3.773	4.353	3.271	2.339	2.174
Total Colaboradores	186	192	170	181	190

O ano de 2016 foi ainda marcado pelos seguintes acontecimentos:

- Produção acumulada de 300.000 Unidades montadas na Fábrica, no dia 5 fevereiro 2016;
- Novo banco de horas assinado entre Colaboradores e Empresa, permitindo flexibilização do trabalho para responder às necessidades e flutuações do mercado.
- Auditoria da APCER no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental ISO 14001 (renovação) e da Qualidade ISO 9001 (seguimento), nos dias 23, 24 e 27 de maio.
- Auditoria de Avaliação aos riscos de incêndio a que a instalação está exposta e a sua capacidade de resposta em cenários críticos (Risk Assesment), coordenada pela TME com o apoio da Tokyo Marine Kiln.
- Primeira Auditoria Toyota European Safety Management System, à Segurança, nos dias 6 e 7 dezembro.

## PERSPETIVAS

Prevê-se para o próximo ano um volume de produção de acordo com o realizado em 2016. Este volume será afetado por uma nova Minor Change do produto Land Cruiser a realizar-se no 2º semestre. Será também um ano para a consolidação dos projetos em curso que permitirão o aumento sustentado da eficiência da Fábrica.

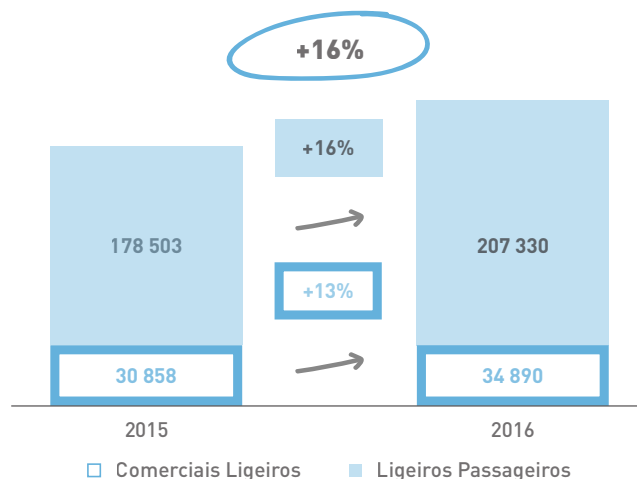
## ATIVIDADE COMERCIAL

### ENQUADRAMENTO DO MERCADO LIGEIOS

O ano de 2016 apresentou crescimento face ao verificado em 2015, com um acréscimo de 16%, totalizando 242.220 unidades comercializadas.

As viaturas de passageiros e as viaturas comerciais ligeiras registaram um comportamento positivo face ao período homólogo, com uma variação positiva de 16% e 13%, respetivamente.

#### Evolução Mercado



De destacar, como fatores justificativos do desempenho/crescimento do mercado:

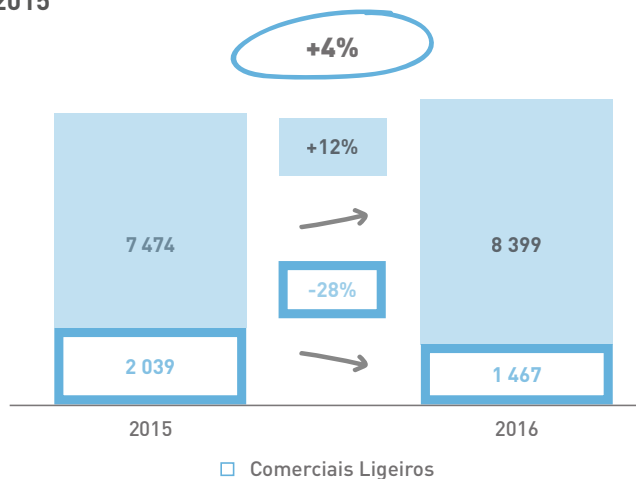
1. No ano de 2016, Portugal registou uma melhoria nos principais indicadores macroeconómicos, que acabaram por registar valores positivos, salientando-se a evolução dos índices de confiança do consumidor e do PIB.
2. De salientar o impacto no mercado dos rent-a-car, bem como a forte agressividade colocada particularmente nos segmentos B e C.

### VIATURAS TOYOTA

Em 2016, as vendas Toyota apresentaram um crescimento de 4% no seu total, atingindo as 9.866 unidades, traduzindo-se numa quota de mercado de 4,1%.

O desempenho Toyota foi distinto consoante estejamos a falar de Ligeiros de Passageiros ou de Comerciais Ligeiros:

#### Evolução Toyota: 2016 vs 2015



- (1) Nos Ligeiros de Passageiros, a Toyota apresenta um crescimento de aproximadamente 12%, com uma quota de 4,1%. Este facto resulta em grande parte da performance dos modelos de volume Yaris e Auris.

De salientar o desempenho dos modelos AYGO e RAV4, que tiveram uma performance positiva quer ao nível do volume, quer da quota de mercado. Com especial destaque, verificamos o forte crescimento das viaturas híbridas (+61% face a 2015), que já representam mais de 25% do total das vendas de passageiros da marca.

(2) Nas Viaturas Comerciais Ligeiras, a Toyota apresenta uma quota de mercado de 4,2%.

Nota: No final de 2015, a Toyota deixou de comercializar o modelo Dyna.

Para 2017, as prioridades e os objetivos globais definidos passam por:

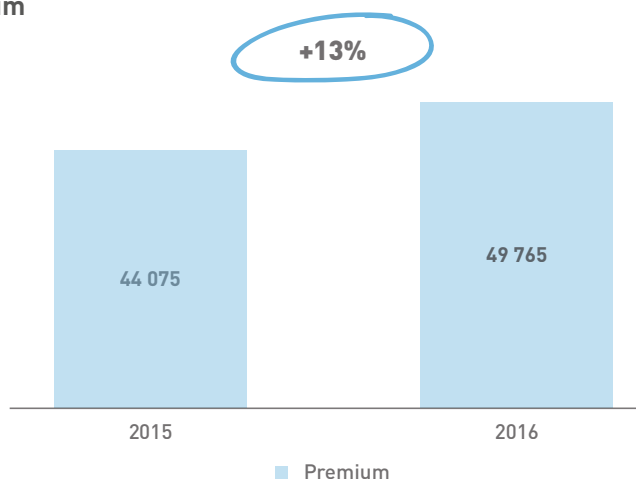
- Capitalizar os modelos mais representativos em termos de vendas - Yaris e Auris, baseado no lançamento do Novo Yaris e no lançamento de uma série especial Auris;
- Lançamento do Novo Modelo C-HR, que representa o alargamento da gama Toyota ao importante segmento C-Crossover, (oferta da única motorização híbrida neste segmento) um dos segmentos com maior crescimento nos últimos anos;
- Potenciar as vendas ao Cliente Empresa (segmento mais representativo do mercado automóvel);
- Reforçar a imagem e valor da Marca através da Inovadora Tecnologia Híbrida, sustentada pelo lançamento da Nova Geração Prius Plug-in e do Novo Modelo C-HR;
- Potenciar a gama de comerciais, renovada em 2016 com as Novas Gerações dos modelos Proace e Hilux.

## ENQUADRAMENTO DO MERCADO PREMIUM

O Mercado Premium (nos dias de hoje, coloca-se a questão de qual o verdadeiro conceito de Marca Premium) registou também uma evolução positiva face ao ano anterior, apresentando um crescimento de 13% e totalizando 49.765 unidades comercializadas.

O Mercado Premium representa cerca de 24% da totalidade do mercado de passageiros.

### Evolução Mercado Premium



## VIATURAS LEXUS

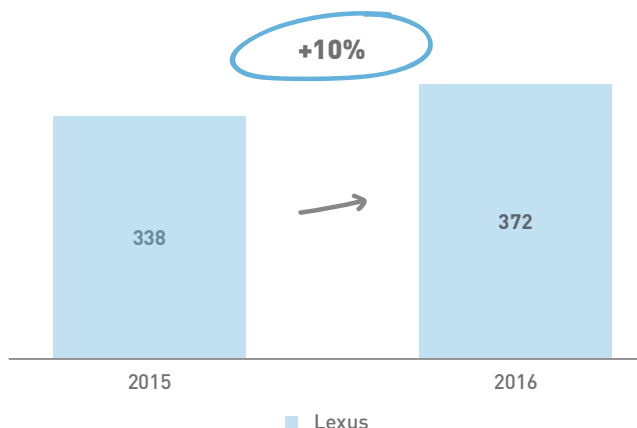
Num ambiente concorrencial complexo, com uma intensa agressividade comercial dos concorrentes nos segmentos C-Premium e D-Premium, a marca Lexus, somente com oferta Híbrida em todos os seus modelos, apresentou um crescimento de 10%.

Em 2016, a Lexus registou 372 matrículas, traduzindo-se numa quota de 0,7% no Mercado Premium.

Para o acréscimo nas vendas da Lexus em 2016, foram determinantes os desempenhos dos novos modelos RC e GS.

O modelo IS, que representa cerca de 30% das vendas Lexus, esteve em 2016 no final de ciclo de modelo, uma vez que será renovado no início de 2017, situação que de alguma forma limitou um maior potencial de crescimento.

### Evolução Lexus: 2016 vs 2015



Para 2017, os objetivos globais definidos passam por:

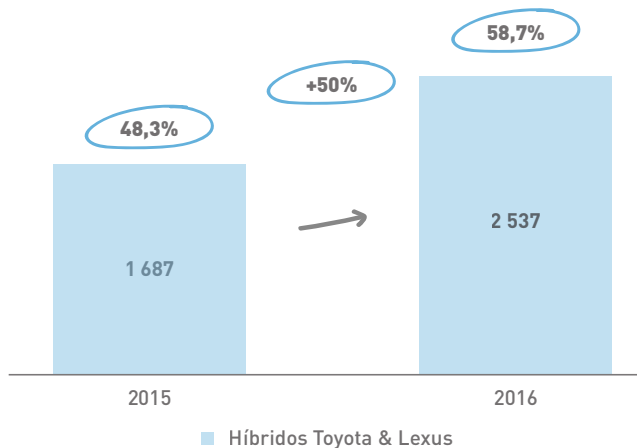
- Reforçar o posicionamento de inovação, alavancado na oferta alargada e exclusiva de viaturas híbridas com design avançado;
- Lançamento de novos produtos: novo IS 300h, novo coupé híbrido de alta performance LC 500h e a berlina topo de gama da marca, LS 500h;
- Capitalizar os modelos mais representativos em termos de vendas – CT 200h, IS 300h e NX 300h.

### EVOLUÇÃO VENDAS HÍBRIDAS TOYOTA E LEXUS

Em 2016, foi de destacar uma vez mais o desempenho dos Híbridos Toyota e Lexus que registaram um crescimento de 50% face a 2015, que se traduziu numa quota de mercado das viaturas híbridas de 58,7%. Em 2016, as viaturas híbridas representaram já 28,9% (+7 p.p. vs 2015) das vendas de ligeiros de passageiros Toyota e Lexus.

Este desempenho ficou a dever-se a uma ampla e renovada oferta de viaturas híbridas, num total de 13 modelos – 7 Toyota e 6 Lexus – e ao enfoque na divulgação e promoção dos benefícios da tecnologia híbrida.

### Evolução Toyota e Lexus Híbridos: 2016 vs 2015



Fonte: ACAP

Perspetiva-se para 2017 a continuação do crescimento das vendas de viaturas híbridas a um ritmo substancialmente superior ao crescimento do mercado.

## PERSPETIVAS

Dada a conjuntura económica atual e atendendo às previsões do Banco de Portugal publicadas no último Boletim Económico de dezembro, o ano de 2017 perspetiva-se como sendo um ano mais positivo:

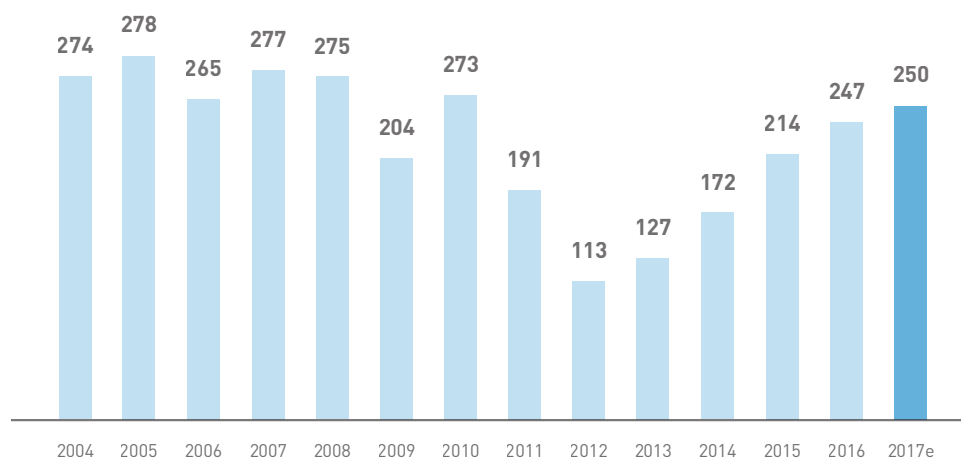
PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL 2016 - 2018 TAXA DE VARIAÇÃO, EM PORCENTAGEM	BE DEZEMBRO 2016		
	2016	2017	2018
PIB	1,2	1,4	1,5
Consumo Privado	2,1	1,3	1,4
Consumo Público	1,0	0,0	0,4
FBCF	-1,7	4,4	4,3
Procura interna	1,2	1,5	1,7
Exportações	3,7	4,8	4,6
Importações	3,5	4,8	4,9
IHPC	0,8	1,4	1,5

É expectável, para a totalidade dos indicadores, uma evolução positiva quando comparada com o ano de 2016.

Face a este enquadramento, a previsão de Mercado para 2017 assume um crescimento de 1% face ao ano anterior, situando-se em torno das 250.000 unidades:

### Evolução Mercado Automóvel

em milhares



Face às condições descritas, o objetivo para 2017 é de 10.720 unidades, Toyota e Lexus, representando este valor um acréscimo de 5% comparativamente ao ano de 2016 e resultando numa quota de mercado de 4,4%.

## APÓS VENDA

No ano de 2016, a faturação global da Divisão Após Venda totalizou mais de 34 milhões de Euros. Este valor inclui os serviços “Extensão de Garantia +” e “Assistência Total”, cuja faturação no ano de 2016 encerrou com 1MEuros. Foram ainda faturados 4.3 MEuros em peças para garantias.

A atividade comercial de peças (genuínas & incorporação nacional), que exclui os acessórios, as garantias e os serviços, ascendeu a cerca de 26 MEuros. Este valor representa um crescimento de 2,5% face ao ano de 2015.

Atendendo à redução e envelhecimento do parque Toyota, este crescimento foi um excelente resultado e implicou um forte aumento da retenção de clientes. Como reconhecimento desta evolução e dos resultados obtidos, a Toyota Motor Europe premiou a Toyota Caetano Portugal (TCAP) com o prémio da Melhor Estratégia e Resultados da Cadeia de Valor Após Venda, a nível Europeu.

A faturação de acessórios (que inclui o merchandising) totalizou cerca de 3MEuros em 2016. Estas vendas ultrapassaram em 13,9% os valores obtidos no ano anterior, e implicaram igualmente um crescimento na incorporação por viatura nova vendida.

Durante o ano de 2016, o parque Toyota em circulação manteve uma tendência de diminuição e envelhecimento à semelhança da evolução do parque circulante global nacional. Apesar disso, a TCAP assumiu o seu empenho na dinamização de programas que contrariam essa tendência.

O foco manteve-se na retenção dos clientes à oficina Toyota por via dos seguintes projetos:

- Nova edição do desafio anual VCI (Value Chain Index) para o ano de 2016. Esta iniciativa incentiva os concessionários Toyota a atingirem bons desempenhos em alguns indicadores estratégicos para o negócio do Após Venda. São esses indicadores: os programas proativos de aviso ao cliente, o processo de receção ativa, os serviços de retenção de clientes (seguros, contratos de manutenção, Apoio 24, ...), a dinamização da venda de acessórios, a implementação do serviço para híbridos, bem como itens técnicos.
- Extensão da oferta do Serviço 5+ (destinado a clientes possuidores de viaturas com mais de 5 anos). Em 2016, para além de preços fixos na mudança de óleo e filtro, passam a haver preços nacionais também para as embraiagens, amortecedores e correias de distribuição.
- Prolongamento da oferta do contrato de manutenção 3anos/45.00Km na aquisição dos modelos Auris, Verso e Corolla. Os Contratos de Manutenção, que garantem a visita das viaturas Toyota às oficinas da rede, são atualmente a principal ferramenta de retenção de clientes.
- Criação do opcional Adblue, nos contratos de manutenção, para os novos modelos de combustível diesel. Este opcional garante o abastecimento da solução Adblue nas oficinas Toyota.
- Lançamento do Programa de Acessórios para 2016 (Incentivo Extra), com vista à dinamização da venda destes produtos.
- Mais uma inovação nos postais de aviso, com a criação de um novo segmento para frotas. O postal “Business Plus” destina-se a clientes frotas, com 10 ou mais viaturas. Tal como nos outros postais, pretende-se convidá-los a realizar a pré-inspeção e/ou Revisão Programada prevista para os dois meses seguintes.
- Desenvolvimento dos Contratos de Manutenção para as novas gerações Hilux e Proace e novo modelo C-HR.
- Divulgação contínua do negócio dos pneus, inserido em campanhas específicas das diversas marcas.
- Lançamento de uma campanha de Escovas e Borrachas Limpa Para-Brisas. Para além de aumentar a venda destas peças, pretende-se também aumentar os níveis de deteção de oportunidade de venda durante o processo de receção.
- Relançamento do serviço de Reparação de Pequenos Danos. Tal como no ponto anterior, a Receção é o momento ideal para identificação de oportunidades para aplicação deste serviço.
- Lançamento de novos produtos reconicionados: turbos e motores de arranque, e de produtos Optifit: jogos de calços e discos de travão.
- Seguindo o exemplo de sucesso do ano anterior, decorreu a 12 de novembro o “Toyota Day”, evento dedicado ao cliente Toyota, único e transversal a toda a rede. Estiveram presentes 2.767 clientes nas 56 oficinas aderentes.
- Lançamento do Merchandising Oficial Toyota, com os produtos “Heritage”. Estes produtos, de qualidade elevada, são produzidos de raiz com personalização “Toyota”.

## MÁQUINAS INDUSTRIAIS

### EQUIPAMENTO INDUSTRIAL TOYOTA

	MERCADO			VENDAS TOYOTA + BT				
	'15	'16	VARIACÃO %	'15		'16		VARIACÃO %
				QT	QUOTA	QT	QUOTA	
Empilhadores Contrabalançados	1.025	1.173	14,4	295	28,8	324	27,6	9,8
Equipamento de armazém	1.856	1.442	-22,3	870	46,9	499	34,6	-42,6
<b>TOTAL MMC</b>	<b>2.881</b>	<b>2.615</b>	<b>-9,2</b>	<b>1165</b>	<b>40,4</b>	<b>823</b>	<b>31,5</b>	<b>-29,4</b>

### MERCADO

No ano de 2016, o mercado de Máquinas de Movimentação de Carga registou um decréscimo de 9,2%. Esta contração verificou-se apenas no segmento de equipamento de armazém e reflete um ajuste para valores considerados normais, visto que em 2015 o seu crescimento resultou essencialmente de um grande negócio de frota.

Relativamente ao segmento de Empilhadores Contrabalançados o mercado registou um crescimento de 14,4%, que se consubstancia numa melhoria das condições económicas, nomeadamente na área da indústria.

### VENDAS TOYOTA + BT

Relativamente às vendas de Empilhadores Contrabalançados Toyota, registou-se um crescimento de 9,8% comparativamente com igual período do ano anterior, situando a nossa quota de mercado nos 27,6%.

Quanto às vendas de Equipamentos Armazém BT, verificou-se um decréscimo de 42,6%, situando-se a nossa quota de mercado nos 34,6%. Este decréscimo é justificado pelo facto descrito na análise de mercado, uma vez que foi a BT a concretizar o grande negócio de frota ocorrido em 2015.

No entanto, em termos de ranking de vendas, a Toyota + BT manteve a liderança de Mercado de Máquinas de Movimentação de Cargas com uma quota de mercado de 31,5%, bem destacado do 2º lugar, que registou uma quota de 18,7%.

### PERSPETIVAS

Face à atual conjuntura económica, e às perspetivas de crescimento entendemos que em 2017 se verificará uma estabilização do mercado ou um ligeiro crescimento, sem grandes oscilações.

Relativamente ao desempenho da Toyota + BT, perspetivamos manter a liderança de mercado, ainda que seja um objetivo desafiante, uma vez que a agressividade das marcas concorrentes se tem intensificado bastante nos últimos tempos.

## QUALIDADE & AMBIENTE

Ciente do seu papel na comunidade onde está inserida, a Toyota Caetano Portugal tem priorizado ao longo dos anos a implementação de uma política de transparência e abertura, materializando a sua estratégia de sustentabilidade, numa gestão ética, social e ambientalmente correta.

Durante o ano de 2016, o reconhecimento da estratégia definida encontra-se bem patente nas ações implementadas e nos resultados obtidos:

- No âmbito do seu Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Ambiente, destacou-se a realização de auditorias internas e externa (entidade certificadora – SGS), consolidando as práticas de gestão de excelência baseadas nos referenciais normativos ISO 9001 e ISO 14001.



- Pelo terceiro ano consecutivo, a Toyota Caetano Portugal participou no relatório anual sobre Desenvolvimento Sustentável “Carbon Disclosure Project” (CDP), promovendo a transparência corporativa e a contabilização da pegada de carbono da organização. O resultado alcançado em 2016 foi A-. (A missão do Carbon Disclosure Project (CDP) é compilar e distribuir informação de alta qualidade que motive os investidores, as empresas e os governos a adotar medidas de promoção do desenvolvimento sustentável e competitividade empresarial.)
- O posicionamento da tecnologia híbrida encontra-se na base das propostas de mobilidade sustentável que a Toyota disponibiliza. Juntamente com a Toyota Motor Europe, a Toyota Caetano Portugal tem vindo a desenvolver uma forte estratégia de massificação de carros híbridos e plug-in no mercado nacional, contribuindo amplamente para uma direta e efetiva redução de emissões de CO<sub>2</sub>, aumentando a penetração desta tecnologia no mercado nacional.

## RECURSOS HUMANOS

### GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Ao longo de 2016, e um ano após a reestruturação da área de Recursos Humanos, deu-se continuidade ao desenvolvimento e implementação de uma estratégia de organização e gestão integrada de Pessoas.

No que diz respeito às prioridades de atuação, salientamos a redefinição dos principais processos, políticas e práticas de gestão de pessoas, coerente com os objetivos do negócio.

Neste domínio, procedemos à revisão do modelo corporativo organizacional, assente no mapeamento e atualização do descritivo de funções e no desenvolvimento de um novo sistema de gestão de desempenho, carreira e benefícios. Para além do apoio sustentado e transparente à gestão, estas novas políticas corporativas reforçam o compromisso da Organização com a retenção e atração de talento.

A revisão do sistema de avaliação de desempenho foi uma das prioridades ao longo de 2016. Trata-se de uma componente essencial para o alinhamento do papel de cada Colaborador com os objetivos e Valores da Toyota Caetano Portugal, procurando responsabilizar e comprometer todos os intervenientes no desempenho das nossas Pessoas.

Outro projeto de destaque foi a atualização do procedimento de acolhimento e integração, que estará pronto a implementar na Toyota Caetano Portugal no primeiro trimestre de 2017. Trata-se de um programa que serve de orientação para quem está a dar os primeiros passos na Empresa. Para além da apresentação da Toyota Caetano Portugal, inclui a partilha de conhecimentos sobre o trabalho a desenvolver pelos novos Colaboradores, bem como formação sobre os principais conceitos de Qualidade, Segurança e Ambiente no Trabalho.

Paralelamente, desenvolvemos novas ferramentas digitais que permitem a aceleração, simplificação e desmaterialização destes processos. Exemplo disso são as novas funcionalidades disponíveis no Portal do Colaborador através do “Business Project Management”.

A par da digitalização, a área administrativa começou a implementar o Kaizen diário na sua estrutura; uma metodologia que já tem mostrado resultados no aumento da eficiência das Equipas, na redução de desperdícios e na melhoria da qualidade de serviço deste setor, e que será agora alargada às restantes áreas.

2016 foi ainda o ano de reforço da cultura corporativa através da implementação de um plano estratégico para promover uma gestão por Valores, baseado em ações de formação e iniciativas internas com o objetivo de fomentar o sentido de pertença, orgulho e envolvimento. No âmbito deste plano, foi criado o Clube Ser, que surge com o intuito de partilhar um conjunto de benefícios que visam melhorar a qualidade de vida dos Colaboradores no trabalho e reforçar sentimentos de bem-estar e motivação.

Este programa baseia-se numa estratégia mais ampla de conciliação da vida pessoal e profissional dos Colaboradores. Neste sentido, está previsto um conjunto de medidas na área de saúde e bem-estar, família e crescimento, comunidade e cidadania e jurídico financeira.

Em articulação com os objetivos estratégicos de negócio, a nossa aposta traduz-se no contributo para o excelente desempenho dos indicadores chave de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, que a seguir apresentamos.

No que concerne ao Quadro de Pessoal, no global, registou-se um ligeiro aumento em relação ao ano de 2015.

<b>Nº COLABORADORES</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - GAIA	251	253	269
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - OVAR	170	192	185
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - LISBOA	73	73	73
<b>TOTAL</b>	<b>494</b>	<b>518</b>	<b>527</b>

A idade média do Colaboradores manteve-se em valores próximos dos anos anteriores.

<b>IDADE MÉDIA</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - GAIA	45,86	46,20	45,86
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - OVAR	44,32	43,48	45,18
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - LISBOA	44,12	43,77	44,44
<b>MÉDIA / TOTAL</b>	<b>45,07</b>	<b>44,85</b>	<b>45,42</b>

Fruto das alterações de negócio na fábrica da Toyota em Ovar que iniciou em 2015 a montagem do modelo Land Cruiser para a África do Sul, o número de estágios registou um decréscimo.

Relativamente à formação de ativos, destacamos o programa de Gestão de Equipas e Liderança, tendo por objetivo o alinhamento em termos de atitude e comportamentos de gestão de Pessoas, em articulação com a Cultura da Empresa.

Em 2016, a formação de jovens apostou na diversificação de qualificações com os novos cursos de Reparação e Pintura para dar resposta às necessidades do Setor. Nos nossos cinco polos de Ensino e Aprendizagem, que resulta de uma parceria com o IEFP com mais de 30 anos, a taxa de empregabilidade média é acima dos 95%, um indicador que faz dos nossos centros de formação uma referência ao nível da formação profissional no país.

O quadro seguinte evidencia a atividade de formação realizada quer pelos Colaboradores e pelos Jovens:

<b>FORMAÇÃO COLABORADORES</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Nº Participantes	456	516	550
Volume de Formação (horas)	16.222	19.141	24.251
<b>FORMAÇÃO DE JOVENS (APRENDIZAGEM)</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Nº Participantes	535	497	579
Volume de Formação (horas)	596.957	618.815	664.506

Finalmente, destacamos ainda o trabalho desenvolvido no âmbito da responsabilidade social. Ao longo do ano, foram desenvolvidas iniciativas educativas com a comunidade local, em particular a ação do Porto Futuro, programa em que durante um dia os jovens experimentam um posto de trabalho dentro da Toyota Caetano Portugal, e que visa aproximar os estudantes do mundo do trabalho e da vida empresarial.

Em 2016, as políticas e iniciativas integradas de Marketing Interno e Gestão de Pessoas continuam a ter como objetivo primordial a valorização e retenção de Capital Humano com Elevado Potencial e Desempenho, tornando a TCAP numa excelente Empresa para se trabalhar.

## CAETANO AUTO, S.A.

Segundo dados do Banco de Portugal, a economia portuguesa registou em 2016, e perspectiva-se que continue a registar nos próximos anos, uma trajetória de recuperação moderada suportada no crescimento das exportações, na redução do endividamento e na moderação do consumo privado, alicerçando assim um padrão de crescimento sustentado acompanhado igualmente de uma melhoria gradual do mercado de trabalho.

O Banco de Portugal estima também que o crescimento de 1,2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) registado em 2016 deverá acelerar para 1,4 em 2017 e 1,5 nos dois anos seguintes.

Neste contexto, a Caetano Auto em 2016 alcançou um resultado antes impostos de cerca de 1MEuros, contra os 416KEuros registados em período homólogo de 2015.

Na área das vendas de viaturas a Caetano Auto faturou 9.528 unidades, sendo 4.354 novas e 5.174 usadas. De realçar a importância do negócio de usados quer pelo seu peso no total das vendas globais, quer também pelo aspeto facilitador da entrada de clientes, quer na marca Toyota quer na marca Lexus, concretizando a sua primeira compra em viaturas seminovas.

Nos serviços de após venda, apesar da redução do parque automóvel dos últimos anos, a faturação da Caetano Auto em 2016 ultrapassou os 50 milhões de Euros (os quais englobam além da mecânica, a Caetano Glass, como marca própria de reparação e substituição de vidros automóveis e a colisão pela grande reparação de sinistros).

Em 2016, a Caetano Auto deixou de operar em Castelo Branco, Viana do Castelo, Penafiel e Portimão, numa operação de reestruturação interna visando sobretudo a criação de maior foco nos mercados mais representativos.

Nesse sentido, inauguramos uma instalação com todas as valências em Santa Maria da Feira, já quase no final do ano, como parte integrante de um investimento bruto total em 2016 superior a 1 milhão de Euros.

## CAETANO AUTO CV, S.A.

### ATIVIDADE COMERCIAL

A alteração política que ocorreu em Cabo Verde em 2016, aliadas aos fortes investimentos ao nível da construção civil, nomeadamente por parte das grandes cadeias de hotéis nas principais ilhas (Santiago, Sal e Boavista), teve como consequência o aumento da confiança do mercado, influenciando positivamente a venda de viaturas novas.

VIATURAS		2016	2015	VARIÇÃO	
SEGMENTO	MARCA			QTD.	%
Veículos Ligeiros Passageiros	Toyota	106	91	+15	+14,15%
Veículos Comerciais Ligeiros	Toyota	226	185	+41	+18,14%
Veículos Comerciais Pesados	Toyota	26	20	+6	+23,07%
		<b>358</b>	<b>295</b>	<b>+63</b>	<b>+17,6%</b>

Em 2016, comparado com período homólogo de 2015, a Caetano Auto CV, S.A. vendeu (+63) unidades (+17,6%).

Os modelos que mais contribuíram para esse crescimento foram essencialmente veículos comerciais das tradicionais gamas Hiace, Hilux e Land Cruiser.

**APÓS VENDA**

	2016	2015	VARIACÃO	
			VALOR	%
Peças/Acessórios	131.029.866	158.817.568	-27.787.702	-21,21%
Oficina (Mão-de-Obra)	32.696.923	32.915.140	-218.217	-0,67%
	<b>163.726.789</b>	<b>191.732.708</b>	<b>-28.005.919</b>	<b>-17,11%</b>

(Valores em ECV)

Ao nível do Após Venda, o decréscimo do volume de negócios tem como principal motivo a separação da atividade da Caetano One. Até 2015, a atividade de Após Venda da Caetano One estava integrada nas vendas da Caetano Auto, tendo-se efetuado a separação no início do ano 2016.

A parceria com a ENACOL, na exploração dos serviços rápidos e venda de peças no posto da Assomada em Nhagar e Achada de S. Filipe na Praia, registou um aumento de (+20,7%) comparado com o período homólogo de 2015. Durante o mês de janeiro de 2017, iremos dar início à exploração de mais um posto de serviços rápidos, desta feita na Ilha do Sal, em Santa Maria.

Esta parceria vai estender-se à exploração de combustíveis com início no mês de fevereiro de 2017.

Ao nível da avaliação do PGO+, a Caetano Auto obteve a avaliação de 87%, +4p.p por comparação com o ano anterior, o que coloca ao nível das instalações europeias.

**CAETANO RENTING, S.A.**

O Volume de Negócios atingiu os 4,5 MEuros, o que corresponde a um acréscimo de 23,6%, comparando com igual período do ano anterior.

Este crescimento, tem a ver com o facto da frota média em operação ter aumentado em cerca de 26%. Estando no final de 2016, composta da seguinte forma:

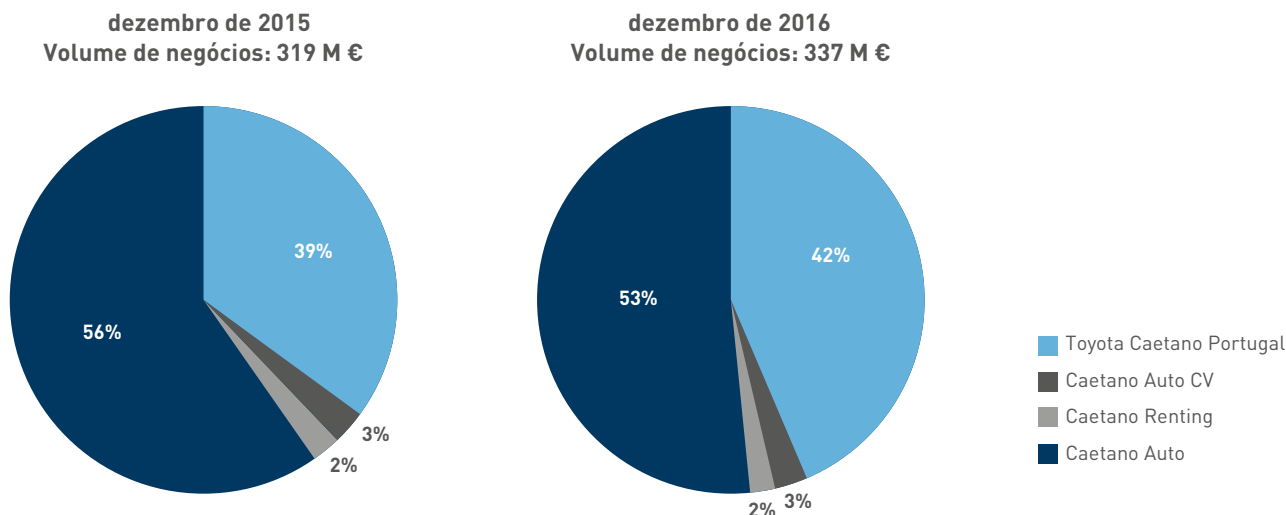
Veículos Passageiros:	966 uts	(71,08%)
Máquinas Industriais:	393 uts	(28,92%)

Tendo em consideração o acima exposto, a Empresa concluiu o exercício de 2016 com um Resultado Líquido positivo de 244 milhares Euros.

**ATIVIDADE FINANCEIRA****ANÁLISE CONSOLIDADA**

Durante o ano de 2016, o perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal permaneceu inalterado face ao final do exercício de 2015.

Em 2016, o Grupo apresenta um volume de faturação de 337 milhões de Euros, superior em cerca de 18 milhões de Euros (+5,7%) face ao obtido no período homólogo de 2015. Este crescimento encontra-se essencialmente relacionado com o projeto de montagem de veículos todo terreno para exportação (LC70), na unidade fabril de Ovar, o qual só teve efeito a partir do segundo semestre de 2015. Desta forma, o contributo da área industrial dos veículos automóveis para o volume de negócios é de cerca de 35 milhões de Euros, face aos cerca de 25 milhões de Euros registados no período homólogo de 2015.



Tendo sempre como objetivo um posicionamento de referência da marca Toyota no mercado automóvel, houve necessidade de se colocar em prática uma estratégia com um ligeiro aumento de margem de comercialização que, acompanhada de uma gestão adequada dos gastos decorrentes da atividade, proporcionou um E.B.I.T.D.A. de cerca de 25 milhões de Euros, superior ao registado em 2015 em cerca de 1,2 milhões de Euros (+4,9%).

De salientar no entanto que o exercício de 2015 tinha sido nesta área positivamente afetado por resultados extraordinários num montante próximo dos 2,9 milhões de Euros, situações essas que não se verificando em 2016, ainda mais enfatizam o E.B.I.T.A. agora gerado.

Os resultados financeiros, negativos em cerca de 2,3 milhões de Euros, situam-se a um nível superior aos registados no período homólogo de 2015, de cerca de 2,1 milhões de Euros, e expressam as necessidades acrescidas de financiamento em que o Grupo Toyota Caetano Portugal incorreu, por forma a fazer face ao crescimento de atividade e, conseqüentemente, à constituição de inventários capazes de responder às solicitações do mercado, bem como ao acréscimo de crédito concedido.

Como consequência do investimento verificado essencialmente ao nível do equipamento industrial de transporte como forma de suportar o modelo de negócio implementado na área de máquinas industriais, registou-se um aumento de cerca de 2 milhões de Euros, na rubrica de Amortizações e Depreciações, o que, combinado com os fatores anteriormente referidos, levou a um resultado líquido consolidado de cerca de 6 milhões de Euros, quando em 2015 se alcançou o valor de 6,2 milhões de Euros.

O grau de autonomia financeira de 46,3%, continua a refletir a política de gestão adequada da estrutura de capitais.

No sentido de sintetizar a evolução da atividade e desempenho do Grupo Toyota Caetano Portugal, segue abaixo quadro de indicadores comparativos na unidade monetária milhares de Euros:

	DEZ'15	DEZ'16	VARIAÇÃO
<b>Volume de negócios</b>	<b>319 308</b>	<b>336 956</b>	<b>5,5%</b>
Lucro Bruto	55 300	61 693	11,6%
% (f) vendas	17,3%	18,3%	
Fornecimentos e serviços externos	36 417	37 106	1,9%
% (f) vendas	11,4%	11,0%	
Gastos com o pessoal	38 673	39 365	1,8%
% (f) vendas	12,1%	11,7%	
E.B.I.T.D.A.	23 932	25 106	4,9%
% (f) vendas	7,5%	7,5%	
Resultado operacional	10 270	9 565	-6,9%
% (f) vendas	3,2%	2,8%	
Resultados financeiros	-2 105	-2 297	-9,1%
% (f) vendas	-0,7%	-0,7%	
Resultados líquidos consolidados	6 167	6 003	- 2,7%
% (f) vendas	1,9%	1,8%	
<b>Financiamento Bancário líquido</b>	<b>52 448</b>	<b>54 665</b>	<b>4,2%</b>
<b>Grau de autonomia financeira</b>	<b>48,8%</b>	<b>46,3%</b>	

De salientar, por fim, que de acordo com as últimas estimativas de desenvolvimento económico em Portugal, entendemos como expectável que se continue a verificar uma tendência de crescimento do setor automóvel, com ênfase para o segmento dos Híbridos, o que proporcionará ao Grupo Toyota Caetano o reforço da sua sustentabilidade no mercado.

## GESTÃO DE RISCOS

### CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

O risco de crédito, na Toyota Caetano, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, na Toyota Caetano, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, as empresas do Grupo expostas a este tipo de risco têm:

- Constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do Risco de Crédito;
- Implementados processos e procedimentos pró-ativos de gestão de crédito sempre suportados por sistemas de informação;
- Mecanismos de cobertura (seguros de crédito, cartas de crédito, etc).

### RISCO DE TAXA DE JURO

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço Consolidado, e dos consequentes cash flows de pagamento de juros, a Toyota Caetano encontra-se exposta a risco de taxa de juro.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

## RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, com subsidiárias localizadas em Cabo Verde, o risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de câmbio.

## RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, na Toyota Caetano, tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez no Grupo compreende os seguintes aspetos:

- a) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- b) Diversificação de fontes de financiamento;
- c) Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- d) Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de “commitment fees” suportados.

A descrição pormenorizada deste ponto encontra-se expressa no Relatório do Governo da Sociedade.

## AÇÕES PRÓPRIAS

A sociedade não adquiriu, nem alienou ações próprias durante o exercício. À data de 31 de dezembro de 2016, a sociedade não detinha ações próprias.

## DECLARAÇÃO

Declaramos, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do nosso conhecimento, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Toyota Caetano Portugal, relativas ao ano de 2016, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados desta sociedade e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição desta sociedade e das suas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação, bem como uma descrição dos riscos e incertezas mais significativos com que se defrontam.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação dos resultados líquidos apurados no exercício, no valor de Euros 5.950.755,83 expressos nas demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal:

- a) Para a conta de reservas não distribuíveis por lucros em participações financeiras decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial.

**Eur 626.455,22**

- b) Para dividendos a atribuir ao capital, 0,15 Eur por ação, o que atento o seu número 35.000.000 de ações, perfaz

**Eur 5.250.000,00**

- c) O remanescente para a conta de Resultados Transitados

**Eur 74.300,61**

## OUTROS ASSUNTOS / AGRADECIMENTOS

Desde a conclusão do ano de 2016 e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes susceptíveis de serem mencionados.

Ao concluir este relatório pretendemos transmitir uma palavra de agradecimento:

- Aos nossos Clientes e Concessionários pela permanente confiança que depositaram nos nossos produtos e pela distinção da sua escolha;
- Às Entidades Bancárias pela colaboração e apoio que sempre manifestaram no acompanhamento da nossa atividade;
- Aos restantes Órgãos Sociais pela colaboração prestada ao longo da sua atuação;
- Aos nossos Colaboradores que, pela sua disponibilidade e entusiasmo, se empenharam no desenvolvimento da Empresa.

Vila Nova de Gaia, 27 de março de 2017

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos - Presidente

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Miguel Pedro Caetano Ramos

Nobuaki Fujii - Vogal

Matthew Peter Harrison - Vogal

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



## INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

(Nos termos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com a alínea d) do artigo 9.º e do número 7 do artigo 14.º, ambos do Regulamento 5/2008 da CMVM)

Em cumprimento do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que, na data de 31 de dezembro de 2016, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não detinham quaisquer ações ou obrigações da mesma.

Declara-se ainda que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não realizaram durante o exercício de 2016 quaisquer aquisições, onerações ou cessações de titularidade que tenham por objeto ações ou obrigações da Sociedade.

Mais se declara de seguida, os valores mobiliários da sociedade detidos por sociedades em que os membros dos órgãos de administração e fiscalização exercem cargos nos órgãos sociais:

- GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A. (da qual Maria Angelina Martins Caetano Ramos é Presidente do Conselho de Administração, Salvador Acácio Martins Caetano é Vice-Presidente do Conselho de Administração, José Reis da Silva Ramos é Vogal do Conselho de Administração e Miguel Pedro Caetano Ramos é Vogal do Conselho de Administração) em 23 de dezembro de 2016, vendeu 21.288.281 ações, pelo que em 31 de dezembro de 2016 não tem ações nem obrigações.
- a acionista FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO não teve movimentos em 2016 (da qual José Reis da Silva Ramos é Presidente do Conselho de Administração, Maria Angelina Martins Caetano Ramos é cônjuge do Presidente do Conselho de Administração, Salvador Acácio Martins Caetano e Rui Manuel Machado de Noronha Mendes são Vogais do Conselho de Administração), pelo que em 31 de dezembro de 2016 detinha 138.832 ações, com o valor nominal de 1 euro cada.
- a acionista COVIM – Sociedade Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A. não teve movimentos em 2016 (da qual Maria Angelina Martins Caetano Ramos é Presidente do Conselho de Administração, José Reis da Silva Ramos é cônjuge da Presidente do Conselho de Administração), pelo que em 31 de dezembro de 2016 detinha 393.252 ações, com o valor nominal de 1 euro cada.
- a acionista COCIGA - Construções Civas de Gaia, S.A. não teve movimentos em 2016 (da qual Maria Angelina Martins Caetano Ramos é Presidente do Conselho de Administração, José Reis da Silva Ramos é cônjuge da Presidente do Conselho de Administração, Salvador Acácio Martins Caetano é Vogal do Conselho de Administração), pelo que em 31 de dezembro de 2016 detinha 290 ações, com o valor de 1 euro cada.
- a acionista SALVADOR CAETANO - AUTO - SGPS, S.A. (da qual Salvador Acácio Martins Caetano é Presidente do Conselho de Administração, Maria Angelina Martins Caetano Ramos é Vogal do Conselho de Administração e Miguel Pedro Caetano Ramos é Vogal do Conselho de Administração), em 23 de dezembro de 2016 comprou 21.288.281 ações, pelo que em 31 de dezembro de 2016 detinha 21.288.281 ações com o valor nominal de 1 euro cada.

Para o efeito previsto na parte final do número 1 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade), declara-se que:

- José Reis da Silva Ramos, Presidente do Conselho de Administração, é titular de:
  - 39,49%<sup>1</sup> do capital social da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;

<sup>1</sup>Esta percentagem inclui ações detidas pelo cônjuge
- Maria Angelina Martins Caetano Ramos, Vogal do Conselho de Administração, é titular de:
  - 39,49%<sup>1</sup> do capital social da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;

<sup>1</sup>Esta percentagem inclui ações detidas pelo cônjuge

- Salvador Acácio Martins Caetano, Vogal do Conselho de Administração, é titular de:
  - 39,49%<sup>1</sup> do capital social da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;

<sup>1</sup>Esta percentagem inclui ações detidas pelo cônjuge
- Miguel Pedro Caetano Ramos, Vogal do Conselho de Administração, é titular de:
  - 0,00223% do capital social da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade.

## INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NA TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

Dando cumprimento ao estipulado no número 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se de seguida a lista dos acionistas que, em 31 de dezembro de 2016, eram titulares de, pelo menos, 10%, 33% ou 50% do capital social desta sociedade, bem como dos acionistas que tenham deixado de ser titulares das referidas percentagens de capital:

ACIONISTAS TITULARES DE PELO MENOS 10%	AÇÕES			
	DETIDAS <sup>1</sup> 31.12.2015	ADQUIRIDAS 2016	ALIENADAS 2016	DETIDAS <sup>2</sup> 31.12.2016
TOYOTA MOTOR EUROPE NV/SA	9.450.000	-	-	9.450.000

<sup>1</sup>Capital social em 31.12.2015: € 35.000.000,00, representado por 35.000.000 ações com o valor nominal de € 1,00 cada uma.

<sup>2</sup>Capital social em 31.12.2016: € 35.000.000,00, representado por 35.000.000 ações com o valor nominal de € 1,00 cada uma.

ACIONISTAS TITULARES DE PELO MENOS 50%	AÇÕES			
	DETIDAS <sup>1</sup> 31.12.2015	ADQUIRIDAS 2016	ALIENADAS 2016	DETIDAS <sup>2</sup> 31.12.2016
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, SA	21.288.281	-	21.288.281	-
SALVADOR CAETANO - AUTO, SGPS, S.A	-	21.288.281	-	21.288.281

<sup>1</sup>Capital social em 31.12.2015: € 35.000.000,00, representado por 35.000.000 ações com o valor nominal de € 1,00 cada uma.

<sup>2</sup>Capital social em 31.12.2016: € 35.000.000,00, representado por 35.000.000 ações com o valor nominal de € 1,00 cada uma.

## PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

(Nos termos do Regulamento 5/2008 da CMVM)

À data de 31 de dezembro de 2016, os acionistas com participações qualificadas no capital da sociedade são os seguintes:

ACIONISTA	AÇÕES	% DOS DIREITOS DE VOTO
Salvador Caetano - Auto - SGPS, S.A.	21.288.281	60,824
Toyota Motor Europe NV/SA	9.450.000	27,000
Salvador Fernandes Caetano (Herdeiros de)	1.399.255	3,998

3



CONTAS  
INDIVIDUAIS

## INDICADORES FINANCEIROS

(Euros)

	DEZ '16	DEZ '15
VOLUME DE NEGÓCIOS	274.422.481	256.808.132
CASH-FLOW BRUTO	15.547.936	14.016.201
RESULTADO LÍQUIDO	5.950.756	6.474.875
GASTOS DE FINANCIAMENTO LÍQUIDOS	2.192.636	1.837.543
GASTOS COM O PESSOAL	16.347.273	15.524.042
INVESTIMENTO LÍQUIDO	9.116.941	16.958.121
FUNDO DE MANEIO BRUTO	83.579.339	76.341.950
VAB	40.105.224	38.449.031
UNIDADES VENDIDAS	15.750	14.678
VOLUME DE EMPREGO	525	519

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	NOTAS	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Ativos intangíveis	9	629.129	942.316
Ativos fixos tangíveis	6	29.041.382	27.501.209
Propriedades de investimento	7	15.122.686	15.584.625
Goodwill	8	611.997	611.997
Participações financeiras em subsidiárias e associadas	10	37.196.156	39.023.342
Outros ativos financeiros	11	59.504	59.504
Ativos por impostos diferidos	16	1.511.801	1.586.483
Total de ativos não correntes		<b>84.172.655</b>	<b>85.309.476</b>
<b>ATIVOS CORRENTES:</b>			
Inventários	12	52.135.449	58.717.810
Clientes	13	101.960.592	87.035.232
Outras dívidas de terceiros	14	1.288.272	1.287.316
Imposto sobre o rendimento	16	52.316	971.895
Outros ativos correntes	15	1.454.032	952.845
Outros ativos financeiros	11	3.432.799	3.432.799
Caixa e equivalentes a caixa	5	8.654.980	8.024.428
Total de ativos correntes		<b>168.978.439</b>	<b>160.422.324</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>253.151.094</b>	<b>245.731.799</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social		35.000.000	35.000.000
Reserva legal		7.498.903	7.498.903
Ajustamentos em ativos financeiros		2.705.421	4.297.753
Reservas de reavaliação		6.195.184	6.195.184
Outras reservas		67.319.346	68.539.522
Resultados transitados		1.707.102	
Resultado líquido do exercício		5.950.756	6.474.875
Total do capital próprio	17	<b>126.376.712</b>	<b>128.006.237</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	18	30.350.204	24.128.967
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	23	5.108.420	3.534.000
Passivos por impostos diferidos	16	214.348	214.348
Total de passivos não correntes		<b>35.672.972</b>	<b>27.877.315</b>
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	18	32.986.922	36.450.473
Fornecedores	19	30.179.049	31.698.659
Outras dívidas a terceiros	21	198.711	424.319
Estado e outros entes públicos	20	9.936.592	8.250.374
Outros passivos correntes	22	17.080.130	12.929.890
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	23	691.580	
Instrumentos financeiros derivados	25	28.425	94.532
Total de passivos correntes		<b>91.101.410</b>	<b>89.848.247</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>126.774.382</b>	<b>117.725.562</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		<b>253.151.094</b>	<b>245.731.799</b>

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

	NOTAS	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
<b>RENDIMENTOS OPERACIONAIS:</b>			
Vendas e Prestações de serviços	26 e 27	274.422.481	256.808.132
Outros rendimentos operacionais	30	36.201.733	39.413.530
Variação da produção	12	-367.778	-3.804.553
Total de rendimentos operacionais		<b>310.256.437</b>	<b>292.417.109</b>
<b>GASTOS OPERACIONAIS:</b>			
Custo das vendas	12	-231.161.973	-212.713.834
Fornecimentos e serviços externos	28	-36.105.468	-38.677.933
Gastos com o pessoal	29	-16.347.273	-15.524.042
Amortizações e depreciações	6, 7 e 9	-8.351.894	-7.579.064
Perdas por imparidade	24	-15.253	372.124
Outros gastos operacionais	30	-9.017.567	-9.757.147
Total de gastos operacionais		<b>-300.999.428</b>	<b>-283.879.896</b>
<b>Resultados operacionais</b>		<b>9.257.009</b>	<b>8.537.213</b>
Resultados relativos a participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas	10	626.455	1.142.682
Juros e outros custos financeiros	31	-2.458.924	-2.095.502
Outros rendimentos financeiros	31	266.288	257.959
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>7.690.828</b>	<b>7.842.351</b>
Impostos sobre o rendimento do exercício	16	-1.740.072	-1.367.476
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>5.950.756</b>	<b>6.474.875</b>

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

## DEMONSTRAÇÃO RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>5.950.756</b>	<b>6.474.875</b>
Componentes de rendimento integral do exercício, não recicláveis por resultados:		
Remensurações (Perdas atuariais Valor Bruto) (Nota 23)	-1.574.421	-700.000
Imposto diferido Perdas atuariais (Nota 16)	354.245	157.500
MEP Efeito em Capital Próprio	-1.110.105	-979.610
<b>Rendimento integral do período</b>	<b>3.620.475</b>	<b>4.952.765</b>

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVA DE REAVIAÇÃO	AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS	OUTRAS RESERVAS	TOTAL RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PROPRIO
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2015</b>	<b>35.000.000</b>	<b>7.498.903</b>	<b>6.195.184</b>	<b>4.805.801</b>	<b>70.129.966</b>	<b>88.629.854</b>	<b>219.893</b>	<b>3.753.725</b>	<b>127.603.473</b>
Alterações no período									
MEP						0			0
Aplicação do Resultado Líquido do ano anterior				755.212		755.212	198.513	-953.725	0
Remensurações (Perdas atuariais)				-283.650	-258.850	-542.500			-542.500
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				-979.610		-979.610			-979.610
Resultado líquido do período	0	0	0	-508.048	-258.850	-766.898	198.513	-953.725	-1.522.110
Rendimento integral								6.474.875	6.474.875
Operações com detentores de capital no período								4.952.765	4.952.765
Dividendos distribuídos									0
Outras operações					-1.331.594	-1.331.594	-418.406	-2.800.000	-4.550.000
	0	0	0	0	-1.331.594	-1.331.594	-418.406	-2.800.000	-4.550.000
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>35.000.000</b>	<b>7.498.903</b>	<b>6.195.184</b>	<b>4.297.753</b>	<b>68.539.522</b>	<b>86.531.362</b>	<b>0</b>	<b>6.474.875</b>	<b>128.006.237</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2016</b>	<b>35.000.000</b>	<b>7.498.903</b>	<b>6.195.184</b>	<b>4.297.753</b>	<b>68.539.522</b>	<b>86.531.362</b>	<b>0</b>	<b>6.474.875</b>	<b>128.006.237</b>
Alterações no período									
MEP						-1.110.105			-1.110.105
Aplicação do Resultado Líquido do ano anterior				1.142.682		1.142.682	82.193	-1.224.875	0
Remensurações (Perdas atuariais)									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				-1.624.908		-1.624.908	1.624.908		-1.220.176
Resultado líquido do período	0	0	0	-1.592.332	-1.220.176	-2.812.507	1.707.102	-1.224.875	-2.330.281
Rendimento integral								5.950.756	5.950.756
Operações com detentores de capital no período								3.620.475	3.620.475
Dividendos distribuídos									0
Outras operações								-5.250.000	-5.250.000
	0	0	0	0	0	0	0	-5.250.000	-5.250.000
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>35.000.000</b>	<b>7.498.903</b>	<b>6.195.184</b>	<b>2.705.421</b>	<b>67.319.346</b>	<b>83.718.855</b>	<b>1.707.102</b>	<b>5.950.756</b>	<b>126.376.712</b>

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.



## DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NOTAS	2016		2015	
Recebimentos de Clientes		350.471.366		337.945.478	
Pagamentos a Fornecedores		-316.734.582		-309.005.017	
Pagamentos ao Pessoal		-8.285.675		-8.557.827	
Fluxo gerado pelas Operações			25.451.110		20.382.635
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento			-456.559		-710.630
Outros Recebimentos/Pagamentos			-24.356.486		-25.254.542
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			<b>638.066</b>		<b>-5.582.537</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Recebimentos provenientes de:					
Investimentos Financeiros					
Ativos Fixos Tangíveis	6	3.830.105		4.393.169	
Subsídios ao Investimento					
Juros e Rendimentos Similares					
Dividendos	10	1.624.908	5.455.013		4.393.169
Pagamentos respeitantes a:					
Investimentos Financeiros	10	-171			
Ativos Fixos Tangíveis	6	-90.014		-5.211.243	
Ativos Fixos Intangíveis	9	-175.871	-266.057	-946.670	-6.157.913
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>			<b>5.188.957</b>		<b>-1.764.744</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Recebimentos provenientes de:					
Locação Financeira		6.352.620		8.647.614	
Financiamentos Obtidos		24.298.957	30.651.577	6.185.217	14.832.831
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos Obtidos		-25.110.526			
Amortização de Contratos de Locação Financeira		-3.421.170		-2.217.437	
Juros e Gastos Similares		-2.053.741		-1.787.537	
Dividendos	17	-5.262.611	-35.848.047	-4.560.202	-8.565.176
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			<b>-5.196.470</b>		<b>6.267.655</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES</b>					
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	5		8.024.428		9.104.055
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	5		8.654.980		8.024.428
<b>Varição de Caixa e Seus Equivalentes</b>			<b>630.552</b>		<b>-1.079.626</b>

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia, tendo como atividades a importação, montagem e comercialização de veículos ligeiros e pesados, bem como a importação e comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas e respetiva assistência pós-venda.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

A Toyota Caetano é o importador e distribuidor das marcas Toyota, Lexus e BT para Portugal, encabeçando um Grupo (“Grupo Toyota Caetano”) que se apresenta da seguinte forma a 31 de dezembro de 2016:

EMPRESAS	SEDE
<b>Com sede em Portugal:</b>	
Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Empresa-mãe”)	Vila Nova de Gaia
Saltano – Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A. (“Saltano”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Renting, S.A. (“Caetano Renting”)	Vila Nova de Gaia
Caetano – Auto, S.A. (“Caetano Auto”)	Vila Nova de Gaia
<b>Com sede noutros países:</b>	
Caetano Auto CV, S.A. (“Caetano Auto CV”)	Praia (Cabo Verde)

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### 2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras da Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e pelo Standing Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia, em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, tomando por base o princípio do custo histórico com a exceção de alguns instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

A adoção das IFRS na elaboração das demonstrações financeiras ocorreu pela primeira vez em 2016, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses (“Sistema de Normalização Contabilística” ou “SNC”) para esse normativo para estes efeitos foi fixada em 1 de janeiro de 2015, de acordo com o disposto na IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (“IFRS 1”), veja-se Nota 4.

## 2.2 ADOÇÃO DE IAS/IFRS NOVOS OU REVISTOS

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016, foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

a) Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2016:

(i) Normas:

- IAS 1 (alteração), ‘Revisão às divulgações’. A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial. Esta alteração teve impacto pouco significativo nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- IAS 16 e IAS 38 (alteração), ‘Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos’. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no réditto obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- IAS 16 e IAS 41 (alteração), ‘Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis’. Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – “Agricultura” para o âmbito da IAS 16 – “Ativos tangíveis”, com o conseqüente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – “Agricultura”. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- IAS 19 (alteração), ‘Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados’. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- IAS 27 (alteração), ‘Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas’. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, ‘Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar’. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma “Entidade de Investimento” se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma “Entidade de investimento”. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- IFRS 11 (alteração), ‘Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta’. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- Melhorias às normas 2010 – 2012. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Esta alteração teve impacto pouco significativo nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- Melhorias às normas 2012 - 2014. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Esta alteração teve impacto pouco significativo nas Demonstrações financeiras da Entidade.

b) Normas que já foram publicadas e cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, ou em data posterior, que a União Europeia já endossou e que a Entidade decidiu não adotar antecipadamente:

(i) Normas:

- IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras da Entidade.
- IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". Não se estima impacto significativo da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras da Entidade.

c) Normas, alterações a normas e interpretações que já foram publicadas e cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, ou em data posterior, que a União Europeia ainda não endossou e que a Entidade decidiu não adotar antecipadamente:

(i) Normas:

- IAS 7 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração de Fluxos de Caixa. Não se estima impacto significativo da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras da Entidade.
- IAS 12 (alteração), 'Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal. Não se estima impacto significativo da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras da Entidade.
- IAS 40 (alteração), 'Transferência de propriedades de investimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimento quando exista a evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Não se estima impacto significativo da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras da Entidade.
- IFRS 2 (alteração), 'Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Não se estima impacto significativo da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras da Entidade.

- IFRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro' (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9) (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração de resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras da Entidade.
- Alterações à IFRS 15, 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Não se estima impacto significativo da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras da Entidade.
- IFRS 16 (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado".
- Melhorias às normas 2014 – 2016 (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IFRS 28. Não se estima impacto significativo da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras da Entidade.

(ii) Interpretações:

- IFRIC 22 (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 – "Os efeitos de alterações em taxas de câmbio" e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. Não se estima impacto da adoção futura desta interpretação nas demonstrações financeiras da Entidade.

## 2.3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As principais políticas usadas pela Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

### a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu "deemed cost", o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas por imparidade" da demonstração dos resultados.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<b>Anos</b>
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 5
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outros ativos fixos tangíveis	4 - 8

As despesas com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

#### **b) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

#### **c) Propriedades de investimento**

As propriedades de investimento, que correspondem a ativos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização do capital, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respetivo justo valor objeto de divulgação (Nota 7).

Sempre que o justo valor destes ativos se revele inferior ao seu respetivo custo de aquisição é registada uma perda de imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica “Provisões e perdas por imparidade” na demonstração dos resultados. No momento em que as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica “Provisões e perdas por imparidade” na demonstração dos resultados até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor das propriedades de investimento que é objeto de divulgação foi determinado com base em avaliações imobiliárias efetuadas por entidade especializada independente (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento) ou internamente.

#### **d) Locações**

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível e as correspondentes responsabilidades são registadas como locações financeiras. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o ativo fixo tangível amortizado conforme descrito na Nota 2.3.a), exceto se o prazo de locação for mais curto do que a vida útil estimada.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam (Nota 33).

#### **e) Inventários**

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são reconhecidas, no momento inicial das respetivas aquisições ao custo. Posteriormente as mesmas são valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

Os produtos acabados e intermédios bem como os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta, gastos gerais de fabrico e serviços executados no exterior.

As perdas de imparidade acumuladas para desvalorização de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, o qual corresponde à cotação evidenciada em estatísticas de mercado.

No caso dos Inventários, as perdas por imparidade são calculadas com base em indicadores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários.

#### **f) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas**

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

**Subsídios não reembolsáveis**

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de ativos fixos tangíveis, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” sendo reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho, na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a empresa já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

**Subsídios reembolsáveis**

O benefício de um financiamento governamental com uma taxa de juro inferior à do mercado é tratado como um subsídio governamental. O empréstimo deve ser reconhecido e mensurado ao justo valor. O benefício da taxa de juro inferior à do mercado deve ser medido como a diferença entre a quantia escriturada inicial do empréstimo determinada em conformidade com a IAS 39 e os proventos recebidos. O benefício é contabilizado em conformidade com a IAS 20. A entidade deve ter em conta as condições e obrigações que foram, ou devem ser, satisfeitas ao identificar os custos que o benefício do empréstimo visa compensar.

**g) Imparidade de ativos***- Ativos não correntes exceto Goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos da Empresa à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Provisões e perdas por imparidade”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

*- Goodwill*

O valor do Goodwill não é amortizado sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo. As perdas por imparidade do Goodwill são registadas na demonstração de resultados do exercício em que a perda é constatada na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

As perdas por imparidade relativas a Goodwill não podem ser revertidas.



**h) Encargos financeiros**

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, exceto se esses encargos estiverem diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, caso em que são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

**i) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 24).

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Empresa sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

**j) Instrumentos financeiros****(i) Investimentos**

A Empresa classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos financeiros disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

**Investimentos registados ao justo valor através de resultados**

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos financeiros derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se forem designados para efeitos de contabilidade de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Toyota Caetano não detinha instrumentos financeiros inseridos nas categorias "ativos financeiros detidos para negociação" e "instrumentos registados ao justo valor através de resultados".

**Investimentos detidos até ao vencimento**

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento. Estes investimentos são classificados como Ativos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

**Ativos financeiros disponíveis para venda**

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Toyota Caetano não detinha ativos financeiros para venda.

### *Justo Valor de Investimentos Financeiros*

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado (Nível 1). Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência. No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado (ex.: modelos de fluxos de caixa descontados que incorporam curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado, no caso de instrumentos financeiros derivados) – Nível 2. Para os restantes casos são utilizadas técnicas de valorização não baseada em dados de mercado observáveis – Nível 3.

Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os “investimentos financeiros disponíveis para venda” e os “investimentos registados ao justo valor através de resultados” são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data de demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os “investimentos financeiros disponíveis para venda” representativos de partes de capital em ações de empresas não cotadas são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração da Empresa que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

O justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/ líquido (investimentos não cotados), a Empresa regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade.

A Empresa efetua avaliações à data de cada demonstração da posição financeira sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para ‘Investimentos financeiros disponíveis para venda’, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

#### (ii) Clientes e Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflitam o seu valor recuperável. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

As dívidas de terceiros que vençam juros (nomeadamente as respeitantes a vendas de viaturas a prestações) são registadas no ativo pelo seu valor total, sendo a parcela respeitante aos juros registada no passivo, como um proveito diferido e reconhecida na demonstração dos resultados em função do seu vencimento.

Evidência de existência de imparidade nas dívidas de terceiros surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para as dívidas a receber, a Empresa utiliza informação histórica e informação dos seus departamentos de controlo de crédito e jurídico, que lhe permitem efetuar uma estimativa dos montantes em imparidade.

#### (iii) Financiamentos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

#### (iv) Fornecedores e Dívidas a terceiros

As dívidas a Fornecedores e a terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo para que as mesmas reflitam o seu valor presente líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

#### (v) Instrumentos financeiros derivados

A Empresa utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de reduzir a sua exposição a esses riscos. Os instrumentos financeiros derivados normalmente utilizados correspondem a “Swaps” de taxa de juro e “forwards” cambiais e visam a cobertura do risco de variação da taxa de juro em empréstimos obtidos e variações da taxa de câmbio em transações futuras em moeda estrangeira, respetivamente.

Os derivados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor à data em que é tomada parte nas suas disposições contratuais, e mensurados subsequentemente ao seu justo valor. O método pelo qual se reconhecem as variações de justo valor depende da designação (ou não) desse derivado como instrumento de cobertura e, no caso de estar designado, da natureza do item coberto.

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Toyota Caetano apenas tem negociados derivados não designados para efeitos de contabilidade de cobertura.

Os instrumentos derivados que a empresa não designou como cobertura, embora tenham sido contratados com objetivos de cobertura económica, são registados inicialmente pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de avaliações efetuadas pelas entidades bancárias com quem a Empresa celebra os respetivos contratos, afetam diretamente as rubricas de Resultados financeiros da demonstração dos resultados.

O justo valor dos derivados contratados a 31 de dezembro de 2016 e 2015 é apresentado na Nota 25.

#### (vi) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes a caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

### **k) Complementos de reforma (Plano de Benefícios Definidos e Plano de Contribuição Definida)**

A Toyota Caetano Portugal constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de fevereiro de 1994, em 30 de abril de 1996, 9 de agosto de 1996, 4 de julho de 2003, 2 de fevereiro de 2007, 30 de dezembro de 2008, 23 de dezembro de 2011 e 31 dezembro de 2013.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, a Empresa segue o procedimento de obter anualmente cálculos atuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o “Current Unit Credit Method”.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros deduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 23). As remensurações são reconhecidas na rubrica de Outras reservas.

### **l) Ativos e passivos contingentes**

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras quando é provável a existência de benefício económico futuro.

### **m) Impostos sobre o rendimento**

Em março de 2007, a Empresa optou pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”) previsto nos artigos 69º e 70º do código do IRC, com início de aplicação em 1 de janeiro de 2007. Neste regime, a sociedade dominante (Toyota Caetano Portugal, S.A.) deve registar os impostos calculados nas filiais incluídas no perímetro fiscal (Caetano Auto, Saltano e Caetano Renting) de forma a determinar o imposto sobre o rendimento do Grupo.

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data da posição financeira.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de Goodwill ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

### **n) Especialização de exercícios**

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são estimados com base na melhor avaliação do Conselho de Administração da Empresa.

#### **o) Rédito**

O rédito é reconhecido líquido de impostos e descontos comerciais, pelo justo valor do montante recebido ou a receber, sendo que:

- O rédito da venda é reconhecido na demonstração dos resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado;
- O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período de contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

#### **p) Classificação de ativos e passivos na demonstração da posição financeira**

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os ativos e os passivos por impostos diferidos.

#### **q) Informação por segmentos**

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis à Empresa.

A informação relativa ao nível dos segmentos operacionais identificados é incluída na Nota 27.

#### **r) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira**

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das transações. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como ganhos e perda na demonstração dos resultados do exercício.

#### **s) Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira (“non-adjusting events”), se materiais, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

## 2.4 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Empresa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- c) Testes de imparidade realizados ao goodwill e respetivos testes de sensibilidade (Nota 8);
- d) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados; e
- e) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma (Nota 23).

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e julgamentos significativos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

## 2.5 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

No desenvolvimento da sua atividade, a Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Empresa, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco da Empresa é essencialmente controlada pelo departamento financeiro do Grupo Salvador Caetano, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de juro e o risco de crédito.

### (i) Risco de taxa de câmbio

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, com subsidiárias localizadas em Cabo Verde, o risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de câmbio.

## (ii) Risco de taxa de juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes cash flows de pagamento de juros, a Toyota Caetano encontra-se exposta a risco de taxa de juro.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

## (iii) Risco de liquidez

A gestão de risco de liquidez, na Toyota Caetano, tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez no Grupo compreende os seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash-flows ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- Contratação com bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de “commitment fees” suportados.

## (iv) Risco de crédito

O risco de crédito, na Toyota Caetano, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, na Toyota Caetano, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, as empresas do Grupo expostas a este tipo de risco têm:

- Constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do Risco de Crédito;
- Implementados processos e procedimentos pró-ativos de gestão de crédito sempre suportados por sistemas de informação;
- Mecanismos de cobertura (seguros de crédito, cartas de crédito, etc.).

A seguinte tabela apresenta um resumo em 31 de dezembro de 2016 da qualidade do crédito dos depósitos bancários:

RATING DEPÓSITOS LP	AGÊNCIA DE RATING	DEPÓSITOS À ORDEM
A1	Moody's	481.138
A3	Moody's	156.304
B1	Moody's	5.865.531
B3	Moody's	742.008
Ba1	Moody's	18.365
Ba3	Moody's	397.577
Baa1	Moody's	9.019
Baa3	Moody's	123.785
Caa1	Moody's	412.570
	Outros sem rating atribuído	363.652
<b>Total</b>		<b>8.569.948</b>

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela Agência de rating Moody's.

### 3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, CORREÇÃO DE ERROS E ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS

Considerando o referido na Nota 4, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não ocorreram outras alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

### 4. PRIMEIRA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO (IFRS)

A Toyota Caetano adotou as IFRS no exercício de 2016, aplicando para o efeito a “IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”, sendo a data de transição para efeitos de apresentação destas demonstrações financeiras, 1 de janeiro de 2015.

As demonstrações financeiras da Empresa, até 31 de dezembro de 2015, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística, conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

De acordo com o estabelecido na IFRS 1, a Empresa deve usar as mesmas políticas contabilísticas na sua demonstração da posição financeira de abertura de acordo com as IFRS e em todos os períodos apresentados nas suas primeiras demonstrações financeiras. As principais alterações dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional foram as seguintes:

- subsídio investimento
- goodwill

O detalhe dos ajustamentos efetuados com efeito em capital próprio, reportados a 1 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2015, e resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, para efeitos de conversão em IFRS, é como se segue:

<b>CAPITAL PRÓPRIO NA DATA DE TRANSIÇÃO (1 DE JANEIRO DE 2015)</b>	<b>VALOR</b>
Capital Próprio SNC em 1 de janeiro de 2015	128.897.845
Ajustamentos de transição	
reserva cativa FEDER	-288.688
subsídio ao investimento	-112.494
GW AP SGPS	-893.190
	-1.294.372
<b>Capital Próprio IFRS em 1 de janeiro de 2015</b>	<b>127.603.473</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>VALOR</b>
Capital Próprio SNC em 31 de dezembro de 2015	129.294.173
Ajustamentos de transição	
reserva cativa FEDER	-288.688
subsídio ao investimento	-106.058
GW AP SGPS	-893.190
	-1.287.936
<b>Capital Próprio IFRS em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>128.006.237</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>VALOR</b>
Resultado líquido SNC em 2015	6.474.875
Ajustamentos de transição	0
<b>Resultado líquido IFRS em 2015</b>	<b>6.474.875</b>

O efeito na demonstração da posição financeira em 1 de janeiro de 2015 e em 31 de dezembro de 2015 e na demonstração de resultados e outro rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro



de 2015, relativo à conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o SNC para as demonstrações financeiras reexpressas de acordo com as IFRS, é como se segue:

**POSIÇÃO FINANCEIRA EM 1 DE JANEIRO DE 2015**

<b>ATIVO</b>	<b>SNC</b>	<b>AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO</b>	<b>IFRS</b>
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Ativos intangíveis			
Ativos fixos tangíveis	19.498.505		19.498.505
Propriedades de investimento	15.150.587		15.150.587
Goodwill	611.997		611.997
Participações financeiras em subsidiárias e associadas	40.885.543	-893.190	39.992.353
Outros ativos financeiros	59.504		59.504
Ativos por impostos diferidos	2.354.141		2.354.141
Total de ativos não correntes	<b>78.560.277</b>	<b>-893.190</b>	<b>77.667.087</b>
<b>ATIVOS CORRENTES:</b>			
Inventários	48.084.649		48.084.649
Clientes	86.526.015		86.526.015
Adiantamento a fornecedores	836.231	-836.231	0
Outras dívidas de terceiros	0	1.767.260	1.767.260
Estado e outros entes públicos	929.440		929.440
Acionistas	685.529	-685.529	0
Outros ativos financeiros	1.296.800	-60.766	1.236.034
Outros ativos correntes	3.432.799		3.432.799
Diferimentos	184.734	-184.734	0
Caixa e equivalentes a caixa	9.104.055		9.104.055
Total de ativos correntes	<b>151.080.252</b>	<b>0</b>	<b>151.080.252</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>229.640.528</b>	<b>-893.190</b>	<b>228.747.338</b>

**POSIÇÃO FINANCEIRA EM 1 DE JANEIRO DE 2015**

<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>SNC</b>	<b>AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO</b>	<b>IFRS</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	35.000.000		35.000.000
Reserva legal	7.498.903		7.498.903
Ajustamentos em ativos financeiros	5.698.991	-893.190	4.805.801
Excedentes de revalorização	6.195.184		6.195.184
Outras reservas	70.418.653	-288.688	70.129.965
Resultados transitados	219.893		219.893
Outras variações capital próprio	112.494	-112.494	0
Resultado líquido do exercício	3.753.725		3.753.725
Total do capital próprio	<b>128.897.845</b>	<b>-1.294.372</b>	<b>127.603.473</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	20.113.488		20.113.488
Responsabilidades por pensões	3.200.000		3.200.000
Passivos por impostos diferidos	363.957	-116.472	247.485
Total de passivos não correntes	<b>23.677.445</b>	<b>-116.472</b>	<b>23.560.973</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	26.716.616		26.716.616
Fornecedores	26.404.409		26.404.409
Adiantamento de clientes	224.574	-224.574	0
Outras dívidas a terceiros	0	253.618	253.618
Estado e outros entes públicos	9.708.056		9.708.056
Acionistas	10.511	-10.511	0
Outros passivos correntes	0	14.350.432	14.350.432
Outras contas a pagar	7.873.022	-7.873.022	0
Diferimentos	5.978.288	-5.978.288	0
Passivos financeiros detidos para negociação	149.762		149.762
Total de passivos correntes	<b>77.065.238</b>	<b>517.655</b>	<b>77.582.893</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>229.640.528</b>	<b>-893.190</b>	<b>228.747.338</b>

**POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

<b>ATIVO</b>	<b>SNC</b>	<b>AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO</b>	<b>IFRS</b>
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Ativos intangíveis	942.316		942.316
Ativos fixos tangíveis	27.501.209		27.501.209
Propriedades de investimento	15.584.625		15.584.625
Goodwill	611.997		611.997
Participações financeiras em subsidiárias e associadas	39.916.532	-893.190	39.023.342
Outros ativos financeiros	59.504		59.504
Ativos por impostos diferidos	1.586.483		1.586.483
Total de ativos não correntes	<b>86.202.665</b>	<b>-893.190</b>	<b>85.309.475</b>
<b>ATIVOS CORRENTES:</b>			
Inventários	58.717.810		58.717.810
Clientes	87.035.232		87.035.232
Adiantamento a fornecedores	482.675	-482.675	0
Outras dívidas de terceiros	0	1.287.316	1.287.316
Estado e outros entes públicos	971.895		971.895
Acionistas	804.641	-804.641	0
Outros ativos financeiros	3.432.799		3.432.799
Outros ativos correntes	387.157	565.688	952.845
Diferimentos	565.688	-565.688	0
Caixa e equivalentes a caixa	8.024.428		8.024.428
Total de ativos correntes	<b>160.422.324</b>	<b>0</b>	<b>160.422.324</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>246.624.989</b>	<b>-893.190</b>	<b>245.731.799</b>

**POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>SNC</b>	<b>AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO</b>	<b>IFRS</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	35.000.000		35.000.000
Reserva legal	7.498.903		7.498.903
Ajustamentos em ativos financeiros	5.190.943	-893.190	4.297.753
Outras reservas	68.828.210	-288.688	68.539.522
Excedentes de revalorização	6.195.184		6.195.184
Outras variações capital próprio	106.058	-106.058	0
Resultado líquido do exercício	6.474.875		6.474.875
Total do capital próprio	<b>129.294.173</b>	<b>-1.287.936</b>	<b>128.006.237</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	24.128.967		24.128.967
Responsabilidades por pensões	3.534.000		3.534.000
Passivos por impostos diferidos	329.109	-114.761	214.348
Total de passivos não correntes	<b>27.992.076</b>	<b>-114.761</b>	<b>27.877.315</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	36.450.473		36.450.473
Fornecedores	31.698.659		31.698.659
Adiantamento de clientes	383.786	-383.786	0
Outras dívidas a terceiros	0	424.319	424.319
Estado e outros entes públicos	8.250.374		8.250.374
Acionistas	11.998	-11.998	0
Outros passivos correntes	0	12.929.890	12.929.890
Outras contas a pagar	6.601.069	-6.601.069	0
Diferimentos	5.847.849	-5.847.849	0
Passivos financeiros detidos para negociação	94.532		94.532
Total de passivos correntes	<b>89.338.740</b>	<b>509.507</b>	<b>89.848.247</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>246.624.989</b>	<b>-893.190</b>	<b>245.731.799</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

	SNC	AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO	IFRS
<b>Rendimentos operacionais:</b>			
Vendas	256.808.132		256.808.132
Subsídios à exploração	2.349.144	-2.349.144	0
Outros rendimentos operacionais	37.064.386	2.349.144	39.413.530
Variação da produção	-3.804.553		-3.804.553
<b>Total de rendimentos operacionais</b>	<b>292.417.109</b>	<b>0</b>	<b>292.417.109</b>
<b>Gastos operacionais:</b>			
Custo das vendas	212.713.834		212.713.834
Fornecimentos e serviços externos	38.677.933		38.677.933
Gastos com o pessoal	15.524.042		15.524.042
Amortizações e depreciações	7.579.064		7.579.064
Perdas por imparidade	-372.123		-372.123
Aumentos/reduções de justo valor	-55.231	55.231	0
Outros gastos operacionais	9.757.147		9.757.147
<b>Total de gastos operacionais</b>	<b>283.824.666</b>	<b>55.231</b>	<b>283.879.897</b>
<b>Resultados operacionais</b>	<b>8.592.443</b>	<b>-55.231</b>	<b>8.537.212</b>
<b>Resultados financeiros</b>			
Resultados relativos a participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas	1.142.682		1.142.682
Juros e outros custos financeiros	-2.095.502		-2.095.502
Outros rendimentos financeiros	202.728	55.231	257.959
	-750.092	55.231	-694.861
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>7.842.351</b>		<b>7.842.351</b>
Impostos sobre o rendimento do exercício	-1.367.476		-1.367.476
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>6.474.875</b>	<b>0</b>	<b>6.474.875</b>

**DEMONSTRAÇÃO RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

	SNC	AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO	IFRS
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>6.474.875</b>		<b>6.474.875</b>
Remensurações (Perdas Atuariais valor Bruto)	-700.000		-700.000
Imposto diferido Perdas atuariais	157.500		157.500
Outras alterações no Capital Próprio	-979.610		-979.610
<b>Rendimento integral do período</b>	<b>4.952.765</b>		<b>4.952.765</b>

**5. FLUXOS DE CAIXA**

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 o detalhe de Caixa e depósitos bancários era o seguinte:

RUBRICAS	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
Numerário	85.032	81.274
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis Equivalentes a Caixa	8.569.948	7.943.154
<b>Meios Financeiros Líquidos</b>	<b>8.654.980</b>	<b>8.024.428</b>

## 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2016	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO E FERRAMENTAS	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTRO ATIVO FIXO TANGÍVEL	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativo bruto:								
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2016	3.946.027	32.482.677	52.089.751	42.176.138	6.067.444	2.909.440	397.459	140.068.937
Adições			111.822	10.328.384	64.435	33.035	9.400	10.547.075
Alienações				-5.924.035				-5.924.035
Transferências e abates		50.019	265.130				-397.459	-82.310
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	3.946.027	32.532.697	52.466.703	46.580.487	6.131.880	2.942.475	9.400	144.609.667
Depreciações e perdas por imparidades acumuladas								
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2016		29.156.443	48.578.059	25.976.858	6.016.608	2.839.761		112.567.729
Depreciações do exercício		431.218	941.928	5.902.436	39.391	24.839		7.339.812
Transferências, alienações e abates				-4.339.255				-4.339.255
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	0	29.587.661	49.519.987	27.540.038	6.055.999	2.864.599	0	115.568.285
<b>Valor líquido</b>	<b>3.946.027</b>	<b>2.945.035</b>	<b>2.946.716</b>	<b>19.040.449</b>	<b>75.880</b>	<b>77.875</b>	<b>9.400</b>	<b>29.041.382</b>

2015	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO E FERRAMENTAS	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTRO ATIVO FIXO TANGÍVEL	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativo bruto:								
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2015	3.908.048	31.403.771	50.826.485	35.140.756	6.042.756	2.903.102	69.000	130.293.919
Adições	37.978	1.219.037	2.187.423	12.079.581	24.688	18.721	328.459	15.895.889
Alienações			-24.166	-5.044.199		-1.609		-5.069.974
Transferências e abates		-140.131	-899.991			-10.775		-1.050.897
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	3.946.027	32.482.677	52.089.751	42.176.138	6.067.444	2.909.440	397.459	140.068.937
Depreciações e perdas por imparidades acumuladas								
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2015		28.826.155	48.384.892	24.788.935	5.972.853	2.822.580		110.795.415
Depreciações do exercício		455.223	1.047.563	5.069.271	43.754	29.564		6.645.376
Transferências, alienações e abates		-124.935	-854.395	-3.881.348		-12.383		-4.873.062
Saldo final em 31 de dezembro de 2015		29.156.443	48.578.059	25.976.858	6.016.608	2.839.761		112.567.729
<b>Valor líquido</b>	<b>3.946.027</b>	<b>3.326.234</b>	<b>3.511.692</b>	<b>16.199.281</b>	<b>50.836</b>	<b>69.679</b>	<b>397.459</b>	<b>27.501.209</b>

Os aumentos registrados no período findo em 31 de dezembro de 2015 em Edifícios e Equipamento Básico e Ferramentas devem-se essencialmente aos investimentos efetuados na Fábrica de Ovar para a produção do modelo Land Cruiser Série 70, LC70, para o mercado de África do Sul.

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, os bens utilizados em regime de locação financeira apresentam-se como se segue:

MÁQUINAS INDUSTRIAIS	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
2016	26.322.631	10.040.184	16.282.447
2015	17.023.229	4.547.283	12.475.946

## 7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pela Toyota Caetano que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os rendimentos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica “Outros rendimentos operacionais” e ascenderam a 3.400.831 Euros no período findo em 31 de dezembro de 2016 (3.275.409 Euros em 2015) (Nota 30).

De acordo com avaliações externas reportadas a 31 de dezembro de 2012, 2014, 2015 e 2016, por entidades especializadas independentes, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário (Modelos do Método de mercado, Método do rendimento e Método do uso), o justo valor daquelas propriedades de investimento ascende a, aproximadamente, 56,9 milhões de Euros (61,9 milhões de Euros em 2015).

A Administração entende que uma possível alteração (dentro do cenário da normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor, não originará perdas de imparidade, para além das perdas registadas em anos anteriores.

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, pode ser detalhado como se segue:

IMÓVEL	LOCAL	DEZ-16		AVALIAÇÕES	DEZ-15	
		VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO		VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO
Instalações Fabris	V.N. Gaia	3.236.940	8.692.000	Externa	3.454.289	11.448.000
Instalações Fabris	V.N. Gaia	261.219	788.000	Interna	273.052	788.000
Instalações Fabris	Carregado	5.086.938	19.218.000	Externa	5.135.484	21.518.000
Armazém industrial	V.N. Gaia	942.873	6.077.000	Externa	1.044.637	6.003.000
Instalações Comerciais	Lisboa	1.170.590	1.247.000	Interna	1.199.980	1.247.000
Terreno	Leiria	355.125	797.000	Interna	355.125	797.000
Instalações Comerciais	Cascais	116.985	834.000	Interna	125.331	834.000
	Cascais	264.592	950.000		277.980	950.000
	Prior Velho	2.943.103	15.550.000	Interna	2.943.103	15.550.000
	Loures	197.073	849.000	Interna	201.122	849.000
	Vila Franca Xira	436.378	1.648.000	Interna	458.457	1.648.000
	Benavente	110.868	302.000	Interna	116.065	302.000
		<b>15.122.686</b>	<b>56.952.000</b>		<b>15.584.625</b>	<b>61.934.000</b>

O movimento da rubrica “Propriedades de investimento” em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi como se segue:

<b>2016</b>	<b>TERRENOS E RECURSOS NATURAIS</b>	<b>EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Ativo bruto:</b>			
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2016	9.782.682	32.006.384	41.789.066
Adições			
Alienações			
Transferências e abates			
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	9.782.682	32.006.384	41.789.066
<b>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:</b>			
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2016		26.204.441	26.204.441
Depreciações do exercício		461.939	461.939
Transferências, alienações e abates			
Perdas por imparidade			
Saldo final em 31 de dezembro de 2016		26.666.380	26.666.380
<b>Valor líquido</b>	<b>9.782.682</b>	<b>5.340.004</b>	<b>15.122.686</b>

<b>2015</b>	<b>TERRENOS E RECURSOS NATURAIS</b>	<b>EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Ativo bruto:</b>			
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2015	9.850.956	32.071.454	41.922.410
Adições		2.045.360	2.045.360
Alienações	-68.274	-290.724	-358.998
Transferências e abates		-1.819.706	-1.819.706
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	9.782.682	32.006.384	41.789.066
<b>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:</b>			
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2015		26.771.822	26.771.822
Depreciações do exercício		462.530	462.530
Transferências, alienações e abates		-1.029.911	-1.029.911
Perdas por imparidade			
Saldo final em 31 de dezembro de 2015		26.204.441	26.204.441
<b>Valor líquido</b>	<b>9.782.682</b>	<b>5.801.943</b>	<b>15.584.625</b>

Os movimentos ocorridos no período findo em 31 de dezembro de 2015 devem-se essencialmente à aquisição da parte de construção do Pavilhão B localizado nas instalações Fabris de Gaia e ao efeito do sinistro do edifício localizado no Pólo Industrial do Carregado ocorrido em 3 de março de 2015. Também durante o mesmo período ocorreu a alienação do edifício industrial localizado em Pedroso, Vila Nova de Gaia, com artigo matricial U-12942.

## 8. GOODWILL

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica Goodwill.

A rubrica Goodwill diz integralmente respeito à Atividade BT (empilhadores) resultante da aquisição da subsidiária Movicargo, cuja atividade foi transferida para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A.

O Goodwill não é amortizado, sendo efetuados testes de imparidade com uma periodicidade anual.

Para efeitos de desenvolvimento do teste de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base business plans desenvolvidos pelos responsáveis da empresa e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. e taxas de desconto que refletem os riscos inerentes ao negócio.

Em 31 de dezembro de 2016, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, resumem-se no seguinte quadro:

<b>DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS</b>	
Goodwill	611.997
Período Utilizado	Projeções de cash flows para 5 ano
Taxa de Crescimento (g) <sup>(1)</sup>	2%
Taxa de desconto utilizada <sup>(2)</sup>	9,83%

<sup>1</sup> Taxa de crescimento usada para extrapolar os cash flows para além do período considerado no business plan.

<sup>2</sup> Taxa de desconto aplicada aos cash flows projetados.

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de dezembro de 2016, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo o goodwill (612 milhares de Euros), não excede o seu valor recuperável (16 milhões de Euros).

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável, não irá originar perdas de imparidade.

## 9. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

<b>2016</b>	<b>DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO</b>	<b>PROGRAMAS DE COMPUTADOR</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Ativo bruto:</b>			
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2016	1.394.907	1.010.272	2.405.179
Adições		154.647	154.647
Alienações			0
Transferências e abates	82.310		82.310
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	1.477.217	1.164.919	2.642.136
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:</b>			
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2016	464.969	997.894	1.462.863
Amortização do exercício	492.406	57.738	550.144
Transferências, alienações e abates			
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	957.375	1.055.632	2.013.007
<b>Valor líquido</b>	<b>519.842</b>	<b>109.287</b>	<b>629.129</b>

<b>2015</b>	<b>DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO</b>	<b>PROGRAMAS DE COMPUTADOR</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Ativo bruto:</b>			
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2015	0	991.705	991.705
Adições	1.394.907	18.567	1.413.474
Alienações			
Transferências e abates			
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	1.394.907	1.010.272	2.405.179
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:</b>			
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2015	0	991.705	991.705
Amortização do exercício	464.969	6.189	471.158
Transferências, alienações e abates			
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	464.969	997.894	1.462.863
<b>Valor líquido</b>	<b>929.938</b>	<b>12.378</b>	<b>942.316</b>

Os aumentos registados no período findo em 31 de dezembro de 2015 devem-se a despesas com o desenvolvimento tecnológico associado à produção na fábrica de Ovar do novo modelo Land Cruiser serie 70, (LC70), para exportação.

## 10. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

O detalhe das participações financeiras a 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como se segue:

	CAETANO AUTO	CAETANO AUTO CV	SALTANO	MEP AJUSTAMENTOS	TOTAL
<b>1 janeiro 2015</b>	<b>16.559.325</b>	<b>4.602.230</b>	<b>19.840.172</b>	<b>-1.009.374</b>	<b>39.992.353</b>
Aquisições					0
Ganhos/Perdas	45.942	124.139	142.442		312.522
Outros Movimentos no Capital	-460.136		-495.188	-24.285	-979.610
Alienações/Liquidações					0
Outros (Perdas Atuariais)	-648.200		-751.800	1.116.350	-283.650
Outros				-18.273	-18.273
Dividendos Recebidos					0
<b>31 dezembro 2015</b>	<b>15.496.930</b>	<b>4.726.369</b>	<b>18.735.625</b>	<b>64.418</b>	<b>39.023.342</b>
Aquisições	171				171
Ganhos/Perdas	384.551	107.472	672.913	-257.280	907.656
Outros Movimentos no Capital	1.837	145	2	17.694	19.678
Alienações/Liquidações					0
Outros (Perdas Atuariais)	-872.868		-981.938	725.024	-1.129.782
Dividendos Recebidos		-1.624.908			-1.624.908
<b>31 dezembro 2016</b>	<b>15.010.621</b>	<b>3.209.077</b>	<b>18.426.602</b>	<b>549.856</b>	<b>37.196.156</b>

Os ganhos e perdas atribuíveis às empresas subsidiárias evidenciados na demonstração de resultados (626.455 Euros) incluem:

Resultados apropriados das empresas subsidiárias	907.656
Variação de margem intra-grupo (Nota 22)	-281.201
	<b>626.455</b>

Apresenta-se de seguida, a evolução de percentagens de participação em empresas do grupo:

	CAETANO AUTO		CAETANO AUTO CV		SALTANO	
	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
Capital Próprio	32.416.147	33.470.691	3.950.120	5.817.785	18.430.288	18.739.373
Resultado Líquido	830.457	99.226	132.290	152.805	673.048	142.470
% Direta	46,31%	46,30%	81,24%	81,24%	99,98%	99,98%
% Indireta	98,41%	98,40%	81,24%	81,24%	99,98%	99,98%

O resumo da informação financeira das principais subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos significativos, encontra-se evidenciado no quadro abaixo:

31/12/2016	CAETANO AUTO	CAETANO AUTO CV	SALTANO
<b>Ativos</b>			
Corrente	66.644.229	8.973.708	2.049.100
Não Corrente	47.781.219	1.442.634	19.961.574
<b>Passivos</b>			
Corrente	74.398.428	6.383.839	3.580.387
Não Corrente	7.610.873	82.383	
Capital Próprio	32.416.147	3.950.120	18.430.288
Volume negócios	185.940.532	10.757.901	
Resultado operacional	976.265	225.194	671.997
Resultados financeiros	-316.697	-21.983	
Resultado líquido	830.457	132.290	673.048



31/12/2015	CAETANO AUTO	CAETANO AUTO CV	SALTANO
<b>Ativos</b>			
Corrente	47.146.673	6.142.745	2.054.105
Não Corrente	49.302.852	1.493.829	20.266.706
<b>Passivos</b>			
Corrente	56.929.407	1.818.789	3.581.438
Não Corrente	6.049.428		
Capital Próprio	33.470.691	5.817.785	18.739.373
Volume negócios	186.583.747	8.785.747	
Resultado operacional	304.459	214.311	141.874
Resultados financeiros	-186.529	-9.200	
Resultado líquido	99.226	152.805	142.470

## 11. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os movimentos ocorridos na rubrica “Outros Ativos Financeiros” foi como se segue:

	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
<b>Outros Ativos Financeiros</b>		
Saldo em 1 de janeiro de 2015	3.492.302	3.492.302
Aquisições durante o exercício		
Outras regularizações		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.492.302	3.492.302

Os “Outros Ativos Financeiros” podem ser discriminados da seguinte forma:

<b>OUTROS ATIVOS FINANCEIROS</b>	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
<b>Não corrente</b>		
Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas	59.504	59.504
<b>Corrente</b>		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas (Nota 34)	3.432.799	3.432.799
Adiantamentos por conta de investimentos		
	3.492.302	3.492.302

A rubrica Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas deve-se a pequenos investimentos da Caetano Components transferidos aquando da dissolução da referida Empresa.

Ambos os ativos financeiros mencionados encontram-se mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Refira-se, no entanto, que relativamente aos investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

## 12. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

<b>RUBRICAS</b>	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
Mercadorias	40.511.618	45.952.257
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	9.307.008	10.080.953
Produtos acabados e intermédios	1.466.863	1.613.906
Produtos e trabalhos em curso	849.960	1.070.695
	<b>52.135.449</b>	<b>58.717.810</b>

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi apurado como se segue:

RUBRICAS	31/DEZ/2016			31/DEZ/2015		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS- -PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL	MERCADORIAS	MATÉRIAS- -PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Inventários Iniciais	45.952.257	10.080.953	56.033.209	38.034.011	3.938.945	41.972.957
Compras	194.777.814	30.169.577	224.947.390	189.815.042	36.959.044	226.774.086
Inventários Finais	40.511.618	9.307.008	49.818.626	45.952.257	10.080.953	56.033.209
<b>Total</b>	<b>200.218.452</b>	<b>30.943.521</b>	<b>231.161.973</b>	<b>181.896.797</b>	<b>30.817.037</b>	<b>212.713.834</b>

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi apurada como se segue:

RUBRICAS	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
	Produtos acabados, intermédios e produtos e trabalhos em curso	
Inventários Finais	2.316.823	2.684.601
Inventários Iniciais	2.684.601	6.489.154
<b>Total</b>	<b>-367.778</b>	<b>-3.804.553</b>

### 13. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

RUBRICAS	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
Clientes, conta corrente	101.938.955	86.862.871
Clientes cobrança duvidosa	5.723.947	5.940.234
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 24)	-5.702.310	-5.767.873
	<b>101.960.592</b>	<b>87.035.232</b>

#### ANTIGUIDADE DE CONTAS A RECEBER

Maturidade das dívidas sem reconhecimento de perda de imparidade

2016	< 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	> 120 DIAS	TOTAL
Clientes	67.082.930	9.515.057	5.223.629	20.117.339	101.938.955
2015	< 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	> 120 DIAS	TOTAL
Clientes	64.265.606	8.607.986	951.915	13.037.364	86.862.871

Maturidade das dívidas já vencidas

2016	< 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	> 120 DIAS	TOTAL
Clientes	11.596.985	1.001.415	400.747	12.345.800	25.344.947
2015	< 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Clientes	11.583.715	1.050.742	408.779	12.220.861	25.264.097

Maturidade das dívidas com reconhecimento de perda de imparidade

2016	< 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	> 120 DIAS	TOTAL
Clientes Cobrança Duvidosa	7.173			5.716.773	5.723.946
2015	< 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	> 120 DIAS	TOTAL
Clientes Cobrança Duvidosa				5.940.234	5.940.234

## 14. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
Corrente		
Adiantamentos a fornecedores	392.062	482.675
Acionistas (Nota 34)	896.210	804.641
	<b>1.288.272</b>	<b>1.287.316</b>

## 15. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

RUBRICAS	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
Frotas, campanhas, bónus e participações a receber das marcas	932.100	
Recuperação encargos	40.523	335.530
Aluguer Equipamentos	14.585	4.241
Outros	24.370	47.385
Devedores por acréscimos de rendimento	<b>1.011.579</b>	<b>387.157</b>
Seguros	106.937	91.734
Encargos de Papel Comercial	75.058	50.144
Outros	260.457	423.810
Gastos a reconhecer	<b>442.453</b>	<b>565.688</b>
	<b>1.454.032</b>	<b>952.845</b>

## 16. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

### Impostos sobre o Rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a IRC à taxa de 21% para a matéria coletável, acrescida de derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto, agregada de, no máximo 22,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa desde 2013 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas sediadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado. Para os exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2010, ao lucro tributável apurado em excesso entre 1,5 milhões de Euros e 7,5 milhões de Euros de, acresce uma Derrama Estadual de 3%, superior a 7,5 milhões de Euros e até 35 milhões acresce uma Derrama Estadual de 5% e ao lucro tributável apurado em excesso superior a 35 milhões de Euros acresce uma Derrama Estadual de 7%.

Em março de 2007, a Empresa optou pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do código do IRC, com início de aplicação em 1 de janeiro de 2007. Neste regime, a sociedade dominante (Toyota Caetano Portugal, S.A.) deve registar os impostos calculados nas filiais incluídas no perímetro fiscal (Caetano Auto, Saltano e Caetano Renting) de forma a determinar o imposto sobre o rendimento do Grupo.

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe de imposto sobre o rendimento é como se segue:

	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
Estimativa de imposto	-1.311.145	-597.057
Pagamento por conta/Pagamento especial por conta	728.060	697.478
RETGS	635.401	871.474
<b>Total</b>	<b>52.316</b>	<b>971.895</b>

Sendo que o imposto corrente pode ser decomposto da seguinte forma:

	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
Imposto corrente	1.311.145	597.057
Imposto diferido	428.927	770.419
	<b>1.740.072</b>	<b>1.367.476</b>

A reconciliação do encargo de imposto efetivo, com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 pode ser analisada como se segue:

	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
<b>Resultado Antes de Imposto</b>	<b>7.690.828</b>	<b>7.842.351</b>
Variações Patrimoniais - Regime Transitório		
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial (art.º 18, nº 18)	-626.455	-1.142.682
Reversão de perdas por imparidades tributadas		-383.915
Mais valias contabilísticas	-1.299.761	-3.845.010
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49)	-66.107	-55.231
Benefícios Fiscais	-76.668	-34.576
<b>Rendimentos não sujeitos a imposto</b>	<b>-2.068.991</b>	<b>-5.461.413</b>
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial (art.º 18, nº 18)		
Depreciações e amortizações (art.º 34, nº 1), perdas por imparidades de ativos depreciáveis ou amortizáveis (art.º 35, nº 4) e desvalorizações excecionais (art.º 38) não aceites como gastos	114.641	113.009
50% Mais valias fiscais	649.881	1.922.505
Outros	58.806	387.633
<b>Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais</b>	<b>823.328</b>	<b>2.423.147</b>
<b>Lucro tributável</b>	<b>6.445.165</b>	<b>4.804.085</b>
Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal 21%	1.353.485	1.008.858
Derrama Municipal 1,5 %	96.677	72.061
Derrama Estadual	148.355	99.123
<b>Encargo Imposto teórico</b>	<b>1.598.517</b>	<b>1.180.042</b>
<b>Imposto diferido do exercício</b>	<b>14.874</b>	<b>64.219</b>
<b>Tributação Autónoma</b>	<b>126.681</b>	<b>123.216</b>
<b>Encargo de Imposto Efetivo</b>	<b>1.740.072</b>	<b>1.367.476</b>

### Imposto Diferido

O detalhe e movimento dos montantes e a natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras anexas em 31 de dezembro de 2016 e 2015, podem ser resumidos como se segue:

#### Ativos por Impostos Diferidos:

2016	SALDO INICIAL	MOVIMENTOS REFLETIDOS EM RESULTADOS		MOVIMENTOS REFLETIDOS EM CAPITAIS PRÓPRIOS		SALDO FINAL
		DIMINUIÇÃO	AUMENTO	DIMINUIÇÃO	AUMENTO	
Ativos por impostos diferidos:						
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	775.150				354.245	1.129.395
Prejuízos fiscais reportáveis	502.621	-414.053				88.569
Valorização de instrumentos financeiros	21.270	-14.874				6.396
Provisões	287.442					287.442
Outros						
	<b>1.586.482</b>	<b>-428.927</b>			<b>354.245</b>	<b>1.511.801</b>

2015	SALDO INICIAL	MOVIMENTOS REFLETIDOS EM RESULTADOS		MOVIMENTOS REFLETIDOS EM CAPITAIS PRÓPRIOS		SALDO FINAL
		DIMINUIÇÃO	AUMENTO	DIMINUIÇÃO	AUMENTO	
<b>Ativos por impostos diferidos:</b>						
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	700.000				75.150	775.150
Prejuízos fiscais reportáveis	1.208.822	-706.201				502.622
Valorização de instrumentos financeiros	33.697	-12.427				21.270
Provisões	372.371	-84.929				287.442
Outros						
	<b>2.314.886</b>	<b>-803.555</b>			<b>75.150</b>	<b>1.586.483</b>

**Passivos por Impostos Diferidos:**

2016	SALDO INICIAL	MOVIMENTOS REFLETIDOS EM RESULTADOS		MOVIMENTOS REFLETIDOS EM CAPITAIS PRÓPRIOS		SALDO FINAL
		DIMINUIÇÃO	AUMENTO	DIMINUIÇÃO	AUMENTO	
<b>Passivos por impostos diferidos:</b>						
40% Amortizações resultantes de reavaliações legais	48.576					48.576
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	165.772					165.772
Outros						
	<b>214.348</b>					<b>214.348</b>

2015	SALDO INICIAL	MOVIMENTOS REFLETIDOS EM RESULTADOS		MOVIMENTOS REFLETIDOS EM CAPITAIS PRÓPRIOS		SALDO FINAL
		DIMINUIÇÃO	AUMENTO	DIMINUIÇÃO	AUMENTO	
<b>Passivos por impostos diferidos:</b>						
40% Amortizações resultantes de reavaliações legais	52.148	-3.572				48.576
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	190.200	-24.428				165.772
Outros	5.136	-5.136				
	<b>247.485</b>	<b>-33.137</b>				<b>214.348</b>

Nos termos da legislação em vigor, para os prejuízos fiscais obtidos em Portugal, o período de reporte de prejuízos fiscais para os exercícios ainda em aberto, é como segue:

- i) Prejuízos fiscais gerados em 2012 e 2013: 5 anos
- ii) Prejuízos fiscais gerados em 2014 e 2016: 12 anos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (data das últimas declarações fiscais entregues), os prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais foram registados ativos por impostos diferidos eram como se segue:

PREJUÍZO FISCAL	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015	DATA LIMITE DE UTILIZAÇÃO
Gerados em 2012	368.233	2.339.916	2017
Gerados em 2013	53.524	53.524	2018
	<b>421.757</b>	<b>2.393.440</b>	

A partir de 2012 (inclusive) a dedução de prejuízos fiscais reportados, apurados em exercícios anteriores ou em curso (i.e., compreende todos prejuízos reportados identificados nas alíneas i), ii) e acima) está limitada a 75% do lucro tributável apurado em cada exercício e a partir de 2014 (inclusive) está limitada a 70% do lucro tributável apurado em cada exercício. Esta situação obriga à avaliação anual do montante de imposto diferido passível de ser recuperado nos prazos acima indicados.

## 17. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Salvador Caetano Auto S.G.P.S., S.A.	60,82%
- Toyota Motor Europe NV/SA	27,00%

### DIVIDENDOS

Durante 2016 foram distribuídos dividendos no valor total de 5.250.000 Euros a título de aplicação de resultado de 2015.

O Conselho de Administração vai apresentar uma proposta no sentido de serem pagos dividendos no montante de 5.250.000 Euros. Esta proposta deve ser aprovada em Assembleia Geral.

### RESERVA LEGAL

A Reserva Legal já se encontra totalmente constituída nos termos da legislação comercial em vigor (20% do capital social), pelo que já não é necessário que um mínimo de 5% dos Resultados Líquidos anuais seja destinado à sua dotação. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

### AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS

O valor considerado em “Ajustamentos em ativos financeiros” refere-se aos resultados apropriados pelo Método de Equivalência Patrimonial ainda não distribuídos e aos ajustamentos de transição da aplicação inicial do Método de Equivalência Patrimonial.

### EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação forem alienados.

Os montantes distribuíveis em Capital Próprio, excluindo Resultado Líquido do Período apresentam um total de 67.319.346 Euros na rubrica Reservas Livres.

### PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 2016

Em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação dos resultados líquidos apurados no exercício, no valor de Euros 5.950.755,83 expressos nas demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal:

- Para a conta de reservas não distribuídas por lucros em participações financeiras decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial.  
Eur 626.455,22
- Para dividendos a atribuir ao capital, 0,15 Eur por ação, o que atento o seu número 35.000.000 de ações, perfaz  
Eur 5.250.000,00
- O remanescente para a conta de Resultados Transitados  
Eur 74.300,61

## 18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 os financiamentos tinham o seguinte detalhe:

	31/DEZ/2016			31/DEZ/2015		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Contas correntes caucionadas				10.000.000		10.000.000
Confirming	9.930.536		9.930.536			
Empréstimo bancário - Mútuo	6.210.526	17.000.000	23.210.526	1.842.105	13.210.527	15.052.632
Papel comercial	12.800.000		12.800.000	21.700.000		21.700.000
Locações Financeiras	4.045.860	13.350.204	17.396.064	2.908.367	10.918.440	13.826.807
	<b>32.986.922</b>	<b>30.350.204</b>	<b>63.337.126</b>	<b>36.450.473</b>	<b>24.128.967</b>	<b>60.579.440</b>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos e Programas de Papel Comercial é como se segue:

2016	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE
<b>Corrente</b>		
Conta Corrente Cauconada		3.000.000
Descoberto Bancário		4.000.000
Confirming	9.930.536	10.000.000
Empréstimo - Mútuo	6.210.526	6.210.527
Papel comercial	12.800.000	27.800.000
Locações financeiras	4.045.860	4.045.860
	<b>32.986.922</b>	<b>55.056.386</b>
<b>Não corrente</b>		
Empréstimo - Mútuo	17.000.000	17.000.000
Locações financeiras	13.350.204	13.350.204
	<b>30.350.204</b>	<b>30.350.204</b>
	<b>63.337.126</b>	<b>85.406.590</b>
<b>2015</b>	<b>MONTANTE UTILIZADO</b>	<b>LIMITE</b>
<b>Corrente</b>		
Conta Corrente Cauconada	10.000.000	13.000.000
Descoberto Bancário		4.000.000
Empréstimo - Mútuo	1.842.105	1.842.105
Papel comercial	21.700.000	29.200.000
Locações financeiras	2.908.367	2.908.367
	<b>36.450.473</b>	<b>50.950.472</b>
<b>Não corrente</b>		
Empréstimo - Mútuo	13.210.527	13.210.527
Locações financeiras	10.918.440	10.918.440
	<b>24.128.967</b>	<b>24.128.967</b>
	<b>60.579.440</b>	<b>75.079.439</b>

Apesar do prazo superior a 1 ano, os contratos de Papel Comercial são considerados no curto prazo já que para o efeito consideram-se que estes contratos vencem nas datas de denúncia.

A rubrica Locação Financeira (corrente e não corrente) corresponde a responsabilidades da Empresa como locatário relativos à aquisição de instalações e de bens de equipamento.

O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como se segue:

CONTRATO	BEM LOCADO	CURTO PRAZO	MÉDIO/LONGO PRAZO				TOTAL	
			2018	2019	2020	> 2020		
Diversos	Equipamento Industrial	4.045.860	3.994.884	4.159.010	3.164.286	2.032.023	13.350.204	17.396.064

**MATURIDADE DA DÍVIDA**

As maturidades dos empréstimos existentes em 31 de dezembro de 2016 são as seguintes:

2016	< 1ANO	1 - 3 ANOS	3 - 5 ANOS	> 5 ANOS	TOTAL
Confirming	9.930.536				9.930.536
Empréstimo - Mútuo	6.210.526	7.000.000	10.000.000		23.210.526
Papel comercial	12.800.000				12.800.000
Loações Financeiras	4.045.860	11.318.181	2.032.023		17.396.064
<b>Total de financiamentos</b>	<b>32.986.922</b>	<b>18.318.181</b>	<b>12.032.023</b>		<b>63.337.126</b>

O plano de pagamento de juros são os seguintes:

ETÁRIA JUROS	2017	2018	2019	2020	> 2020	TOTAL
Empréstimos - mútuo	548.072	346.250	222.500	222.500	222.500	1.561.822
Loações Financeiras	538.948	377.055	222.258	84.145	17.426	1.239.832

**19. FORNECEDORES**

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

**20. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

A decomposição da rubrica de Estado e Outros Entes Públicos a 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como se segue:

	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - retenções na fonte	160.573	155.411
Imposto sobre o Valor Acrescentado	8.033.189	5.769.793
Contribuições para a Segurança Social	250.628	245.018
Tributos das autarquias locais	230.717	222.656
Outros	1.261.486	1.857.497
<b>Total Passivo</b>	<b>9.936.592</b>	<b>8.250.374</b>

**21. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS**

O detalhe de Outras dívidas a terceiros em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é como se segue:

OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
Correntes		
Adiantamentos de clientes	92.758	383.786
Acionistas	12.052	11.998
Outras dívidas a terceiros	93.902	28.535
	<b>198.711</b>	<b>424.319</b>



## 22. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como se segue:

RUBRICAS	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
Juros a liquidar	120.885	92.530
Campanhas de promoção de vendas	3.670.380	2.072.912
Encargos com férias e subsídios de férias	2.012.709	1.960.865
Especialização de Gastos afetos a viaturas vendidas	689.185	949.923
Garantias	53.338	66.336
Imposto s/ Veículos de viaturas	743.009	526.486
Pessoal	601.136	262.939
Publicidade	151.824	143.873
Royalties	71.284	108.164
Seguros	134.194	262.294
Valores a pagar já repercutidos para terceiros	667.807	0
Outros fornecimentos externos	583.455	154.746
Credores por acréscimos de gastos	<b>9.499.205</b>	<b>6.601.069</b>
Juros debitados a Clientes	5.827	6.457
Recuperação Sinalética	35.301	539.568
Diferimento margem intra-grupo	1.713.945	1.432.744
Contratos de Manutenção de Viaturas	4.969.360	3.692.098
Subsídios	501.360	509.507
Outros rendimentos a reconhecer	355.132	148.447
Rendimentos a reconhecer	<b>7.580.925</b>	<b>6.328.821</b>
	<b>17.080.130</b>	<b>12.929.890</b>

## 23. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

A Toyota Caetano constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995, 30 de abril de 1996, 9 de agosto de 1996, 23 de dezembro de 2002, 4 de julho de 2003, 2 de fevereiro de 2007, 30 de dezembro de 2008, 23 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2013.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto a Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que a generalidade dos trabalhadores pudesse vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições, configurando um plano de benefícios definidos. Para cobrir estas responsabilidades, encontra-se constituído um Fundo Autónomo (o qual é gerido pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.).

Entretanto, na sequência de pedido de alteração ao funcionamento daquelas compensações, solicitado ao ISP – Instituto de Seguros de Portugal, este Plano de Benefícios Definidos passou a abranger, a partir de 1 de janeiro de 2008, apenas os atuais reformados, os ex-funcionários da Empresa com “pensões diferidas” e os atuais funcionários e quadros da Empresa com mais de 50 anos de idade e pelo menos 15 anos ao serviço da Empresa.

Os pressupostos atuariais utilizados pela sociedade gestora do Fundo de Pensões incluem, o método de cálculo “Current Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 77/73 e SuisseRe 2001, respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de rendimento de 1%, 0% e 1,6%, respetivamente (0%, 0% e 2,3% em 2015).

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido no exercício de 2016 e 2015 pode ser resumido como se segue:

<b>Responsabilidades em 1 janeiro de 2015</b>	<b>20.218.005</b>
Custo dos serviços correntes	44.694
Custo dos juros	732.402
(Ganhos) e perdas atuariais	616.619
Pagamentos de Pensões (Benefícios pagos)	-1.484.800
<b>Responsabilidades em 31 dezembro de 2015</b>	<b>20.126.920</b>
<b>Responsabilidades em 1 janeiro de 2016</b>	<b>20.126.920</b>
Custo dos serviços correntes	39.172
Custo dos juros	739.415
(Ganhos) e perdas atuariais	1.574.421
Pagamentos de Pensões (Benefícios pagos)	-1.541.830
Transferências	596.767
Outros	-571.451
<b>Responsabilidades em 31 dezembro de 2016</b>	<b>20.963.414</b>

O movimento da situação patrimonial do Fundo de pensões, que cobre os dois planos de benefícios acima referidos, durante o exercício de 2016 e 2015, foi como se segue:

	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	TOTAL
<b>Valor do Fundo em 1 de janeiro de 2015</b>	<b>16.986.766</b>	<b>3.937.544</b>	<b>20.924.308</b>
Contribuições	399.100	396.944	796.044
Retorno Real dos ativos do plano	618.464	157.645	776.109
Pagamento de Pensões (Benefícios pagos)	-1.484.800	-31.854	-1.516.654
Transferências entre associados	73.636	-22.243	51.393
Montantes usados da conta CD (Conta Reserva)			
<b>Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>16.593.166</b>	<b>4.438.036</b>	<b>21.031.200</b>
<b>Valor do Fundo em 1 de janeiro de 2016</b>	<b>16.593.166</b>	<b>4.438.036</b>	<b>21.031.202</b>
Contribuições	641.808	213.897	855.705
Retorno Real dos ativos do plano	188.670	73.923	262.593
Pagamento de Pensões (Benefícios pagos)	-1.541.830	-27.960	-1.569.790
Transferências entre associados	489.176	48.719	537.895
Montantes usados da conta CD (Conta Reserva)	8.643	-8.643	0
<b>Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>16.379.632</b>	<b>4.737.972</b>	<b>21.117.604</b>

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, os investimentos individuais do total da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, foi como se segue:

CARTEIRA DO FUNDO	31/DEZ/2016		31/DEZ/2015	
	PESO DA CARTEIRA	VALOR	PESO DA CARTEIRA	VALOR
Ações	9,6%	1.572.445	9,0%	1.493.385
Obrigações	38,2%	6.258.657	39,8%	6.604.080
Imobiliário	38,2%	6.257.019	37,4%	6.205.844
Liquidez	11,7%	1.909.865	10,7%	1.775.469
Outros Ativos	2,3%	381.645	3,1%	514.388
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>16.379.632</b>	<b>100,0%</b>	<b>16.593.166</b>

A evolução das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido e da situação patrimonial do Fundo de pensões afeto pode ser resumido como se segue:

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	2016	2015
Valor da Responsabilidade	20.963.414	20.126.920
Valor do Fundo	16.379.632	16.593.166

A responsabilidade líquida da Empresa acima evidenciada encontra-se acautelada através de uma provisão constituída no valor de cerca de 5,8 milhões (3,5 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2015), refletida em Balanço na rubrica Responsabilidades por planos de benefícios definidos.

## 24. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi o seguinte:

RUBRICAS 31/DEZ/2016	SALDO INICIAL	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES	REVERSÕES	SALDO FINAL
Imparidade Clientes	5.767.873	21.737	-80.816	-6.484	5.702.310
Imparidade Inventários	0				0
<b>Total</b>	<b>5.767.873</b>	<b>21.737</b>	<b>-80.816</b>	<b>-6.484</b>	<b>5.702.310</b>

RUBRICAS 31/DEZ/2015	SALDO INICIAL	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES	REVERSÕES	SALDO FINAL
Imparidade Clientes	5.932.696	16.190	-170.161	-10.852	5.767.873
Imparidade Inventários	377.462			-377.462	0
<b>Total</b>	<b>6.310.157</b>	<b>16.190</b>	<b>-170.161</b>	<b>-388.314</b>	<b>5.767.873</b>

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pela Toyota Caetano Portugal existentes em 31 de dezembro de 2016 respeitam a:

### SWAP TAXA DE JURO

Trata-se de um instrumento financeiro derivado contraído com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro associado a um contrato de mútuo (cash flow hedge), que contribui para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a otimização do custo do funding, não tendo sido designado para efeitos de contabilidade cobertura. O justo valor do referido instrumento financeiro derivado em 31 de dezembro de 2015 era negativo em 28.425 Euros (em 31 de dezembro de 2014 era negativo em 94.532 Euros) e compreende à data de 31 de dezembro de 2016 uma exposição de 4.210.526 Euros desde 22 de dezembro de 2016 pelo prazo remanescente de 3 meses.

Este instrumento financeiro derivado foi avaliado a 31 de dezembro de 2016 pela entidade bancária com quem o mesmo foi contratado, tendo em consideração cash flows futuros e risco estimados (conforme parágrafo 93 da IFRS13).

É intenção da Toyota Caetano Portugal deter este instrumento até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelo referido instrumento.

## 26. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos e atividades, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foi como se segue:

	2016	2015	VAR (%)	2016	2015	VAR (%)	2016	2015	VAR (%)
	MERCADO INTERNO			MERCADO EXTERNO			TOTAL		
Viaturas Ligeiras	180.177.699	169.620.505	6%	40.871.133	29.306.075	39%	221.048.831	198.926.580	11%
Veículos Pesados				505.885	243.519	108%	505.885	243.519	108%
Máquinas Industriais	13.978.593	17.057.891	-18%	95.305	66.436	43%	14.073.898	17.124.327	-18%
Peças e Acessórios	34.413.789	36.128.615	-5%	557.584	524.409	6%	34.971.372	36.653.024	-5%
Outros	3.822.124	3.852.059	-1%	371	8.623	-96%	3.822.494	3.860.682	-1%
	<b>232.392.204</b>	<b>226.659.070</b>	<b>3%</b>	<b>42.030.277</b>	<b>30.149.061</b>	<b>39%</b>	<b>274.422.481</b>	<b>256.808.132</b>	<b>7%</b>



## 28. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
Subcontratos	63.177	25.068
Serviços especializados	21.955.306	22.027.700
Trabalhos especializados	3.192.095	2.973.510
Publicidade e propaganda	14.035.925	14.404.005
Vigilância e segurança	293.076	288.198
Honorários	663.951	673.667
Comissões	81.208	132.522
Conservação e reparação	822.717	736.072
Outros serviços	2.866.334	2.819.726
Materiais	8.646.302	11.280.471
Energia e fluidos	955.890	969.701
Deslocações, estadas e transportes	2.338.275	2.176.122
Deslocações e estadas	1.137.104	1.110.748
Transportes de pessoal	90.386	99.547
Transportes de mercadorias	1.110.784	965.827
Serviços diversos	2.146.518	2.198.873
Rendas e alugueres	415.019	347.489
Comunicação	449.960	350.771
Seguros	571.669	762.487
Royalties	334.109	339.332
Contencioso e notariado	16.296	10.293
Limpeza, higiene e conforto	359.466	388.501
<b>Total fornecimentos e serviços externos</b>	<b>36.105.468</b>	<b>38.677.933</b>

## 29. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
Remunerações dos órgãos sociais	357.349	358.512
Remunerações do pessoal	9.524.331	9.084.354
Pensões	885.001	628.053
Indemnizações	118.937	117.941
Encargos sobre remunerações	3.130.626	2.963.085
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	288.513	191.326
Outros gastos com o pessoal	2.042.515	2.180.770
<b>Total Gastos com o Pessoal</b>	<b>16.347.273</b>	<b>15.524.042</b>

Durante os exercícios findos em dezembro de 2016 e 2015, o número médio de pessoal foi o seguinte:

PESSOAL	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
Empregados	382	363
Assalariados	157	152
	<b>539</b>	<b>515</b>

### 30. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros rendimentos operacionais” tem a seguinte composição:

<b>OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS</b>	<b>31/DEZ/2016</b>	<b>31/DEZ/2015</b>
Aluguer de equipamento	11.894.847	11.392.995
Rendimentos de Imóveis	3.400.831	3.275.409
Subsídios à exploração	2.503.662	2.349.144
Recuperação de encargos com publicidade e prom. de vendas	2.303.720	2.226.420
Descontos pronto pagamento obtidos	15.773	7.753
Ganhos em inventários	117.893	63.263
Ganhos em investimentos não financeiros	1.418.693	4.832.146
Outros	14.546.313	15.266.400
<b>Total outros rendimentos operacionais</b>	<b>36.201.733</b>	<b>39.413.530</b>

A rubrica de Outros refere-se a serviços prestados (ex: gráfica do grupo) e recuperação de despesas diversas (ex: garantias), contratos de manutenção e serviços sociais.

Os Outros Gastos Operacionais decompõem-se da seguinte forma a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

<b>OUTROS GASTOS OPERACIONAIS</b>	<b>31/DEZ/2016</b>	<b>31/DEZ/2015</b>
Impostos	709.360	617.636
Descontos pronto pagamento concedidos	3.338	7.271
Dívidas incobráveis		895
Donativos	2.050	
Perdas em inventários	136.202	52.604
Perdas em investimentos não financeiros	87.449	941.161
Outros	8.079.168	8.137.580
<b>Total outros rendimentos operacionais</b>	<b>9.017.567</b>	<b>9.757.147</b>

A rubrica de Outros inclui gastos com incentivos comerciais e bonificações concedidos aos concessionários.

### 31. RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os resultados financeiros têm a seguinte composição:

<b>JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS</b>	<b>31/DEZ/2016</b>	<b>31/DEZ/2015</b>
Juros obtidos	889	5.491
Perdas por reduções de Justo valor	66.107	55.231
Outros	199.292	197.237
	<b>266.288</b>	<b>257.959</b>

<b>JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS</b>	<b>31/DEZ/2016</b>	<b>31/DEZ/2015</b>
Juros suportados	1.814.985	1.676.225
Outros	643.939	419.277
	<b>2.458.924</b>	<b>2.095.502</b>

### 32. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Apresentamos abaixo um quadro resumo dos instrumentos financeiros da Empresa a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS	NOTA	ATIVOS FINANCEIROS		PASSIVOS FINANCEIROS	
		31/DEZ/2016	31/DEZ/2015	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
Instrumentos Financeiros Derivados	25			28.425	94.532
Outros ativos financeiros	11	3.492.302	3.492.302		
Clientes	13	101.960.592	87.035.232		
Outras Dívidas de Terceiros	14	1.288.272	1.287.316		
Financiamentos obtidos	18			63.337.126	60.579.440
Dívidas a Terceiros	21			198.711	424.319
Fornecedores	19			30.179.049	31.698.659
Caixa e Equivalentes a caixa	5	8.654.980	8.024.428		

### 33. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa mantinha responsabilidades como locatária, relativas a rendas vincendas de contratos de locação financeira de equipamento de transporte de movimentação de carga as quais se encontram incluídas na rubrica "Financiamentos Obtidos" (Nota 18).

Apresenta-se em seguida o plano de pagamentos dos contratos de locação financeira em aberto a 31 de dezembro de 2016:

CONTRATO	BEM LOCADO	CORRENTE	NÃO CORRENTE				TOTAL
			2018	2019	2020 E SEGUINTE	TOTAL NÃO CORRENTE	
Diversos	Equipamento Industrial						
	Capital	4.045.860	3.994.884	4.159.010	5.196.309	13.350.204	17.396.064
	Juros	538.948	377.055	222.258	101.571	700.884	1.239.832

O justo valor das responsabilidades por locações financeiras é semelhante ao justo valor dos ativos locados.

### 34. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos a receber e a pagar com as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal, que em 31 de dezembro de 2016 e 2015 se encontram refletidas nas rubricas do balanço "Clientes", "Fornecedores", "Acionistas", e "Outros Ativos Financeiros" podem ser resumidos como se segue:

	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
Contas a Receber	68.016.608	49.477.654
Contas a Pagar	-1.074.161	-857.707
Outras dívidas de Terceiros-Acionistas Empresas do Grupo inseridas no "RETGS" (Nota14)		
Saltano, S.G.P.S., S.A	146.343	147.394
Caetano Renting, S.A.	-568.117	-538.122
Caetano Auto, S.A.	1.317.984	1.195.369
	896.210	804.641
Outros Ativos Financeiros (Nota 11)		
Suprimentos Concedidos Saltano, S.G.P.S., S.A.	3.432.799	3.432.799

**CLIENTES E FORNECEDORES (Notas 13 e 19)**

Apresenta-se em seguida o quadro-resumo de saldos e fluxos (contas de Clientes e Fornecedores) com empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

2016	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
CAETANO AUTO CV, S.A.	3.559.167	0	6.961.360	0	0		0	0	758.202
CAETANO RENTING, S.A.	8.639.773	-111.374	13.449.962	12.222.486	0		45.474	158.041	464.217
CAETANO AUTO, S.A.	55.817.668	-962.786	125.233.185	463.821	-2.418.481		5.743.719	9.900.794	4.973.180
<b>Total</b>	<b>68.016.608</b>	<b>-1.074.161</b>	<b>145.644.507</b>	<b>12.686.307</b>	<b>-2.418.481</b>		<b>5.789.193</b>	<b>10.058.836</b>	<b>6.195.599</b>

2015	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
CAETANO AUTO CV, S.A.	503.406	200	4.879.290				200		81.672
CAETANO RENTING, S.A.	7.989.083	77.874	9.599.154	7.445.972	-36.585		69.007	197.400	519.898
CAETANO AUTO, S.A.	40.985.166	779.632	125.612.573	409.912	-831.890		7.269.721	9.898.988	2.052.240
<b>Total</b>	<b>49.477.654</b>	<b>857.707</b>	<b>140.091.017</b>	<b>7.855.884</b>	<b>-868.476</b>		<b>7.338.927</b>	<b>10.096.388</b>	<b>2.653.809</b>

O detalhe dos saldos e transações entre a Empresa e as entidades relacionadas, pode ser resumido como se segue:

OUTRAS PARTES RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
GRUPO SALVADOR CAETANO, S.G.P.S., S.A.	77	0	0	0	0		0	0	122
CAETANO BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	893.872	-101.103	3.002.821	10.484	-11.902		122.997	234.406	539.161
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, S.A.	60.407	-65.469	40.197	15.088	44.519		149.492	3.596	73.524
MDS AUTO - MEDIAÇÃO DE SEGUROS, S.A.	2.987	16.880	510	0	0		0	0	5.241
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, S.A.	100.138	-517.444	192	0	146.071		2.376.145	15.312	372.250
PORTIANGA - COMÉRC. INTERNAC. E PARTICIPAÇÕES, S.A.	63.698	-130	2.134	0	0		286	0	71.283
AMORIM, BRITO & SARDINHA, LDA.	0	0	0	0	0		0	0	1.627
ROBERT HUDSON, LTD.	23.705	-778	1.989	0	0		0	778	1.390
CARPLUS - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	390	0	763	0	0		0	0	13.243
GUÉRIN - RENT-A-CAR (DOIS), LDA.	154.590	-21.157	25.357	17.201	0		0	0	128.293
CAETSU PUBLICIDADE, S.A.	-1.847	-740.142	47.967	299	0		2.485.003	3.900	765
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	2.963	-81.668	2.455.825	11.085	0		365.266	31.509	103.552
SALVADOR CAETANO AUTO, S.G.P.S., S.A.	84	0	0	0	0		0	0	68
CHOICE CAR - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	2.285	0	0	0	0		0	0	7.713
CAETANOBUS - FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A.	6.751.835	-26.610	32.994	0	0		72.912	26	3.115.456
IBERICAR - SOCIEDAD IBERICA DEL AUTOMOVIL, SA	17.632	0	0	0	0		0	0	17.632
IBERICAR BENET, SL	291	0	0	0	-945.810		0	0	1.139
CAETANO CITY E ACTIVE (NORTE), S.A.	569.359	-65.892	753.921	0	0		22.246	31.324	21.528
CAETANO DRIVE, SPORT E URBAN, S.A.	-5.549	0	3.558	0	0		0	0	2.807
CAETANO ACTIVE, S.A.	-458	0	455	0	0		0	0	172
CAETANO POWER, S.A.	-2.208	0	3.270	0	0		0	0	850
SALVADOR CAETANO AUTO ÁFRICA, S.G.P.S., S.A.	66	0	0	0	0		0	0	96
AUTO PARTNER - IMOBILIÁRIA, S.A.	35	0	0	0	0		0	0	71
CAETANO TECHNIK, S.A.	-7.084	0	947	0	0		0	0	2.911
IBERICAR AUTO NIPON, SLU	97	0	0	0	0		0	0	97
CAETANO RETAIL, S.G.P.S., S.A.	46.508	0	0	0	0		0	0	99.115
CAETANO MOTORS, S.A.	-5.645	0	3.884	0	0		0	0	4.784
CAETANO STAR, S.A.	6.779	0	1.189	0	0		99	0	11.673
LAVORAUTO - ADM. IMOB. E CONSULT. DE EMPRESAS, S.A.	-1.091	-1.827	0	0	0		0	0	17
CAETANO PARTS, LDA.	0	0	6.295	8	0		3.060	0	6.059
IBERICAR CUZCOMOTOR, SAU	291	0	0	0	0		0	0	291
IBERICAR CENTRO AUTO, SL	389	0	0	0	0		0	0	389
IBERICAR TECHNIK, SAU	194	0	0	0	0		0	0	194
IBERICAR RECAMBIO CENTRO, SLU	97	0	0	0	0		0	0	97



OUTRAS PARTES RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
IBERICAR REICOMSA, SAU	291	0	0	0	0		0	0	647
IBERICAR MOTORS MÁLAGA, SLU	194	0	0	0	0		0	0	194
SOL GREEN WATT, SL	0	0	0	0	0		0	0	390
LIDERA SOLUCIONES, SL	1.248	0	0	0	0		2.000	0	1.442
IBERICAR MÓVIL, SLU	194	0	0	0	0		0	0	314
CAETANO FÓRMULA, S.A.	-5.361	0	1.393	0	0		183	0	2.872
IBERICAR MOTORS CÁDIZ, SL	389	0	0	0	0		0	0	389
MOVICARGO - SERVIÇOS ADUANEIROS, LDA.	1.059	-232.281	0	27.683	0		43.011	537.978	3.460
IBERICAR GESTOSO, SL	583	0	0	0	0		0	0	943
IBERICAR BARCELONA PREMIUM, SL	1.933	0	0	0	0		0	0	1.933
IBERICAR FÓRMULA CÁDIZ, SL	291	0	0	0	0		0	0	696
IBERICAR CADÍ, SAU	389	0	0	0	0		0	0	701
GUERIN RENT-A-CAR, SLU	97	0	0	0	0		0	0	97
GLOBALWATT, S.G.P.S., S.A.	25	0	0	0	0		0	0	90
CENTRAL SOLAR DE CASTANHOS, S.A.	25	0	0	0	0		0	0	20
VAS ÁFRICA, S.G.P.S., S.A.	105	0	0	0	0		0	0	88
SALVADOR CAETANO INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.	0	0	0	0	0		0	0	252
IBERICAR MÓVIL SUR, SLU	97	0	0	0	0		0	0	97
PV LOIRAL - PRODUÇÃO DE ENERGIA, UNIPESSOAL, LDA.	25	0	0	0	0		0	0	20
CAETANO AERONAUTIC, S.A.	660.398	-56.138	846	0	0		45.641	0	463.311
SALVADOR CAETANO EQUIPAMENTOS, S.A.	21	0	442	0	0		0	0	19
CAETANO FÓRMULA EAST AFRICA, S.A.	52	0	0	0	0		0	0	45
CAETANO FÓRMULA MOÇAMBIQUE, SA	484	0	0	0	0		0	0	544
CAETANO MOVÉ ÁFRICA, S.A.	21	0	0	0	0		0	0	19
CAETANO FÓRMULA WEST AFRICA, S.A.	0	0	223	0	0		0	0	183
PLATINIUM V.H. - IMPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	8.316	-14	0	0	0		14	0	26.955
ATTENTIONFOCUS, LDA.	8	0	0	0	0		0	0	41
CAETANO ENERGY, S.A.	8.837	0	1.206	0	0		0	0	9.052
ATLÂNTICA - COMPANHIA PORTUGUESA DE PESCA, S.A.	5.132	0	0	0	0		0	0	17
TURISPAIVA - SOCIEDADE TURÍSTICA PAIVENSE, S.A.	135	0	0	0	0		0	0	1.320
COVIM - SOC. AGRÍCOLA, SILVÍCOLA E IMOBILIÁRIA, S.A.	0	-2.460	0	0	0		2.000	0	39
DICUORE - DECORAÇÃO, S.A.	25	0	0	0	0		0	0	20
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTADORIA, S.A.	84	-14.691	0	0	0		72.490	15	221
SPRAMO - PUBLICIDADE E IMAGEM, S.A.	0	-681	0	0	0		0	0	0
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, S.A.	375	-89.926	0	0	0		57.859	0	1.969
SIMOGA - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA DE GAIA, S.A.	1.036	0	0	0	0		0	0	0
FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO	99	0	0	0	0		0	0	99
TOYOTA MOTOR CORPORATION	17.872	-4.502.328	0	32.269.770	0		0	408.125	17.872
TOYOTA MOTOR EUROPE	5.585.589	-15.901.973	34.807.306	154.505.996	0		0	6.347.165	2.830.755

## 35. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

### COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NA POSIÇÃO FINANCEIRA:

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Empresa tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

RESPONSABILIDADES	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
Por Fianças Prestadas	1.500.000	1.500.000
A.T. A.	4.000.000	4.000.000
Outras Garantias Financeiras	1.168.684	994.671
	<b>6.668.684</b>	<b>6.494.671</b>

O montante apresentado relativo A. T. A. refere-se a caução prestada à Autoridade Tributária e Aduaneira - Direcção Geral das Alfândegas no âmbito do desalfandegamento de inventários alvo de importação.

Na sequência de financiamentos contratados no valor de 17 milhões de Euros, a Toyota Caetano concedeu às respetivas instituições financeiras garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis avaliados, à data de contratação dos referidos financiamentos, em cerca de 25,1 milhões de Euros.

### PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

A reclamação judicial apresentada por um anterior agente, que se encontrava pendente de decisão de recurso apresentado no Supremo Tribunal de Justiça, foi concluída, não tendo resultado, como era convicção da Administração, qualquer tipo de responsabilidade para a Empresa.

### VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

### INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

A empresa adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contra-ordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

### 36. RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

O resultado líquido por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
Resultado	5.950.756	6.474.875
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Resultado por ação (básico e diluído)	0,17	0,18
Rendimento integral	3.620.475	4.952.765
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Rendimento integral por ação (básico e diluído)	0,10	0,14

### 37. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações fixas dos membros dos órgãos sociais da Toyota Caetano Portugal, S.A. nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram como se segue:

ÓRGÃOS SOCIAIS	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
Conselho de Administração	347.183	347.183
Conselho Fiscal	8.400	8.400

### 38. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos à sociedade de Revisores oficiais de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda. no exercício de 2016 e 2015 foi como segue:

	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
Honorários Totais referentes revisão legal de contas	29.500	29.500
Honorários Totais referentes a outros serviços de garantia de fiabilidade	3.500	

### 39. INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

A empresa adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contra-ordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

### 40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do ano de 2016, e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes suscetíveis de serem mencionados.

## 41. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2017.

Tendo em conta o previsto no Código das Sociedades Comerciais, existe a possibilidade das presentes Demonstrações Financeiras serem alteradas após a respetiva aprovação pela emissão para Conselho de Administração.

### O CONTABILISTA CERTIFICADO

Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Reis da Silva Ramos - Presidente

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Miguel Pedro Caetano Ramos

Nobuaki Fujii

Matthew Peter Harrison

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

4



CONTAS  
CONSOLIDADAS

**INDICADORES FINANCEIROS CONSOLIDADOS**

(Euros)

	<b>DEZ '16</b>	<b>DEZ '15</b>	<b>DEZ '14</b>
VENDAS	336.956.422	319.307.542	271.639.918
CASH-FLOW BRUTO	22.814.263	20.569.096	16.286.390
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	2.296.755	2.105.152	1.343.024
GASTOS COM O PESSOAL	39.365.006	38.673.292	35.838.481
INVESTIMENTO LÍQUIDO	19.090.702	22.915.693	13.022.095
VOLUME DE EMPREGO	1.505	1.567	1.492
RESULTADO LÍQUIDO COM INT. QUE NÃO CONTROLAM	6.003.186	6.166.789	3.960.251
RESULTADO LÍQUIDO SEM INT. QUE NÃO CONTROLAM	5.950.756	6.134.247	3.973.763
GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA	46,29%	48,76%	52,01%

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	NOTAS	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Goodwill	8	611.997	611.997
Ativos intangíveis	5	1.077.832	1.460.526
Ativos fixos tangíveis	6	86.264.400	83.589.227
Propriedades de investimento	7	17.903.011	16.665.199
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	3.483.128	3.463.450
Ativos por impostos diferidos	14	2.194.438	2.248.042
Clientes	11	26.048	46.553
Total de ativos não correntes		<b>111.560.854</b>	<b>108.084.994</b>
<b>ATIVOS CORRENTES:</b>			
Inventários	10 e 24	82.791.897	82.163.203
Clientes	11 e 24	57.894.408	56.830.687
Outras dívidas de terceiros	12	2.999.881	3.146.581
Estado e outros entes públicos	21	1.151.938	105.973
Imposto sobre o rendimento	21	99.372	1.148.070
Outros ativos correntes	13	4.723.329	3.074.581
Caixa e equivalentes a caixa	15	14.556.190	11.364.954
Total de ativos correntes		<b>164.217.015</b>	<b>157.834.049</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>275.777.869</b>	<b>265.919.043</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	16	35.000.000	35.000.000
Reserva legal	16	7.498.903	7.498.903
Reservas de reavaliação	16	6.195.184	6.195.184
Reservas de conversão - Cambial	16	(1.695.238)	(1.695.238)
Reservas de justo valor - Ativos financeiros disponíveis para venda	9 e 16	402.446	382.767
Outras reservas	16	73.024.661	74.490.374
Resultado consolidado líquido do exercício		5.950.756	6.134.247
		<b>126.376.712</b>	<b>128.006.237</b>
Interesses que não controlam	17	1.294.261	1.647.295
Total do capital próprio		<b>127.670.973</b>	<b>129.653.532</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Financiamentos Obtidos	18	32.894.408	27.011.863
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	23	8.434.420	5.700.000
Provisões	24	407.105	303.252
Passivos por impostos diferidos	14	1.717.275	1.723.613
Total de passivos não correntes		<b>43.453.208</b>	<b>34.738.728</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Financiamentos Obtidos	18	36.326.297	36.801.453
Fornecedores	19	35.509.231	36.237.691
Outras dívidas a terceiros	20	1.095.835	1.265.885
Estado e outros entes públicos	21	10.321.909	9.663.087
Outros passivos correntes	22	20.680.411	17.464.135
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	23	691.580	-
Instrumentos financeiros derivados	25	28.425	94.532
Total de passivos correntes		<b>104.653.688</b>	<b>101.526.783</b>
<b>Total do passivo e capital próprio</b>		<b>275.777.869</b>	<b>265.919.043</b>

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

	NOTAS	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
<b>RENDIMENTOS OPERACIONAIS:</b>			
Vendas	29	316.199.986	299.879.607
Prestações de serviços	29	20.756.436	19.427.935
Outros rendimentos operacionais	32	43.214.520	46.228.677
Variação da produção	10	(340.128)	(3.825.916)
Total de rendimentos operacionais		<b>379.830.814</b>	<b>361.710.303</b>
<b>GASTOS OPERACIONAIS:</b>			
Custo das vendas	10	(274.923.739)	(260.181.357)
Fornecimentos e serviços externos	30	(37.106.246)	(36.416.747)
Gastos com o pessoal	31	(39.365.006)	(38.673.292)
Amortizações e depreciações	5, 6 e 7	(15.540.732)	(13.662.625)
Provisões	24	(257.706)	(111.771)
Perdas por imparidade	24	(113.831)	605.826
Outros gastos operacionais	32	(2.958.588)	(3.000.555)
Total de gastos operacionais		<b>(370.265.848)</b>	<b>(351.440.521)</b>
Resultados operacionais		9.564.966	10.269.782
Gastos e perdas financeiros	33	(2.643.285)	(2.193.639)
Rendimentos e ganhos financeiros	33	346.531	88.487
Resultados antes de impostos		7.268.212	8.164.630
Impostos sobre o rendimento	26	(1.265.026)	(1.997.841)
Resultado líquido consolidado do exercício		<b>6.003.186</b>	<b>6.166.789</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO ATRIBUÍVEL:</b>			
ao Grupo		5.950.756	6.134.247
a interesses que não controlam		52.430	32.542
		<b>6.003.186</b>	<b>6.166.789</b>
<b>RESULTADOS POR AÇÃO:</b>			
de operações continuadas	27	<b>0,170</b>	<b>0,175</b>
Básico		<b>0,170</b>	<b>0,175</b>
de operações continuadas	27	<b>0,170</b>	<b>0,175</b>
Diluído		<b>0,170</b>	<b>0,175</b>

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.



**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Montantes expressos em Euros)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVA DE REAVIAÇÃO	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	RESERVAS DE JUSTO VALOR	OUTRAS RESERVAS	TOTAL DE RESERVAS	RESULTADO LÍQUIDO	SUBTOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>35.000.000</b>	<b>7.498.903</b>	<b>6.195.184</b>	<b>(1.695.238)</b>	<b>38.951</b>	<b>76.591.909</b>	<b>88.629.709</b>	<b>3.973.763</b>	<b>127.603.472</b>	<b>1.630.768</b>	<b>129.234.240</b>
Alterações no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado consolidado de 2014	-	-	-	-	-	3.973.763	3.973.763	(3.973.763)	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	(982.798)	(982.798)	-	(982.798)	-	(982.798)
Alteração do justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	343.816	-	343.816	-	343.816	-	343.816
Remensurações (Perdas atuariais)	-	-	-	-	-	(542.500)	(542.500)	-	(542.500)	-	(542.500)
	-	-	-	-	343.816	2.448.465	2.792.281	(3.973.763)	(1.181.482)	-	(1.181.482)
<b>Resultado Líquido Consolidado</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>6.134.247</b>	<b>6.134.247</b>	<b>32.542</b>	<b>6.166.789</b>
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	343.816	(542.500)	(198.684)	6.134.247	5.935.563	32.542	5.968.105
Operações com detentores de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	(4.550.000)	(4.550.000)	-	(4.550.000)	(16.015)	(16.015)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	74.490.374	86.871.990	6.134.247	128.006.237	1.647.295	129.653.532
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>35.000.000</b>	<b>7.498.903</b>	<b>6.195.184</b>	<b>(1.695.238)</b>	<b>382.767</b>	<b>74.490.374</b>	<b>86.871.990</b>	<b>6.134.247</b>	<b>128.006.237</b>	<b>1.647.295</b>	<b>129.653.532</b>
Alterações no período	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-
Aplicação do resultado consolidado de 2015	-	-	-	-	-	6.134.247	6.134.247	(6.134.247)	-	-	-
Outros – dividendos distribuídos a interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(375.248)	(375.248)
Alteração do justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	19.679	-	19.679	-	19.679	-	19.679
Remensurações (Perdas atuariais)	-	-	-	-	-	(2.349.960)	(2.349.960)	-	(2.349.960)	(30.216)	(2.380.176)
	-	-	-	-	19.679	3.784.287	3.803.966	(6.134.247)	(2.330.281)	(405.464)	(2.735.745)
<b>Resultado Líquido Consolidado</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>5.950.756</b>	<b>5.950.756</b>	<b>52.430</b>	<b>6.003.186</b>
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	19.679	(2.349.960)	(2.330.281)	5.950.756	3.620.475	52.430	3.672.905
Operações com detentores de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	(5.250.000)	(5.250.000)	-	(5.250.000)	-	(5.250.000)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	73.024.661	85.425.956	5.950.756	126.376.712	1.294.261	127.670.973
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>35.000.000</b>	<b>7.498.903</b>	<b>6.195.184</b>	<b>(1.695.238)</b>	<b>402.446</b>	<b>73.024.661</b>	<b>85.425.956</b>	<b>5.950.756</b>	<b>126.376.712</b>	<b>1.294.261</b>	<b>127.670.973</b>

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

	31/DEZ/2016	31/DEZ/2015
Resultado consolidado líquido do exercício, incluindo interesses que não controlam	6.003.186	6.166.789
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, passíveis de serem reciclados por resultados:		
Variação do justo valor de Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	19.679	343.816
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, não recicláveis por resultados:		
Remensurações (Perdas atuariais brutas de imposto) (Nota 23)	(2.704.205)	(700.000)
Imposto diferido das perdas atuariais (Nota 14)	354.245	157.500
Rendimento integral consolidado do período	3.672.905	5.968.105
Atribuível a:		
Acionistas da empresa mãe	3.620.475	5.935.563
Interesses que não controlam	52.430	32.542

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS**

(Euros)

<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>31/DEZ/16</b>		<b>31/DEZ/15</b>	
Recebimentos de Clientes	335.629.628		320.519.560	
Pagamentos a Fornecedores	(311.678.339)		(304.217.012)	
Pagamentos ao Pessoal	(30.916.744)		(31.079.100)	
Fluxo gerado pelas Operações		<b>(6.965.455)</b>		<b>(14.776.552)</b>
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		225.691		(781.675)
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional		29.538.422		23.936.800
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		<b>22.798.658</b>		<b>8.378.573</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos Financeiros				
Propriedade de Investimento (Nota 7)	-		4.245.461	
Ativos Fixos Tangíveis (Nota 6)	5.158.890		2.807.093	
Juros e Proveitos Similares	397.242		74.737	
Dividendos	-	5.556.132	-	7.127.291
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos Financeiros	(234)		(6.755)	
Ativos Fixos Tangíveis (Nota 6)	(14.064.333)		(11.404.398)	
Ativos Intangíveis (Nota 5)	(284.726)	(14.349.293)	(1.474.235)	(12.885.388)
<b>Fluxo das Atividades de Investimento</b>		<b>(8.793.161)</b>		<b>(5.758.097)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos Obtidos	26.298.944		23.352.632	
Subsídios e doações	-	26.298.944	-	23.352.632
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos Obtidos	(25.110.526)		(17.893.476)	
Amortização de Contratos de Locação Financeira	(3.752.429)		(2.333.471)	
Juros e Custos Similares	(2.612.560)		(2.349.775)	
Dividendos (Nota 16)	(5.637.690)	(37.113.205)	(4.562.431)	(27.139.153)
<b>Fluxo das Atividades de Financiamento</b>		<b>(10.814.261)</b>		<b>(3.786.521)</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES</b>				
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período (Nota 15)		11.364.954		12.530.999
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período (Nota 15)		14.556.190		11.364.954
<b>Varição de Caixa e Seus Equivalentes</b>		<b>3.191.236</b>		<b>(1.166.045)</b>

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

# NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e é a empresa-mãe de um Grupo (“Grupo Toyota Caetano” ou “Grupo”), cujas empresas exercem, sobretudo, atividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de automóveis ligeiros e pesados, a indústria de autocarros, a comercialização e aluguer de equipamento industrial de movimentação de cargas, a comercialização de peças para veículos, bem como a correspondente assistência técnica.

A Toyota Caetano Portugal, S.A., pertence ao Grupo Salvador Caetano (Grupo liderado pela sociedade Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A.), sendo detida diretamente pela sociedade Salvador Caetano Auto - S.G.P.S., S.A., desde finais do ano.

O Grupo Toyota Caetano exerce a sua atividade essencialmente em Portugal e em Cabo Verde.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o referido no ponto 2.2.c).

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

### 2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Toyota Caetano e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) e pelo Standing Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia, em vigor para os exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, do justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016, foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

a) Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2016:

(i) Normas:

- **IAS 1** (alteração), ‘Revisão às divulgações’. A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial. Esta alteração teve impacto pouco significativo nas Demonstrações financeiras do Grupo.

- **IAS 16 e IAS 38** (alteração), ‘Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos’. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no réditto obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras do Grupo.
  - **IAS 16 e IAS 41** (alteração), ‘Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis’. Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – “Agricultura” para o âmbito da IAS 16 – “Ativos tangíveis”, com o conseqüente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – “Agricultura”. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras do Grupo.
  - **IAS 19** (alteração), ‘Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados’. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras do Grupo.
  - **IAS 27** (alteração), ‘Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas’. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras do Grupo.
  - **Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28**, ‘Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar’. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma “Entidade de Investimento” se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma “Entidade de investimento”. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras do Grupo.
  - **IFRS 11** (alteração), ‘Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta’. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras do Grupo.
  - **Melhorias às normas 2010 – 2012**. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Esta alteração teve impacto pouco significativo nas Demonstrações financeiras do Grupo.
  - **Melhorias às normas 2012 - 2014**. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Esta alteração teve impacto pouco significativo nas Demonstrações financeiras do Grupo.
- b) Normas que já foram publicadas e cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, ou em data posterior, que a União Europeia já endossou e que a Entidade decidiu não adoptar antecipadamente:
- (i) Normas:
- **IFRS 9** (nova), ‘Instrumentos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras do Grupo.

- **IFRS 15** (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". Não se estima impacto significativo da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras do Grupo.
- c) Normas, alterações a normas e interpretações que já foram publicadas e cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, ou em data posterior, que a União Europeia ainda não endossou e que a Entidade decidiu não adotar antecipadamente:
- (i) Normas:
- **IAS 7** (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração de Fluxos de Caixa. Não se estima impacto significativo da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras do Grupo.
  - **IAS 12** (alteração), 'Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal. Não se estima impacto significativo da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras do Grupo.
  - **IAS 40** (alteração), 'Transferência de propriedades de investimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimento quando exista a evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Não se estima impacto significativo da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras do Grupo.
  - **IFRS 2** (alteração), 'Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Não se estima impacto significativo da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras do Grupo.
  - **IFRS 4** (alteração), 'Contratos de seguro' (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9) (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração de resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras da Entidade.

- **Alterações à IFRS 15**, ‘Rédito de contratos com clientes’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Não se estima impacto significativo da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras do Grupo.
- **IFRS 16** (nova), ‘Locações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”.
- **Melhorias às normas 2014 – 2016** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IFRS 28. Não se estima impacto significativo da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras do Grupo.

(ii) Interpretações:

- **IFRIC 22** (nova), ‘Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 – “Os efeitos de alterações em taxas de câmbio” e refere-se à determinação da “data da transação” quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A “data da transação” determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. Não se estima impacto da adoção futura desta interpretação nas demonstrações financeiras do Grupo.

## 2.2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os princípios de consolidação adotados pelo Grupo:

### a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo esteja exposto, ou tenha direitos, a retornos variáveis, em consequência do seu envolvimento nessas empresas, e tenha a capacidade de afetar esses retornos, através do poder sobre essas empresas (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada dos resultados por naturezas, na rubrica “Interesses que não controlam”. As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas que não controlam excedem os interesses que não controlam no capital próprio da filial, os interesses que não controlam absorvem esse excesso.

Para as concentrações empresariais anteriores a 2010 foi utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição corresponderá ao justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial corresponderão inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses que não controlam. A diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor da parcela do Grupo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registada como Goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração Consolidada dos Resultados.

Para as concentrações de atividades empresariais ocorridas após 1 de janeiro de 2010 o Grupo aplicou a IFRS 3 revista. Segunda esta norma revista o método da compra continua a ser aplicado nas concentrações de atividades, com algumas alterações significativas:

- (i) os montantes que compõem o preço de compra são valorizados ao justo valor, existindo a opção, de transação a transação, mensurar os “interesses que não controlam” pela proporção do valor dos ativos líquidos da entidade adquirida ou ao justo valor dos ativos e passivos adquiridos.
- (ii) os custos associados à aquisição são registados como gastos.

Igualmente foi aplicada desde 1 de janeiro de 2010 a IAS 27 revista, a qual exige que todas as transações com os interesses que não controlam sejam registadas no Capital Próprio, quando não há alteração no controlo sobre a Entidade, não havendo lugar ao registo de goodwill ou ganhos ou perdas. Quando há perda do controlo exercido sobre a entidade, qualquer interesse remanescente sobre a entidade é remensurado ao justo valor, e um ganho ou perda é reconhecido nos resultados do exercício.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transações, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

#### b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa, mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como goodwill e mantidas no valor da rubrica “Goodwill” (Nota 8). Se essas diferenças forem negativas são registadas como um ganho do período na rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos operacionais”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo não detinha investimentos financeiros em empresas associadas.



## c) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da demonstração da posição financeira, e os gastos e os rendimentos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de janeiro de 2004 é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”. As diferenças cambiais acumuladas geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida da rubrica do capital próprio “Outras reservas”.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

Nos exercícios de 2016 e 2015, as cotações utilizadas na conversão para Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

2016	MOEDA	CÂMBIO FINAL 2016	CÂMBIO HISTÓRICO MÉDIO 2016	CÂMBIO DATA CONSTITUIÇÃO	CÂMBIO FINAL 2015
Caetano Auto CV, S.A.	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço exceto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

2015	MOEDA	CÂMBIO FINAL 2015	CÂMBIO HISTÓRICO MÉDIO 2015	CÂMBIO DATA CONSTITUIÇÃO	CÂMBIO FINAL 2014
Caetano Auto CV, S.A.	CVE	009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço exceto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

### 2.3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

#### a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (e nos países das respetivas subsidiárias do Grupo) até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 5
- Ferramentas e utensílios	4 - 14
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

As despesas com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração consolidada dos resultados como “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

## **b) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como gasto na demonstração consolidada dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração consolidada dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

## **c) Propriedades de investimento**

As propriedades de investimento, que correspondem a ativos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização do capital, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respetivo justo valor objeto de divulgação (Nota 7).

Sempre que o justo valor destes ativos se revele inferior ao seu respetivo custo de aquisição é registada uma perda de imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica “Perdas por imparidade” na demonstração consolidada dos resultados. No momento em que as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica “Perdas por imparidade” na demonstração consolidada dos resultados até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor resultante das avaliações externas das propriedades de investimento, que é objeto de divulgação foi determinado com base em avaliações imobiliárias efetuadas por entidade especializada independente (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento).

**d) Locações**

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível e as correspondentes responsabilidades são registadas como locações financeiras. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o ativo fixo tangível amortizado conforme descrito na Nota 2.3.a), exceto se o prazo de locação for mais curto do que a vida útil estimada.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração consolidada dos resultados do exercício a que respeitam (Nota 35).

**e) Inventários**

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são reconhecidas no momento inicial das respetivas aquisições ao custo. Posteriormente as mesmas encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

Os produtos acabados e intermédios bem como os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta, gastos gerais de fabrico e serviços executados no exterior.

As perdas de imparidade acumuladas para desvalorização de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, o qual corresponde à cotação evidenciada em estatísticas de mercado.

**f) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas**

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

***Subsídios não reembolsáveis***

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de ativos fixos tangíveis, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes" sendo reconhecidos como ganho na demonstração consolidada dos resultados proporcionalmente às amortizações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a empresa já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

***Subsídios reembolsáveis***

O benefício de um financiamento governamental com uma taxa de juro inferior à do mercado é tratado como um subsídio governamental. O empréstimo deve ser reconhecido e mensurado ao justo valor. O benefício da taxa de juro inferior à do mercado deve ser medido como a diferença entre a quantia escriturada inicial do empréstimo determinada em conformidade com a IAS 39 e os proveitos recebidos. O benefício é contabilizado em conformidade com a IAS 20. A entidade deve ter em conta as condições e obrigações que foram, ou devem ser, satisfeitas ao identificar os custos que o benefício do empréstimo visa compensar.

**g) Imparidade de ativos**

- *Ativos não correntes exceto Goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Perdas por imparidade". O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como "Perdas por imparidade". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

- *Goodwill*

O valor do Goodwill não é amortizado sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo. As perdas por imparidade do Goodwill são registadas na demonstração de resultados do exercício em que a perda é constatada na rubrica "Perdas por imparidade".

As perdas por imparidade relativas a Goodwill não podem ser revertidas.

**h) Encargos financeiros**

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, exceto se esses encargos estiverem diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, caso em que são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

**i) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 24).

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

**j) Instrumentos financeiros****(i) Investimentos**

O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos financeiros disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

**Investimentos registados ao justo valor através de resultados**

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos financeiros derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se forem designados para efeitos de contabilidade de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo Toyota Caetano não detinha instrumentos financeiros inseridos nas categorias "ativos financeiros detidos para negociação" e "instrumentos registados ao justo valor através de resultados".

**Investimentos detidos até ao vencimento**

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento. Estes investimentos são classificados como Ativos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo Toyota Caetano não detinha instrumentos financeiros inseridos na categoria "Investimentos detidos até ao vencimento".

**Ativos financeiros disponíveis para venda**

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo Toyota Caetano detinha Unidades de Participação do Círculo - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado (Nota 9).

***Justo Valor de Investimentos Financeiros***

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado (Nível 1). Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência. No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado (ex: modelos de fluxos de caixa descontados que incorporam curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado, no caso de instrumentos financeiros derivados) – Nível 2. Para os restantes casos, são utilizadas técnicas de valorização, não baseadas em dados de mercado observáveis – Nível 3.

Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os "investimentos registados ao justo valor através de resultados". Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os "ativos financeiros disponíveis para venda", são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data de demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ativos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em ações de empresas não cotadas são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo.

O justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho do mercado bolsista onde os mesmos são transacionados, à data da demonstração da posição financeira.

O Grupo efetua avaliações à data de cada demonstração da posição financeira sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para ‘Investimentos financeiros disponíveis para venda’, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

#### (ii) Clientes e Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflitam o seu valor recuperável. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Evidência de existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e informação dos seus departamentos de controlo de crédito e jurídico, que lhe permitem efetuar uma estimativa dos montantes em imparidade.

#### (iii) Financiamentos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

#### (iv) Fornecedores e Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

**(v) Instrumentos financeiros derivados**

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de reduzir a sua exposição a esses riscos. Os instrumentos financeiros derivados normalmente utilizados correspondem a “swaps” de taxa de juro e “forwards” cambiais e visam a cobertura do risco de variação da taxa de juro em financiamentos obtidos e variações da taxa de câmbio em transações futuras em moeda estrangeira.

Os derivados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor à data em que é tomada parte nas suas disposições contratuais, e mensurados subsequentemente ao seu justo valor. O método pelo qual se reconhecem as variações de justo valor depende da designação (ou não) desse derivado como instrumento de cobertura e, no caso de estar designado, da natureza do item coberto.

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo apenas tem negociados derivados designados para negociação.

Os instrumentos derivados que a empresa não designou como cobertura, embora tenham sido contratados com objetivos de cobertura económica, são registados inicialmente pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de avaliações efetuadas pelas entidades bancárias com quem o Grupo celebra os respetivos contratos, afetam diretamente as rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada dos resultados.

O justo valor dos derivados contratados a 31 de dezembro de 2016 e 2015 é apresentado na Nota 25.

**(vi) Caixa e equivalentes a caixa**

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

**k) Complementos de reforma (Plano de Benefícios Definidos e Plano de Contribuição Definida)**

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos atuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o “Current Unit Credit Method”.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros deduzidos do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 23).

As remensurações são reconhecidas na rubrica de “Outras reservas”, não sendo recicláveis por resultado.

**l) Ativos e passivos contingentes**

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas quando é provável a existência de benefício económico futuro.

**m) Impostos sobre o rendimento**

Os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”), o qual inclui as empresas do Grupo Toyota Caetano com sede em Portugal: Toyota Caetano Portugal, Caetano Renting, Saltano e Caetano Auto.

Para a única empresa do Grupo Toyota Caetano com sede no estrangeiro (Caetano Auto Cabo Verde), a tributação é efetuada numa base individual e em conformidade com a legislação aplicável.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de Goodwill ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

**n) Especialização de exercícios**

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

**o) Rédito**

O rédito é reconhecido líquido de impostos e descontos comerciais, pelo justo valor do montante recebido ou a receber, sendo que:

- O rédito da venda é reconhecido na demonstração dos resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo Toyota Caetano Portugal e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado;
- O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período de contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

O rédito do Grupo Toyota Caetano Portugal, é composto pelo rédito proveniente das atividades mencionadas na Nota 1.



**p) Classificação na demonstração da posição financeira**

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os ativos e os passivos por impostos diferidos.

**q) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira**

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações da posição financeira. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como ganhos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

**r) Informação por segmentos**

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio aplicáveis ao Grupo. Os mesmos encontram-se definidos de acordo com o organigrama funcional do grupo, sendo também a informação de gestão organizada por segmento de negócio.

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8, um segmento operacional é uma componente do Grupo:

- i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos;
- ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

A informação relativa ao nível dos segmentos operacionais identificados, é incluída na Nota 28.

**s) Ativos não correntes detidos para venda**

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor, deduzido de custos com a sua venda.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não existiam ativos não correntes detidos para venda e que cumpram com os requisitos e condições acima referidos.

**t) Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

## 2.4 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- c) Testes de imparidade realizados ao Goodwill e respetivos testes de sensibilidade (Nota 8);
- d) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados; e
- e) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma (Nota 23).

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os julgamentos significativos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

A empresa procede a testes de sensibilidade, por forma a aferir, o risco inerente a estes julgamentos e estimativas.

## 2.5 POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de juro e o risco de crédito.

### i) Risco de taxa de câmbio

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo opera internacionalmente e detém uma subsidiária a operar em Cabo Verde. Por política do Grupo, é definida uma moeda funcional por cada participada (Escudo de Cabo Verde, relativamente à subsidiária Caetano Auto Cabo Verde), correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus cash flows. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. O Grupo recorre a instrumentos financeiros derivados (forwards cambiais), como forma de gestão do risco cambial.

A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação (em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta situação não é aplicável a nenhuma subsidiária do Grupo).

O risco de taxa de câmbio associado à conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também denominado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da Empresa-mãe por força da necessidade de converter as demonstrações financeiras das participadas no exterior.

Conforme mencionado na Nota 2.2 c), os ativos e passivos de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data de demonstração da posição financeira e os gastos e ganhos dessas entidades são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica "Reservas de conversão".

O montante de ativos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro, pode ser resumido como se segue:

	ATIVOS		PASSIVOS	
	2016	2015	2016	2015
Escudo de Cabo Verde (CVE)	10.416.262	7.636.574	6.383.793	1.818.789
Libra Esterlina (GBP)	-	1.644	-	989
Yene Japonês (JPY)	-	-	408.216	266.553
Kwanza Angolano (AOA)	-	-	778	-

A sensibilidade do Grupo a variações da taxa de câmbio pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	VARIAÇÃO	2016		2015	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
Escudo de Cabo Verde (CVE)	5%	6.615	197.505	7.317	290.566
Libra Esterlina (GBP)	5%	-	-	33	-
Yene Japonês (JPY)	5%	(20.411)	-	(13.328)	-
Kwanza Angolano (AOA)	5%	(39)	-	-	-

#### ii) Risco de preço

O Grupo está exposto a alterações dos preços das matérias-primas utilizadas nos seus processos de produção, nomeadamente das componentes automóveis. No entanto, tendo em conta que a aquisição de matérias-primas não está de acordo com um preço cotado em bolsa ou formado em mercados voláteis, este risco de preço não é significativo.

O Grupo Toyota Caetano, durante os exercícios de 2016 e 2015, esteve exposto ao risco de variação de preço dos "Ativos financeiros disponíveis para venda". Aquela rubrica é composta em 31 de dezembro de 2016 e 2015 unicamente por Unidades de Participação do Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado. Em virtude de aqueles instrumentos financeiros estarem classificados como "Ativos financeiros disponíveis para venda", o efeito de alterações no respetivo justo valor é reconhecido de acordo com os princípios descritos na Nota 2.3.j) para aquele tipo de instrumento financeiro.

A sensibilidade do Grupo a variações da cotação nos referidos "Ativos financeiros disponíveis para venda" pode ser resumida como se segue (aumentos/(diminuições)):

	VARIAÇÃO	2016		2015	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
FUNDO CIMÓVEL	10%	-	341.639	-	339.671
FUNDO CIMÓVEL	-10%	-	(341.639)	-	(339.671)

#### iii) Risco de taxa de juro

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio do Grupo não é significativo pelo efeito dos seguintes fatores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (ii) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

#### Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efetiva é superior em 0,5 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/(diminuições)):

	VARIAÇÃO	2016		2015	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
Empréstimos - mútuo	0,5 p.p.	21.053	-	30.128	-
Contas correntes caucionadas	0,5 p.p.	10.000	-	50.000	-
Descobertos bancários	0,5 p.p.	5.006	-	106	-
Papel Comercial	0,5 p.p.	64.000	-	108.500	-
Empréstimo de MLP	0,5 p.p.	95.000	-	45.000	-
Confirming	0,5 p.p.	49.653	-	-	-
<b>Total</b>		<b>244.712</b>	<b>-</b>	<b>233.734</b>	<b>-</b>
Empréstimos - mútuo	(0,5 p.p.)	(21.053)	-	(30.128)	-
Contas correntes caucionadas	(0,5 p.p.)	(10.000)	-	(50.000)	-
Descobertos bancários	(0,5 p.p.)	(5.006)	-	(106)	-
Papel Comercial	(0,5 p.p.)	(64.000)	-	(108.500)	-
Empréstimo de MLP	(0,5 p.p.)	(95.000)	-	(45.000)	-
Confirming	(0,5 p.p.)	(49.653)	-	-	-
<b>Total</b>		<b>(244.712)</b>	<b>-</b>	<b>(233.734)</b>	<b>-</b>

A análise acima não entra em consideração com o efeito de instrumentos financeiros derivados de cobertura contratados pelo Grupo para fazer face a variações na taxa de juro (Nota 25).

#### iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objetivo:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

No quadro seguinte pode-se verificar a maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

2016	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 A 2 ANOS	ENTRE 2 E 4 ANOS	MAIS DE 4 ANOS	TOTAL
Financiamentos obtidos	36.326.297	11.340.707	8.039.008	13.514.693	69.220.705
Fornecedores	35.509.231	-	-	-	35.509.231
Estado e outros entes públicos	10.321.909	-	-	-	10.321.909
Outras dívidas a terceiros	1.095.835	-	-	-	1.095.835
	<b>83.253.272</b>	<b>11.340.707</b>	<b>8.039.008</b>	<b>13.514.693</b>	<b>116.147.680</b>

2015	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 A 2 ANOS	ENTRE 2 E 4 ANOS	MAIS DE 4 ANOS	TOTAL
Financiamentos obtidos	36.801.453	9.498.537	13.607.044	3.906.282	63.813.316
Fornecedores	36.237.691	-	-	-	36.237.691
Estado e outros entes públicos	9.663.087	-	-	-	9.663.087
Outras dívidas a terceiros	1.265.885	-	-	-	1.265.885
	<b>83.968.116</b>	<b>9.498.537</b>	<b>13.607.044</b>	<b>3.906.282</b>	<b>110.979.979</b>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 54.664.515 Euros e 52.448.362 Euros, respetivamente, divididos entre financiamentos correntes e não correntes (Nota 18) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 15) contratados junto de diversas instituições.

#### v) Risco de capital

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes stakeholders da empresa. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos acionistas as medidas consideradas necessárias.

O Grupo procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida + capital próprio)).

	2016	2015
Financiamento obtido	69.220.705	63.813.316
Caixa e Equivalentes de Caixa	(14.556.190)	(11.364.954)
Endividamento líquido	54.664.515	52.448.362
Capital Próprio	127.670.973	129.653.532
Rácio de alavancagem financeira	29,98%	28,80%

O *gearing* permanece dentro de níveis aceitáveis, conforme estabelecidos pela gestão.

#### vi) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para o Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua atividade operacional. Antes de aceitar novos clientes, a Empresa obtém informação de agências de avaliação de crédito e efetua análises internas de risco de cobrança através de departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e gestão de processos em contencioso, atribuindo limites de crédito por cliente, com base na informação recolhida.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado de forma regular, sendo que o objetivo da gestão é (i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando prazos médios de recebimento de clientes, grupos homogéneos de clientes e individualmente por cliente, (ii) monitorizar a evolução do nível de crédito

concedido e (iii) efetuar análises de imparidade aos montantes a receber numa base regular. O Grupo obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira de um cliente assim o recomende.

Com efeito, relativamente aos clientes que representam concessionários e reparadores automóveis, o Grupo exige a obtenção de garantias bancárias “on first demand”, cujo montante, em 31 de dezembro de 2016 era de, aproximadamente, 8.020.667 Euros (7.550.000 Euros em 31 de dezembro de 2015), que quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos.

As imparidades de contas a receber são calculadas tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 encontram-se divulgados na Nota 24.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 24.

O montante relativo a clientes e outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

A seguinte tabela apresenta um resumo em 31 de dezembro de 2016 da qualidade do crédito dos depósitos bancários:

RATING DEPÓSITOS NÃO-CORRENTE	AGÊNCIA DE RATING	VALOR
A1	Moody's	481.138
A3	Moody's	206.038
B1	Moody's	8.728.271
B3	Moody's	754.648
Ba1	Moody's	44.411
Ba3	Moody's	413.457
Baa1	Moody's	12.839
Baa3	Moody's	159.215
Caa1	Moody's	659.764
Outros sem rating atribuído	Outros sem rating atribuído	2.975.123
<b>Total</b>		<b>14.434.904</b>

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela Agência de rating Moody's.

### 3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, CORREÇÃO DE ERROS E ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

### 4. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respetiva proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, são como se segue:

EMPRESAS	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA	
	2016	2015
Toyota Caetano Portugal, S.A.	Empresa Mãe	
Saltano - Investimentos e Gestão (S.G.P.S.), S.A.	99,98%	99,98%
Caetano Auto CV, S.A.	81,24%	81,24%
Caetano Renting, S.A.	99,98%	99,98%
Caetano - Auto, S.A.	98,40%	98,40%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pela IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto e exposição aos retornos das atividades relevantes).

#### Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não se verificou qualquer alteração da composição do perímetro de consolidação.

## 5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2016	DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	TRESPASSES	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativo bruto:						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	1.394.907	284.179	81.485	2.003.979	60.760	3.825.310
Adições	-	30.000	-	154.646	100.080	284.726
Alienações e abates	-	(1.405)	-	(19.188)	-	(20.593)
Transferências	82.310	-	-	-	-	82.310
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	1.477.217	312.774	81.485	2.139.437	160.840	4.171.753
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	464.969	163.243	81.485	1.655.087	-	2.364.784
Amortização do exercício	492.406	22.499	-	234.825	-	749.730
Alienações e abates	-	(1.405)	-	(19.188)	-	(20.593)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	957.375	184.337	81.485	1.870.724	-	3.093.921
<b>Valor líquido</b>	<b>519.842</b>	<b>128.437</b>	<b>-</b>	<b>268.713</b>	<b>160.840</b>	<b>1.077.832</b>

2015	DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	TRESPASSES	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativo bruto:							
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2014	-	259.977	81.485	1.985.411	24.202	-	2.351.075
Adições	1.394.907	-	-	18.568	-	60.760	1.474.235
Alienações e abates	-	-	-	-	(24.202)	-	(24.202)
Transferências	-	24.202	-	-	-	-	24.202
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	1.394.907	284.179	81.485	2.003.979	-	60.760	3.825.310
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2014	-	144.391	81.485	1.470.283	-	-	1.696.159
Amortização do exercício	464.969	18.852	-	184.804	-	-	668.625
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	464.969	163.243	81.485	1.655.087	-	-	2.364.784
<b>Valor líquido</b>	<b>929.938</b>	<b>120.936</b>	<b>-</b>	<b>348.892</b>	<b>-</b>	<b>60.760</b>	<b>1.460.526</b>

Em 2016 e 2015, as variações registadas na rubrica “despesas de desenvolvimento” estão relacionadas com despesas com o desenvolvimento tecnológico, associado à produção na fábrica de Ovar do novo modelo Land Cruiser serie 70, (LC70), para exportação.

## 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2016	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativo bruto:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	16.842.823	93.538.551	60.117.299	55.526.355	7.880.877	4.318.806	397.459	238.622.170
Adições	-	567.891	372.209	34.798.555	395.634	97.337	121.931	36.353.557
Alienações e abates	-	(240.645)	(322.126)	(25.623.984)	(152.139)	(46.032)	(112.531)	(26.497.457)
Transferências	(371.058)	(2.797.381)	265.130	-	-	-	(397.459)	(3.300.768)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	16.471.765	91.068.416	60.432.512	64.700.926	8.124.372	4.370.111	9.400	245.177.502
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	-	60.281.003	54.610.829	28.543.554	7.514.630	4.082.927	-	155.032.943
Depreciações do exercício	-	2.357.289	1.248.210	10.330.551	125.054	75.971	-	14.137.075
Alienações e abates	-	(56.278)	(267.174)	(8.369.653)	(127.557)	(39.749)	-	(8.860.411)
Transferências	-	(1.396.505)	-	-	-	-	-	(1.396.505)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	-	61.185.509	55.591.865	30.504.452	7.512.127	4.119.149	-	158.913.102
<b>Valor líquido</b>	<b>16.471.765</b>	<b>29.882.907</b>	<b>4.840.647</b>	<b>34.196.474</b>	<b>612.245</b>	<b>250.962</b>	<b>9.400</b>	<b>86.264.400</b>
2015								
Ativo bruto:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2014	16.746.095	93.363.990	58.647.320	45.865.853	7.649.868	4.266.949	69.000	226.609.075
Adições	96.728	1.815.306	2.394.136	27.335.653	219.013	52.073	328.459	32.241.368
Alienações e abates	-	(1.628.749)	(924.157)	(17.675.151)	-	(12.384)	-	(20.240.441)
Transferências	-	(11.996)	-	-	11.996	12.168	-	12.168
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	16.842.823	93.538.551	60.117.299	55.526.355	7.880.877	4.318.806	397.459	238.622.170
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2014	-	59.461.724	54.104.202	26.833.929	7.396.976	4.006.782	-	151.803.613
Depreciações do exercício	-	2.432.996	1.361.110	8.413.172	117.529	88.529	-	12.413.336
Alienações, abates	-	(1.613.717)	(854.395)	(6.703.547)	-	(12.384)	-	(9.184.043)
Transferências	-	-	(88)	-	125	-	-	37
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	-	60.281.003	54.610.829	28.543.554	7.514.630	4.082.927	-	155.032.943
<b>Valor líquido</b>	<b>16.842.823</b>	<b>33.257.548</b>	<b>5.506.470</b>	<b>26.982.801</b>	<b>366.247</b>	<b>235.879</b>	<b>397.459</b>	<b>83.589.227</b>

Em 2016, as transferências registadas em “Terrenos” e “Edifícios e outras construções” estão relacionadas com a transferência para Propriedades de Investimento dos Stands de Castelo Branco e Viana do Castelo, assim como as alienações e abates de vários equipamentos básico e administrativo afetos às mesmas instalações.

Os aumentos registados em 2016 e 2015, em Edifícios e Equipamento Básico e Ferramentas, devem-se essencialmente ao investimento efetuado na Fábrica de Ovar, para a produção do modelo Land Cruiser Série 70, LC70, para o mercado de África do Sul.

Os movimentos registados na rubrica “Equipamento de transporte” referem-se essencialmente a viaturas e a máquinas de movimentação de carga (“Empilhadores”) ao serviço do Grupo, bem como para aluguer operacional a clientes.



A 31 de dezembro de 2016 e 2015, os bens utilizados em regime de locação financeira apresentam-se como segue:

	2016		
	VALOR BRUTO	D. ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Ativos Fixos Tangíveis	32.586.491	10.939.539	21.646.952

	2015		
	VALOR BRUTO	D. ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Ativos Fixos Tangíveis	23.286.089	5.335.258	17.950.831

## 7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os rendimentos de imóveis ascenderam a 4.010.010 Euros no período findo em 31 de dezembro de 2016 (3.303.270 Euros em 31 de dezembro de 2015).

Adicionalmente, de acordo com avaliações reportadas a 31 de dezembro de 2016, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 51 milhões de Euros.

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além das perdas registadas em anos anteriores.

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, pode ser detalhado como se segue:

LOCALIZAÇÃO	DEZ-16			DEZ-15		
	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR AVALIAÇÃO	TIPO DE AVALIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR AVALIAÇÃO	TIPO DE AVALIAÇÃO
Vila Nova de Gaia - Av. da República	84.202	1.192.400	interna	87.064	1.192.400	interna
Braga - Av. da Liberdade	406	1.355.000	interna	604	1.355.000	interna
Porto - Rua do Campo Alegre	887.680	2.877.000	interna	952.996	2.877.000	interna
Viseu - Teivas	846.876	896.000	externa	896.000	896.000	externa
Óbidos - Casal do Lameiro	58.712	1.400.000	interna	59.558	1.400.000	interna
Castro Daire - Av. João Rodrigues Cabrilho	26.610	58.000	interna	27.709	58.000	interna
Caldas da Rainha - Rua Dr. Miguel Bombarda	17.531	85.000	interna	17.531	85.000	interna
Viseu - Quinta do Cano	1.742.162	2.461.740	interna/ externa	1.758.024	2.461.740	interna/ externa
Amadora - Rua Elias Garcia	184.476	149.000	interna	187.935	149.000	interna
Portalegre - Zona Industrial	188.958	173.000	interna	194.099	173.000	interna
Portimão - Cabeço do Mocho	424.781	550.000	externa	424.781	410.000	interna
Vila Real de Santo António - Rua de Angola	24.628	83.000	interna	26.063	83.000	interna
Rio Maior	107.000	107.000	interna	107.000	107.000	interna
S. João de Lourosa - Viseu	460.072	487.030	interna	463.268	487.030	interna
Vila Nova de Gaia - Av. Vasco da Gama (edifícios A e B)	3.236.940	8.692.000	externa	3.454.289	11.448.000	interna
Vila Nova de Gaia - Av. Vasco da Gama (edifícios G)	942.873	6.077.000	externa	1.044.637	6.003.000	interna
Carregado - Quinta da Boa Água / Quinta do Peixoto	5.086.939	19.218.000	externa	5.135.484	21.518.000	interna
Lisboa - Av. Infante Santo	1.170.590	1.247.000	interna	1.199.980	1.247.000	interna
Vila Nova de Gaia - Rua das Pereiras	261.219	788.000	interna	273.052	788.000	interna
Leiria - Azóia	355.125	797.000	interna	355.125	797.000	interna
Castelo Branco - Oficinas	839.678	1.450.000	interna	-	-	-
Viana do Castelo - Stand e Oficinas	955.553	975.000	interna	-	-	-
	<b>17.903.011</b>	<b>51.118.170</b>		<b>16.665.199</b>	<b>53.535.170</b>	

O justo valor das avaliações externas das propriedades de investimento, que são objeto de divulgação em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, foi determinado por avaliação imobiliária efetuada por entidades especializadas independentes (justo valor determinado pela média das avaliações efetuadas pelos Métodos de mercado, Método do custo e Método do rendimento).

No que respeita à classificação das metodologias de avaliação acima referidas, para efeitos de enquadramento, em sede de hierarquia de justo valor (IFRS 13), as mesmas classificam-se da seguinte forma:

- Método de mercado: Nível 2 (justo valor determinado com base em inputs observáveis no mercado)
- Métodos do custo e do rendimento: Nível 3 (justo valor determinado com base em inputs não observáveis no mercado, desenvolvidos para refletir os pressupostos a utilizar pelos agentes de mercado)

Complementarmente, em resultado de todas as avaliações internas preparadas pelo Grupo para os demais imóveis, à inexistência generalizada de grandes obras em 2016, à inexistência de sinistros relevantes em 2016 e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, é convicção da Administração de que não terá havido alteração significativa ao justo valor destes imóveis em 2016 acreditando serem ainda válidos e atuais os valores da última avaliação externa levada a efeito em fins de 2012, 2013, 2014 e 2016.

As rendas obtidas, referentes aos imóveis acima mencionados, encontram-se divulgadas na Nota 32.

O movimento da rubrica “Propriedades de investimento” em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi como se segue:

<b>2016 VALOR BRUTO</b>	<b>TERRENOS</b>	<b>EDIFÍCIOS</b>	<b>TOTAL</b>
Saldo Inicial	9.916.943	36.133.435	46.050.378
Aumentos	-	69.182	69.182
Transferências	351.074	2.931.111	3.282.185
<b>Saldo final</b>	<b>10.268.017</b>	<b>39.133.728</b>	<b>49.401.745</b>
<b>DEPRECIÇÕES E PERDAS IMPARIDADE ACUMULADAS</b>	<b>TERRENOS</b>	<b>EDIFÍCIOS</b>	<b>TOTAL</b>
Saldo Inicial	-	29.385.179	29.385.179
Aumentos	-	653.927	653.927
Transferências	-	1.459.628	1.450.970
Saldo final	-	31.498.734	31.498.734
<b>Valor Líquido</b>	<b>10.268.017</b>	<b>7.634.994</b>	<b>17.903.011</b>

<b>2015 VALOR BRUTO</b>	<b>TERRENOS</b>	<b>EDIFÍCIOS</b>	<b>TOTAL</b>
Saldo Inicial	9.985.217	36.926.900	46.912.117
Aumentos	-	2.070.055	2.070.055
Alienações e abates	(68.274)	(2.779.596)	(2.847.870)
Transferências	-	(83.924)	(83.924)
Saldo final	<b>9.916.943</b>	<b>36.133.435</b>	<b>46.050.378</b>
<b>DEPRECIÇÕES E PERDAS IMPARIDADE ACUMULADAS</b>	<b>TERRENOS</b>	<b>EDIFÍCIOS</b>	<b>TOTAL</b>
Saldo Inicial	-	29.566.796	29.566.796
Aumentos	-	580.664	580.664
Alienações e abates	-	(1.699.081)	(1.699.081)
Transferências	-	(62.014)	(62.014)
Perda por imparidade	-	998.814	998.814
Saldo final	-	<b>29.385.179</b>	<b>29.385.179</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>9.916.943</b>	<b>6.748.256</b>	<b>16.665.199</b>

Os movimentos ocorridos em 2016, estão relacionados com a transferência de ativo fixo tangível para propriedades de investimento dos Stands de Castelo Branco e Viana de Castelo.

Os movimentos ocorridos em 2015 são relativos à aquisição de um edifício nas instalações de Vila Nova de Gaia e ao abate de uma propriedade localizada no Complexo Industrial do Carregado devido a um incêndio ocorrido em 2015. Também durante o período, ocorreu a alienação do edifício industrial localizado em Pedroso, Vila Nova de Gaia.

A perda por imparidade reconhecida em 2015 é relativa ao imóvel localizado em Viseu – Teivas. O valor de perdas por imparidade acumuladas em 2016, ascende a 2.628.814 Euros.

## 8. GOODWILL

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica “Goodwill”.

A rubrica “Goodwill” diz integralmente respeito ao montante apurado na aquisição da subsidiária Movicargo cuja atividade foi transferida para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A.

O Goodwill não é amortizado. São efetuados testes de imparidade ao valor do Goodwill com uma periodicidade anual.

Para efeitos da análise de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base business plans desenvolvidos pelos responsáveis das empresas e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo e utilizando taxas de desconto que refletem os riscos inerentes do negócio.

Em 31 de dezembro de 2016, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, foram como se segue:

	DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS BT - SUL
Goodwill	611.997
Período Utilizado	Projeções de cash flows para 5 anos
Taxa de Crescimento (g) <sup>(1)</sup>	2%
Taxa de desconto utilizada <sup>(2)</sup>	9,83%

<sup>1</sup> Taxa de crescimento usada para extrapolar os cash flows para além do período considerado no business plan.

<sup>2</sup> Taxa de desconto aplicada aos cash flows projetados.

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de dezembro de 2016, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo goodwill (0,6 milhões de Euros), não excede o seu valor recuperável (16 milhões de Euros).

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável não irá originar perdas de imparidade.

## 9. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os movimentos ocorridos na rubrica “Investimentos disponíveis para venda” foi como se segue:

	2016	2015
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Justo valor em 1 de janeiro	3.463.450	3.119.634
Aumento/(diminuição) no justo valor	19.678	343.816
Saldo em 31 de dezembro	3.483.128	3.463.450

A 31 de dezembro de 2016, os “Ativos financeiros disponíveis para venda” incluem o montante de 3.416.391 Euros (2015: 3.396.713 Euros) correspondentes a 580.476 Unidades de Participação do Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado (9,098%) estando as mesmas registadas ao valor da Unidade de Participação divulgada a 31 de dezembro de 2016 (o custo de aquisição das referidas ações ascendeu a 3.013.947 Euros, encontrando-se constituída uma reserva em Capital (Reserva de Justo Valor) no montante de 402.446 Euros. Os restantes “Ativos financeiros disponíveis para venda” representam investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

Adicionalmente, o efeito no capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 do registo dos “Ativos financeiros disponíveis para venda” ao seu justo valor pode ser resumido como se segue:

	2016	2015
Variação no justo valor	19.678	343.816
Efeito no capital próprio	19.678	343.816

## 10. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2016	2015
Matérias-primas, Subsidiárias, e de Consumo	9.307.008	10.080.953
Produtos e Trabalhos em Curso	937.645	1.137.959
Produtos Acabados e Intermédios	1.466.863	1.613.906
Mercadorias	72.612.904	70.642.162
	<b>84.324.420</b>	<b>83.474.980</b>
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 24)	(1.532.523)	(1.311.777)
	<b>82.791.897</b>	<b>82.163.203</b>

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi apurado como se segue:

	2016			2015		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Existências Iniciais	70.642.162	10.080.953	80.723.115	61.390.733	3.938.945	65.329.678
Compras Líquidas	245.920.555	30.199.981	276.120.536	238.586.581	36.988.213	275.574.794
Existências Finais	(72.612.904)	(9.307.008)	(81.919.912)	(70.642.162)	(10.080.953)	(80.723.115)
<b>Total</b>	<b>243.949.813</b>	<b>30.973.926</b>	<b>274.923.739</b>	<b>229.335.152</b>	<b>30.846.205</b>	<b>260.181.357</b>

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi apurada como se segue:

	PRODUTOS ACABADOS, INTERMÉDIOS E PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
	2016	2015
Existências finais	2.404.508	2.751.865
Regularização de existências	7.229	(16.274)
Existências iniciais	(2.751.865)	(6.561.507)
<b>Total</b>	<b>(340.128)</b>	<b>(3.825.916)</b>

## 11. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES		ATIVOS NÃO CORRENTES	
	2016	2015	2016	2015
Clientes, conta corrente	57.872.820	56.738.200	26.048	46.553
Clientes cobrança duvidosa	9.465.385	9.803.136	-	-
	<b>67.338.205</b>	<b>66.541.336</b>	<b>26.048</b>	<b>46.553</b>
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 24)	(9.443.797)	(9.710.649)	-	-
	<b>57.894.408</b>	<b>56.830.687</b>	<b>26.048</b>	<b>46.553</b>

As contas a receber de Clientes classificadas como ativos não correntes correspondem a um montante a receber de clientes da subsidiária Caetano Auto, S.A., no âmbito de acordos de pagamento de dívidas em prestações (cujos prazos variam entre 1 e 7 anos, e se encontram a vencer juros).

#### Antiguidade de contas a receber

2016	< 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	> 120 DIAS	TOTAL
Clientes	32.787.221	1.177.256	1.163.134	16.234.201	51.361.812
Funcionários	14.873	-	4.012	526.996	545.881
Concessionários Independentes	5.649.284	333.953	1.074	6.864	5.991.175
<b>Total</b>	<b>38.451.378</b>	<b>1.511.209</b>	<b>1.168.220</b>	<b>16.768.061</b>	<b>57.898.868</b>
2015	< 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	> 120 DIAS	TOTAL
Clientes	36.892.908	2.096.824	1.122.319	11.117.860	51.229.911
Funcionários	73	9.756	2.094	86.911	98.834
Concessionários Independentes	5.228.706	202.707	17.731	6.864	5.456.008
<b>Total</b>	<b>42.121.687</b>	<b>2.309.287</b>	<b>1.142.144</b>	<b>11.211.635</b>	<b>56.784.753</b>

#### Maturidade das dívidas com reconhecimento de perda de imparidade

2016	< 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	> 120 DIAS	TOTAL
Clientes Cob. Duvidosa	12.780	7.463	4.986	9.440.156	9.465.385
<b>Total</b>	<b>12.780</b>	<b>7.463</b>	<b>4.986</b>	<b>9.440.156</b>	<b>9.465.385</b>
2015	< 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	> 120 DIAS	TOTAL
Clientes Cob. Duvidosa	3.972	3.406	1.281	9.794.477	9.803.136
<b>Total</b>	<b>3.972</b>	<b>3.406</b>	<b>1.281</b>	<b>9.794.477</b>	<b>9.803.136</b>

Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data de balanço. A concentração de risco de crédito é limitada, uma vez que a base de clientes é abrangente e não relacional. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

#### Maturidade das dívidas face ao prazo de vencimento

2016	< 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	> 120 DIAS	TOTAL
Clientes	27 319 238	1 365 201	1 218 907	19 134 153	49 037 499
<b>Total</b>	<b>27 319 238</b>	<b>1 365 201</b>	<b>1 218 907</b>	<b>19 134 153</b>	<b>49 037 499</b>
2015	< 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	> 120 DIAS	TOTAL
Clientes	23 617 945	2 460 883	1 269 597	18 758 525	46 106 950
<b>Total</b>	<b>23 617 945</b>	<b>2 460 883</b>	<b>1 269 597</b>	<b>18 758 525</b>	<b>46 106 950</b>

## 12. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES	
	2016	2015
Adiantamentos a fornecedores	441.391	813.122
Outros devedores	2.558.490	2.333.459
	<b>2.999.881</b>	<b>3.146.581</b>

A rubrica "Outras dívidas de terceiros" inclui o montante de, aproximadamente 0,8 milhões em 31 de dezembro de 2015, que corresponde a adiantamentos efetuados pelo Grupo relativamente à realização de obras e benfeitorias em instalações para o desenvolvimento da atividade de retalho automóvel os quais foram integralmente faturados em exercícios anteriores, sendo que o montante a receber se estima que venha a ser suportado por terceiros no curto prazo.

Adicionalmente, esta rubrica inclui, em 31 de dezembro de 2016, o montante de, aproximadamente, 800.000 Euros a receber da empresa relacionada Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A. (800.000 Euros em 31 de dezembro de 2015).

Finalmente, refira-se que a presente rubrica inclui igualmente um saldo a receber no valor de 618.000 Euros da parte relacionada Fundação Salvador Caetano (683.000 Euros em 31 de dezembro de 2015).

## 13. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2016	2015
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Comparticipação em Frotas e Campanhas	1.475.076	-
Rappel	1.135.857	608.718
Comissões de intermediação de contratos de financiamento	369.029	407.131
Reclamações de Garantia	300.251	163.732
Cedência de Pessoal	121.742	30.807
Fee's a debitar	76.017	39.794
Recuperação encargos logística	-	335.530
Juros a receber	-	626
Outros	483.113	586.455
	<b>3.961.085</b>	<b>2.172.793</b>
Gastos a reconhecer		
Seguros	144.176	126.848
Juros	75.058	50.144
Rendas	20.642	121.827
Fundo de Pensões	-	201.710
Outros	522.368	401.259
	<b>762.244</b>	<b>901.788</b>
<b>Total</b>	<b>4.723.329</b>	<b>3.074.581</b>

## 14. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe e movimento dos montantes e a natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de dezembro de 2016 e 2015, podem ser resumidos como se segue:

2016	2015	IMPACTO EM RESULTADOS (IC)	IMPACTO EM RESULTADOS (ID)	IMPACTO EM CAPITAIS PRÓPRIOS	2016
<b>Ativos por impostos diferidos:</b>					
Perdas por imparidade e provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	287.440	-	7.133	-	294.573
Prejuízos fiscais reportáveis	502.622	-	(414.053)	-	88.569
Responsabilidade por planos BD	1.257.500	-	-	354.245	1.611.745
Anulação de margens de ativos fixos tangíveis	164.460	-	28.695	-	193.155
Valorização de instrumentos derivados	36.020	-	(29.624)	-	6.396
	2.248.042	-	(407.849)	354.245	2.194.438
<b>Passivos por impostos diferidos:</b>					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(659.109)	-	6.338	-	(652.771)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(165.772)	-	-	-	(165.772)
Imputação do justo valor de ativos fixos tangíveis	(898.732)	-	-	-	(898.732)
	(1.723.613)	-	6.338	-	(1.717.275)
Efeito líquido (Nota 26)			(401.511)		
<b>2015</b>					
2015	2014	IMPACTO EM RESULTADOS (IC)	IMPACTO EM RESULTADOS (ID)	IMPACTO EM CAPITAIS PRÓPRIOS	2015
<b>Ativos por impostos diferidos:</b>					
Perdas por imparidade e provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	372.369	-	(84.929)	-	287.440
Prejuízos fiscais reportáveis	1.248.074	(39.252)	(706.200)	-	502.622
Responsabilidade por planos de BD	1.100.000	-	-	157.500	1.257.500
Anulação margens de ativos fixos tangíveis	410.521	-	(246.061)	-	164.460
Valorização de instrumentos derivados	48.447	-	(12.427)	-	36.020
	3.179.411	(39.252)	(1.049.617)	157.500	2.248.042
<b>Passivos por impostos diferidos:</b>					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(703.938)	-	44.829	-	(659.109)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(190.200)	-	24.428	-	(165.772)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(5.136)	-	5.136	-	-
Imputação do justo valor de ativos fixos tangíveis	(898.732)	-	-	-	(898.732)
	(1.798.006)	-	74.393	-	(1.723.613)
Efeito líquido (Nota 26)			(975.224)		

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (data das últimas declarações fiscais entregues), as empresas do Grupo que tinham prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais foram registados ativos por impostos diferidos eram como se segue:

COM LIMITE DE DATA DE UTILIZAÇÃO:	2016		2015		DATA LIMITE DE UTILIZAÇÃO
	PREJUÍZO FISCAL	IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS	PREJUÍZO FISCAL	IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS	
Gerados em 2012					
- Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	368.233	77.329	2.339.916	491.382	2017
Gerados em 2013					
- Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	53.524	11.240	53.524	11.240	2018
	421.757	88.569	2.393.440	502.622	

A partir de 2012 (inclusive), a dedução de prejuízos fiscais reportados, apurados em exercícios anteriores ou em curso (i.e., compreende todos prejuízos reportados identificados nas alíneas i), ii) e iii) acima) está limitada a 75% do lucro tributável apurado em cada exercício e a partir de 2014 (inclusive) está limitada a 70% do lucro tributável apurado em cada exercício. Esta situação obriga à avaliação anual do montante de imposto diferido passível de ser recuperado nos prazos acima indicados.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes

	TAXA DE IMPOSTO	
	2016	2015
País origem da filial:		
Portugal	22,5% - 21%	22,5% - 21%
Cabo Verde	25,5%	25,5%

As empresas do Grupo Toyota Caetano sedeadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo sedeadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2013 a 2016 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

## 15. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 o detalhe de caixa e equivalentes a caixa era o seguinte:

	2016	2015
Numerário	121.286	118.992
Depósitos bancários	14.434.904	11.245.962
	<b>14.556.190</b>	<b>11.364.954</b>

## 16. CAPITAL PRÓPRIO

### CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Salvador Caetano Auto S.G.P.S., S.A.	60,82%
- Toyota Motor Europe NV/SA	27,00%

Em 23 de dezembro de 2016, a Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A. alienou à Salvador Caetano - Auto S.G.P.S., S.A. 21.288.281 ações de valor nominal de 1 Euro cada, totalmente realizadas e representativas de 60,82% do capital social.



**DIVIDENDOS**

O Conselho de Administração vai apresentar uma proposta no sentido de serem pagos dividendos no montante de 5.250.000 Euros. Esta proposta deve ser aprovada em Assembleia Geral.

**RESERVA LEGAL**

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

**RESERVAS DE REAVALIAÇÃO**

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tenham sido alienados.

**RESERVAS DE CONVERSÃO**

As reservas de conversão refletem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

**RESERVAS DE JUSTO VALOR**

As reservas de justo valor refletem as variações de justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos (Nota 9).

**OUTRAS RESERVAS**

Referem-se a reservas com natureza de reserva livre, logo distribuíveis de acordo com a legislação comercial em vigor.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal, apresentadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

**17. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM**

O movimento desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi como se segue:

	2016	2015
Saldo inicial em 1 de janeiro	1.647.295	1.630.768
Dividendos	(375.248)	-
Outros	(30.216)	(16.015)
Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam	52.430	32.542
	<b>1.294.261</b>	<b>1.647.295</b>

A decomposição do valor por empresa subsidiária, consolidada integralmente nas Demonstrações Financeiras apresentadas, é como se segue em 2016 e 2015:

2016	% INC	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM
Saltano S.G.P.S.	0,02%	4.036	(1)
Caetano Auto CV	18,76%	744.975	17.800
Caetano Renting	0,02%	567	34
Caetano Auto	1,60%	544.683	34.597
		<b>1.294.261</b>	<b>52.430</b>

2015	% INC	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM
Saltano S.G.P.S.	0,02%	4.036	-
Caetano Auto CV	18,76%	1.102.372	31.750
Caetano Renting	0,02%	559	40
Caetano Auto	1,60%	540.328	752
		<b>1.647.295</b>	<b>32.542</b>

O resumo da informação financeira das empresas subsidiárias discriminadas acima encontra-se evidenciado no quadro abaixo:

RUBRICA	CAETANO AUTO		CAETANO AUTO CV	
	2016	2015	2016	2015
Ativo Não Corrente	47.781.219	49.302.852	1.442.626	1.493.829
Ativo Corrente	66.644.229	47.146.673	8.973.636	6.142.745
<b>Total Ativo</b>	<b>114.425.448</b>	<b>96.449.525</b>	<b>10.416.262</b>	<b>7.636.574</b>
Passivo Não Corrente	7.610.873	6.049.428	82.378	-
Passivo Corrente	74.398.428	56.929.406	6.383.793	1.818.789
<b>Capital Próprio</b>	<b>32.416.147</b>	<b>33.470.691</b>	<b>3.950.091</b>	<b>5.817.785</b>
Vendas e Prestações de Serviços	185.330.101	186.583.747	10.757.825	8.785.688
Resultados Operacionais	976.265	304.459	225.194	214.307
Resultados Financeiros	40.721	111.463	(21.979)	(9.200)
Impostos	(186.529)	(316.697)	(70.923)	(52.302)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>830.457</b>	<b>99.226</b>	<b>132.293</b>	<b>152.804</b>

RUBRICA	CAETANO RENTING		SALTANO	
	2016	2015	2016	2015
Ativo Não Corrente	14.805.645	10.555.665	19.961.574	20.266.706
Ativo Corrente	4.255.748	1.713.868	2.049.100	2.054.105
<b>Total Ativo</b>	<b>19.061.393</b>	<b>12.269.533</b>	<b>22.010.674</b>	<b>22.320.811</b>
Passivo Não Corrente	200.014	200.014	-	-
Passivo Corrente	15.789.454	9.241.907	3.580.386	3.581.438
<b>Capital Próprio</b>	<b>3.071.925</b>	<b>2.827.612</b>	<b>18.430.288</b>	<b>18.739.374</b>
Vendas e Prestações de Serviços	4.532.916	3.667.882	-	-
Resultados Operacionais	391.278	236.156	671.997	141.874
Resultados Financeiros	(176.928)	(191.642)	-	-
Impostos	29.962	48.498	1.051	596
<b>Resultado Líquido</b>	<b>244.312</b>	<b>93.012</b>	<b>673.048</b>	<b>142.470</b>

## 18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a rubrica de "Financiamentos Obtidos" tem o seguinte detalhe:

	2016			2015		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Empréstimos Bancários	30.941.048	17.000.000	47.941.048	33.542.105	13.210.526	46.752.631
Descobertos bancários	1.001.251	-	1.001.251	20.276	-	20.276
Locação Financeira	4.383.998	15.894.408	20.278.406	3.239.072	13.801.337	17.040.409
	<b>36.326.297</b>	<b>32.894.408</b>	<b>69.220.705</b>	<b>36.801.453</b>	<b>27.011.863</b>	<b>63.813.316</b>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários e Programas de Papel Comercial, bem como as suas respectivas condições, é como se segue:

2016 - DESCRIÇÃO/EMPRESA BENEFICIÁRIA	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE	DATA INÍCIO	PRAZO
<b>NÃO CORRENTE</b>				
Empréstimos - mútuo				
Toyota Caetano Portugal	10.000.000	10.000.000	11-03-2016	5 anos
Toyota Caetano Portugal	7.000.000	7.000.000	15-10-2014	4 anos
	<b>17.000.000</b>	<b>17.000.000</b>		
<b>CORRENTE</b>				
Contas correntes caucionadas	1.999.986	5.000.000		
Empréstimos - mútuo	4.210.526	4.210.526	22-06-2012	5 anos
Empréstimos - mútuo	2.000.000	2.000.000	15-10-2014	4 anos
Descobertos bancários	1.001.251	5.500.000		
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	9.930.536	10.000.000	24-05-2016	
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	9.200.000	9.200.000	27-11-2012	5 anos
Toyota Caetano Portugal	3.600.000	3.600.000	26-11-2012	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	10.000.000		
Toyota Caetano Portugal	-	5.000.000		
	<b>31.942.299</b>	<b>54.510.526</b>		
	<b>48.942.299</b>	<b>71.510.526</b>		
<b>2015 - DESCRIÇÃO/EMPRESA BENEFICIÁRIA</b>				
<b>NÃO CORRENTE</b>				
Empréstimos - mútuo				
Toyota Caetano Portugal	4.210.526	4.210.526	22-06-2012	5 anos
Toyota Caetano Portugal	9.000.000	9.000.000	15-10-2014	5 anos
	<b>13.210.526</b>	<b>13.210.526</b>		
<b>CORRENTE</b>				
Contas correntes caucionadas	10.000.000	10.000.000		
Empréstimos - mútuo	1.842.105	1.842.105	22-06-2012	
Descobertos bancários	20.276	7.500.000		
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	-	5.000.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	9.200.000	9.200.000	27-11-2012	5 anos
Toyota Caetano Portugal	5.000.000	5.000.000	26-11-2012	5 anos
Toyota Caetano Portugal	2.500.000	2.500.000	18-08-2015	1 ano (*)
Toyota Caetano Portugal	5.000.000	5.000.000	07-07-2015	5 anos
	<b>33.562.381</b>	<b>46.042.105</b>		
	<b>46.772.907</b>	<b>59.252.631</b>		

(\*) Renovável automaticamente no máximo 4 vezes.

Detalhamos, em seguida, o valor relativo a financiamentos obtidos ou linhas de crédito contratadas para os quais foram concedidas garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis (Nota 37):

- Empréstimos - mútuo: 4.210.526
- Papel Comercial: 12.800.000

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, acrescidos de um "spread" que varia entre 1,45% e 6,75%.

A Empresa e as suas participadas têm disponíveis linhas de crédito em 31 de dezembro de 2016 no montante de, aproximadamente, 71,5 milhões de Euros que poderão ser utilizadas para futuras atividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade.

A rubrica Locação Financeira (corrente e não corrente) corresponde a responsabilidades do Grupo como locatário relativas à aquisição de instalações e de bens de equipamento. O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos, pode ser resumido como se segue:

CONTRATO	BEM LOCADO	CURTO PRAZO	MÉDIO/LONGO PRAZO				TOTAL	TOTAL
			2018	2019	2020	> 2020		
2028278	Instalações comerciais							
	Capital	96.438	97.164	97.895	98.632	119.048	412.739	509.177
	Juros	3.488	2.762	2.031	1.294	551	6.638	10.126
559769	Instalações comerciais							
	Capital	62.175	62.454	62.733	63.014	553.619	741.820	803.995
	Juros	3.469	3.191	2.911	2.630	10.208	18.940	22.409
626064	Instalações comerciais							
	Capital	160.644	166.358	172.274	178.402	719.304	1.236.338	1.396.982
	Juros	45.732	40.018	34.101	27.974	46.313	148.406	194.138
2032103	Instalações comerciais							
	Capital	18.881	19.847	20.832	21.930	90.697	153.306	172.187
	Juros	8.181	7.215	6.199	5.132	4.936	23.482	31.663
Diversos	Equipamento Industrial							
	Capital	4.045.860	3.994.884	4.159.010	3.164.286	2.032.025	13.350.205	17.396.065
	Juros	538.948	377.055	222.258	84.145	17.426	700.884	1.239.832
	<b>Total Capital</b>	<b>4.383.998</b>	<b>4.340.707</b>	<b>4.512.744</b>	<b>3.526.264</b>	<b>3.514.693</b>	<b>15.894.408</b>	<b>20.278.406</b>
	<b>Total Juros</b>	<b>599.818</b>	<b>430.241</b>	<b>267.500</b>	<b>121.175</b>	<b>79.434</b>	<b>898.350</b>	<b>1.498.168</b>

## RESPONSABILIDADES POR INTERVALOS DE MATURIDADE

### Financiamentos

	2017	2018	2019	2020	> 2020	TOTAL
Empréstimos – mútuo	6.210.526	7.000.00	-	-	10.000.000	23.210.526
Confirming	9.930.536	-	-	-	-	9.930.536
Conta corrente caucionada	1.999.986	-	-	-	-	1.999.986
Descobertos bancários	1.001.251	-	-	-	-	1.001.251
Papel comercial	12.800.000	-	-	-	-	12.800.000
Locações Financeiras	4.383.998	4.340.707	4.512.744	3.526.264	3.514.693	20.278.406
<b>Total financiamentos</b>	<b>36.326.297</b>	<b>11.340.707</b>	<b>4.512.744</b>	<b>3.526.264</b>	<b>13.514.693</b>	<b>69.220.705</b>

### Juros

	2017	2018	2019	2020	> 2020	TOTAL
Empréstimos – mútuo	548.072	346.250	222.500	222.500	222.500	1.561.822
Locações Financeiras	599.916	430.240	267.219	121.175	79.435	1.497.985
<b>Total juros</b>	<b>1.147.988</b>	<b>776.490</b>	<b>489.719</b>	<b>343.675</b>	<b>301.935</b>	<b>3.059.807</b>

## 19. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

O Grupo, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades serão liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

## 20. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	PASSIVOS CORRENTES	
	2016	2015
Acionistas	12.052	11.998
Adiantamentos de Clientes	735.115	1.040.429
Outros Credores	348.668	213.458
	<b>1.095.385</b>	<b>1.265.885</b>

## 21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A decomposição da rubrica de Estado e Outros Entes Públicos a 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como se segue:

	ATIVOS CORRENTES	
	2016	2015
Estado e outros Entes Públicos:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	99.372	1.148.070
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.151.938	105.973
	<b>1.251.310</b>	<b>1.254.043</b>
	PASSIVOS CORRENTES	
	2016	2015
Estado e outros Entes Públicos:		
Retenção de impostos sobre o Rendimento	349.174	384.748
Imposto sobre o Valor Acrescentado	7.826.684	6.455.178
Imposto automóvel	1.084.948	1.590.785
Direitos aduaneiros	181.991	272.437
Contribuições para a Segurança Social	646.318	687.222
Outros	232.794	272.717
	<b>10.321.909</b>	<b>9.663.087</b>

Apresenta-se em seguida a decomposição do imposto corrente do período (ver informação adicional na Nota 26):

IMPOSTO CORRENTE	2016	2015
Insuficiência de estimativa de imposto	68.834	183.099
Restituição de impostos	(756.374)	-
Estimativa de imposto do ano	1.551.055	839.518
	<b>863.515</b>	<b>1.022.617</b>

Não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

## 22. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como se segue:

	2016	2015
Credores por acréscimos de gastos		
Encargos com férias e subsídios de férias	4.840.885	5.075.222
Campanhas publicitárias e promoção vendas	3.670.380	2.072.912
Encargos de rappel atribuíveis a entidades gestoras de frotas	1.360.601	1.556.149
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	743.009	526.486
Antecipação de encargos com FSE's	728.634	318.778
Especialização de custos afetos a viaturas vendidas	689.185	961.699
Valores a pagar repercutidos a terceiros	667.807	-
Comissões a liquidar (inclui também rappel seguradoras)	662.110	446.254
Gastos de aprovisionamento	614.402	367.524
Seguros a liquidar	170.418	317.508
Contribuição Autárquica/IMI	124.990	127.849
Juros a liquidar	123.885	92.530
Royalties	71.284	108.164
Outros	1.292.539	1.163.977
	<b>15.760.129</b>	<b>13.135.052</b>
Rendimentos a reconhecer		
Contratos de Manutenção / Assistência	3.976.908	3.025.367
Subsídio ao investimento	501.360	509.507
Recuperação de encargos c/ publicidade noutros meios	35.301	539.568
Juros debitados a clientes	5.827	6.457
Outros	400.886	248.184
	<b>4.920.282</b>	<b>4.329.083</b>
<b>Total</b>	<b>20.680.411</b>	<b>17.464.135</b>

## 23. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

A Toyota Caetano Portugal (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de fevereiro de 1994, em 30 de abril de 1996, em 9 de agosto de 1996, em 4 de julho de 2003, em 2 de fevereiro de 2007, em 30 de dezembro de 2008, em 23 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2016, as seguintes empresas do Grupo Toyota Caetano eram associadas do Fundo de Pensões Salvador Caetano:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Caetano Auto, S.A.
- Caetano Renting, S.A.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto os seus associados mantiverem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores (beneficiários) possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Em 19 de dezembro de 2006 foi solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.) que encetasse junto do ISP-Instituto de Seguros de Portugal as necessárias *demarches* tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito, foi enviado em 18 de dezembro de 2007, ao Instituto Seguros de Portugal, um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a ata de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo propondo, com efeitos a 1 janeiro 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os reformados e beneficiários de pensões diferidas à data de 1 de janeiro de 2008, bem como para todos os trabalhadores associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de dezembro de 2008 foi rececionada pela Toyota Caetano Portugal, S.A. uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde de 1 de janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou na referida aprovação que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de janeiro de 2008 tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um "capital inicial" individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades atuariais apuradas com referência a 31 de dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

Os pressupostos atuariais utilizados pela sociedade gestora incluem as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto de 1%, 0% e 1,6%, respetivamente. Em 2015 as taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto eram de 0%, 0% e 2,3%, respetivamente.

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido no exercício de 2016 e 2015 pode ser resumido como se segue:

<b>Responsabilidades em 1/1/2015</b>	<b>33.574.520</b>
Custos dos serviços correntes	117.656
Custos dos juros	1.231.419
(Ganhos) e perdas atuariais	1.493.376
Pagamentos de pensões	(2.419.290)
<b>Responsabilidades em 31/12/2015</b>	<b>33.997.681</b>
<b>Responsabilidades em 1/1/2016</b>	<b>33.997.681</b>
Custos dos serviços correntes	91.157
Custos dos juros	1.232.405
(Ganhos) e perdas atuariais	2.704.205
Pagamentos de pensões	(2.517.413)
Transferências (Caetano Components)	596.767
Outros	(736.838)
<b>Responsabilidades em 31/12/2016</b>	<b>35.367.964</b>

O movimento da situação patrimonial do Fundo de pensões, que cobre os dois planos de benefícios acima referidos, durante o exercício de 2016 e de 2015, foi como se segue:

	PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDO	TOTAL
<b>Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>29.075.997</b>	<b>10.202.273</b>	<b>39.278.270</b>
Contribuições	495.476	947.003	1.442.479
Retorno real dos ativos do plano	1.071.278	385.086	1.456.364
Pagamentos de Pensões	(2.419.292)	(31.854)	(2.451.146)
Transferências da quota-parte de outro associado	73.634	42.141	115.775
Transferências para a quota-parte de outro associado	-	(48.261)	(48.261)
<b>Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>28.297.093</b>	<b>11.496.388</b>	<b>39.793.481</b>
Contribuições	875.115	216.205	1.091.320
Retorno real dos ativos do plano	317.840	155.309	473.149
Pagamentos de Pensões	(2.517.413)	(83.980)	(2.601.393)
Transferências da quota-parte de outro associado	489.176	72.539	561.715
Transferências para a quota-parte de outro associado	-	(63.678)	(63.678)
Utilizações de Conta Reserva	79.821	(79.821)	-
<b>Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>27.541.632</b>	<b>11.712.962</b>	<b>39.254.594</b>

A 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a decomposição da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, foi como se segue:

CARTEIRA DO FUNDO	PESO CARTEIRA	VALOR 31-12-2016	PESO CARTEIRA	VALOR 31-12-2015
Ações	9,60%	2.643.997	9,03%	2.555.228
Obrigações	38,21%	10.523.657	39,75%	11.248.095
Imobiliário	38,20%	10.520.903	37,42%	10.588.772
Liquidez	11,66%	3.211.354	10,69%	3.024.959
Outros Ativos	2,33%	641.721	3,11%	880.039
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>27.541.632</b>	<b>100%</b>	<b>28.297.093</b>

A 31 de dezembro de 2016, os investimentos individuais com um peso superior a 5% do total da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, apresentam-se como se segue:

ATIVO	PESO CARTEIRA	VALOR
Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	38,2%	10.520.903

A evolução das responsabilidades do Grupo, com o Plano de benefício definido e da situação patrimonial do Fundo de pensões afeto, pode ser resumido como se segue:

PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Valor da responsabilidade	35.367.964	33.997.681	33.574.520	29.059.458	29.650.534	29.686.944	29.550.745
Valor do fundo	27.541.632	28.297.093	29.075.997	28.855.219	28.444.454	26.541.223	28.812.418

A responsabilidade líquida do Grupo Toyota Caetano Portugal acima evidenciada encontra-se acautelada através de uma provisão constituída no valor de cerca de 9.126.000 de Euros, refletida em Balanço na rubrica Responsabilidades por Pensões.



## 24. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi o seguinte:

2016 - RUBRICAS	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	REVERSÕES	UTILIZAÇÕES	TOTAL
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	2.780.809	-	-	-	2.780.809
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 11)	9.710.649	46.306	(153.221)	(159.937)	9.443.797
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 10)	1.311.777	220.746	-	-	1.532.523
Provisões	303.252	257.706	-	(153.853)	407.105

2015 - RUBRICAS	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	REVERSÕES	UTILIZAÇÕES	TOTAL
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	1.781.995	-	-	998.814	2.780.809
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 11)	10.338.615	96.216	(112.690)	(611.492)	9.710.649
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 10)	1.901.129	18.776	(608.128)	-	1.311.777
Provisões	311.551	111.771	-	(120.070)	303.252

A variação ocorrida na rubrica de perdas por imparidade acumuladas em contas a receber refere-se essencialmente ao *write-off* de imparidades de clientes.

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo Grupo existentes em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 respeitam a:

### Swap Taxa de Juro

Trata-se de um instrumento financeiro derivado contraído com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro, associado a um contrato de mútuo (*cash flow hedge*), que contribui para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a otimização do custo do funding, não tendo sido designado para efeitos de contabilidade cobertura. O justo valor do referido instrumento financeiro derivado em 31 de dezembro de 2016 era negativo em 28.425 Euros (em 31 de dezembro de 2015 era negativo em 94.532 Euros) e compreende à data de Balanço uma exposição total de 4,2 milhões de Euros desde 22 de dezembro de 2016 pelo prazo remanescente de três meses.

Este instrumento financeiro derivado foi avaliado a 31 de dezembro de 2016 pela entidade bancária com quem o mesmo foi contratado, tendo em consideração cash flows futuros e risco estimados (nível 2 de hierarquia de justo valor conforme parágrafo 93 da IFRS 13 – inputs indiretamente observáveis no mercado).

É intenção da Toyota Caetano deter este instrumento até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelo referido instrumento.

Refira-se que as variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados detidos pelo Grupo encontram-se reconhecidas em gastos ou rendimentos financeiros (Nota 33).

Apresenta-se em seguida quadro-resumo de instrumentos financeiros derivados detidos a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

DERIVADO	JV 2016	JV 2015	TIPO	TAXA SWAP	TAXA A RECEBER
Swap taxa de juro BBVA	(28.425)	(94.532)	Negociação	1,10%	Euribor 3M
TOTAL	(28.425)	(94.532)			

## 26. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são detalhados como se segue:

	2016	2015
Imposto corrente (Nota 21)	863.515	1.022.617
Imposto diferido (Nota 14)	401.511	975.224
	<b>1.265.026</b>	<b>1.997.841</b>

A reconciliação do encargo de imposto efetivo, com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 pode ser analisada como se segue:

	2016	2015
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>7.268.212</b>	<b>8.164.630</b>
Taxa nominal de imposto	22,50%	22,50%
<b>Imposto teórico (Coleta + Derrama)</b>	<b>1.635.348</b>	<b>1.837.042</b>
Mais-valias contabilísticas	(471.532)	(918.116)
Mais-valias fiscais	234.989	454.044
Reversões de perdas por imparidade	-	(80.622)
Ajustamentos do justo Valor	(4.132)	(72.201)
Derrama (ajustamentos fiscais)	(3.610)	(9.253)
Outros	267.455	71.703
Prejuízos utilizados	(414.053)	(745.452)
Imposto efetivo (Coleta + Derrama)	<b>1.244.465</b>	<b>537.144</b>
Tributação Autónoma	314.358	312.215
Excesso/Insuficiência estimativa de imposto	68.834	183.099
Restituição de impostos	(756.374)	-
Outros	(7.768)	(9.841)
Imposto efetivo corrente	<b>863.515</b>	<b>1.022.617</b>
Imposto diferido do período	401.511	975.224
<b>Imposto efetivo</b>	<b>1.265.026</b>	<b>1.997.841</b>

## 27. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2016	2015
Resultado		
Básico	5.950.756	6.134.247
Diluído	5.950.756	6.134.247
Número de ações	<b>35.000.000</b>	<b>35.000.000</b>
Resultados por ação (básico e diluído)	0,170	0,175

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

**28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS**

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe do relato por segmentos é o seguinte:

	NACIONAL										EXTERNO						ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO								
	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS					EQUIPAMENTO INDUSTRIAL					OUTROS			VEÍCULOS AUTOMÓVEIS					EQUIPAMENTO INDUSTRIAL							
	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ALUGUER	MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER	MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER			INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER		
<b>2016</b>																										
<b>RÉDITO</b>																										
Volume de negócios	285.115	384.283.601	15.147.469	3.405.180	15.826.773	3.657.449	13.022.584	-	-	35.053.246	18.009.258	77.245	371	-	(139.917.042)	348.851.269										
<b>RESULTADOS</b>																										
Resultados operacionais	(48)	7.447.164	274.697	292.897	2.068.493	1.647.438	1.135.793	(4.639)	(4.639)	(2.454.943)	455.430	4.279	258	10.781	(1.312.634)	9.564.966										
Resultados financeiros	(667)	(1.836.560)	5.804	(131.874)	(43.205)	(7.728)	(90.958)	8	8	(144.320)	(46.990)	(194)	-	(70)	-	(2.296.754)										
Resultados líquidos com Interesses que não controlam	(714)	4.445.952	229.053	183.530	1.660.634	1.344.479	873.768	(3.648)	(3.648)	(2.599.263)	300.558	3.350	211	8.783	(443.507)	6.003.186										
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>																										
Ativos	37.074.388	257.824.224	31.293.247	12.130.874	11.746.848	1.741.701	33.885.015	22.357.583	-	10.733.652	-	-	-	-	(143.009.663)	275.777.869										
Passivos	5.884.359	153.172.363	22.352.351	12.011.473	2.043.221	294.601	27.508.506	3.610.228	-	6.692.879	-	-	-	-	(85.463.085)	148.106.896										
Dispendios de cap. fixo <sup>(1)</sup>	41.492	1.349.225	(222.660)	7.652.462	-	24.412	8.047.901	(297)	(297)	107.720	-	-	-	-	179.028	17.179.283										
Depreciações <sup>(2)</sup>	1.304.240	3.276.514	618.782	3.819.785	67.544	43.557	5.326.523	826	826	167.457	-	-	-	-	261.576	14.886.804										
<b>2015</b>																										
<b>RÉDITO</b>																										
Volume de negócios	13.152.446	365.120.593	15.153.439	4.487.790	18.048.357	2.052.875	12.414.975	-	-	25.231.427	14.333.837	88.176	8.623	21.740	(139.413.741)	330.700.537										
<b>RESULTADOS</b>																										
Resultados operacionais	(2.667.875)	8.348.062	52.562	168.035	846.898	1.658.136	1.298.805	(2.749)	(2.749)	(783.698)	569.903	19.624	6.665	12.570	742.844	10.269.782										
Resultados financeiros	(28.115)	(1.765.298)	(18.841)	(136.188)	(12.842)	(5.997)	(86.518)	(31)	(31)	(28.013)	(22.920)	(326)	(16)	(47)	-	(2.105.152)										
Resultados líquidos com Interesses que não controlam	(2.695.990)	5.070.109	8.045	66.545	722.318	1.430.802	1.065.375	(2.227)	(2.227)	(811.711)	447.835	16.714	5.758	10.845	832.370	6.166.789										
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>																										
Ativos	41.412.716	256.130.958	7.893.730	8.778.154	11.558.941	2.435.881	28.852.150	23.909.481	-	8.026.355	-	-	-	-	(123.079.323)	265.919.043										
Passivos	9.596.156	146.876.256	5.106.323	6.755.158	1.310.214	320.321	20.769.664	3.589.954	-	2.070.932	-	-	-	-	(60.129.466)	136.265.511										
Dispendios de cap. fixo <sup>(1)</sup>	5.225.897	1.999.643	91.150	4.128.138	24.541	42.730	10.833.593	152	152	141.940	-	-	-	-	183.552	22.671.336										
Depreciações <sup>(2)</sup>	1.352.891	3.654.815	187.501	2.881.517	55.401	41.403	4.570.724	313	313	158.365	-	-	-	-	179.031	13.081.961										

<sup>(1)</sup> Investimento: (Variação do Ativo Fixo Tangível e Intangível) + (Amortizações e Reintegrações do Exercício)

<sup>(2)</sup> Do Exercício

A linha "Volume de negócios" inclui as rubricas Vendas, Prestação de Serviços e o montante de cerca de 11.894.847 Euros (11.392.995 Euros em 2015) referente a Aluguer de Equipamento contabilizados na rubrica Outros rendimentos Operacionais (Nota 32).

A coluna "Eliminações" inclui essencialmente a anulação das transações entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação, principalmente pertencentes ao segmento "Veículos Automóveis".

## 29. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foi como se segue:

MERCADO	2016		2015	
	VALOR	%	VALOR	%
Nacional	290.818.846	86,31%	284.558.320	89,12%
Bélgica	34.807.547	10,33%	24.836.222	7,78%
Palop's	11.063.775	3,28%	9.387.941	2,94%
Espanha	55.542	0,02%	39.503	0,01%
Alemanha	10.306	0,00%	8.961	0,00%
Reino Unido	5.705	0,00%	225.305	0,07%
Outros Mercados	194.701	0,06%	251.290	0,08%
	<b>336.956.422</b>	<b>100,00%</b>	<b>319.307.542</b>	<b>100,00%</b>

## 30. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta-se da seguinte forma:

	2016	2015
<b>Subcontratos</b>	1.795.240	1.888.171
<b>Serviços especializados</b>	16.601.974	15.069.044
Trabalhos especializados	5.405.855	5.188.763
Publicidade e propaganda	8.196.141	7.008.404
Vigilância e segurança	407.709	403.910
Honorários	776.689	791.266
Comissões	169.784	195.711
Conservação e reparação	1.645.796	1.480.990
<b>Materiais</b>	825.519	748.861
<b>Energia e fluidos</b>	2.995.753	3.008.991
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	2.822.848	2.588.379
Deslocações e estadas	1.482.225	1.392.822
Transportes de pessoal	91.275	100.174
Transportes de mercadorias	1.249.348	1.095.383
<b>Serviços diversos</b>	12.064.912	13.113.301
Rendas e alugueres	2.620.551	2.651.292
Comunicação	754.456	648.714
Seguros	1.067.100	1.247.558
Royalties	334.109	339.332
Contencioso e notariado	30.404	36.908
Limpeza, higiene e conforto	680.326	699.576
Outros serviços	6.577.966	7.489.921
	<b>37.106.246</b>	<b>36.416.747</b>

### 31. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	550.505	550.505
Remunerações do pessoal	25.799.158	26.402.788
Pensões	1.163.199	1.017.801
Indemnizações	843.701	325.200
Encargos sobre remunerações	7.021.499	6.422.571
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	437.571	345.064
Outros gastos com o pessoal	3.549.373	3.609.363
	<b>39.365.006</b>	<b>38.673.292</b>

Durante os exercícios findos em dezembro de 2016 e 2015, o número médio de pessoal foi o seguinte:

PESSOAL	2016	2015
Empregados	1.033	1.069
Assalariados	472	498
	<b>1.505</b>	<b>1.567</b>

### 32. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Outros rendimentos operacionais" tem a seguinte composição:

OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	2016	2015
Aluguer de equipamento	11.888.847	11.386.995
Recuperação de encargos com garantias e outras despesas operacionais	10.999.079	12.404.517
Rendas cobradas	4.010.010	3.303.270
Comissões de intermediação nos financiamentos de viaturas	3.613.056	3.736.109
Trabalhos para a própria empresa	3.254.219	3.229.257
Recuperação de despesas	2.722.771	1.552.759
Subsídios à exploração	2.588.603	2.424.126
Recuperação de encargos com publicidade e prom. de vendas	2.102.453	2.081.026
Serviços prestados	1.499.843	2.074.004
Mais-valias na alienação de ativo fixo tangível	452.495	194.820
Indemnizações de sinistros	50.914	2.338.020
Correções relativas a exercícios anteriores	32.230	33.699
Mais-valias na alienação de propriedades de investimento	-	1.470.075
	<b>43.214.520</b>	<b>46.228.677</b>

Detalhando os principais valores acima mencionados, temos a referir que:

- a rubrica Recuperação de encargos inclui essencialmente redébitos à Toyota Motor Europe relativos a garantias e redébitos a concessionários associados a despesas operacionais;
- a rubrica "Serviços Prestados" se refere essencialmente a débitos de fees administrativos a empresas fora do perímetro Toyota Caetano;
- a rubrica "Recuperação de despesas" inclui, entre outros, rendimentos relacionados com serviços sociais (débito de despesas com cantina e formação a empresas fora do perímetro Toyota Caetano).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros gastos operacionais” tem a seguinte composição:

<b>OUTROS GASTOS OPERACIONAIS</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Impostos	1.027.802	974.081
Dívidas incobráveis	214.491	3.551
Perdas nos restantes investimentos não financeiros	70.212	942.212
Perdas em Inventários	59.651	24.217
Descontos pronto pagamento concedidos	3.541	10.096
Perdas nos restantes investimentos financeiros	63	6.755
Multas e penalidades	197.735	215.355
Correções relativas a exercícios anteriores	98.066	124.316
Quotizações	23.766	23.987
Donativos	257.650	3.548
Outros não especificados	1.005.611	672.437
	<b>2.958.588</b>	<b>3.000.555</b>

### 33. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

<b>GASTOS E PERDAS</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Juros Suportados	1.885.467	1.750.929
Outros gastos e perdas financeiros	757.818	442.710
	<b>2.643.285</b>	<b>2.193.639</b>
<b>RENDIMENTOS E GANHOS</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Juros Obtidos	280.424	33.257
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	66.107	55.230
	<b>346.531</b>	<b>88.487</b>

A rubrica de outros ganhos e rendimentos financeiros inclui, em 31 de dezembro de 2016, variações de justo valor de derivados no valor de 66.107 Euros.

### 34. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Apresentamos abaixo um quadro resumo dos instrumentos financeiros do Grupo a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>NOTA</b>	<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>		<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	
		<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Instrumentos Financeiros Derivados	25	-	-	28.425	94.532
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	9	3.483.128	3.463.450	-	-
Clientes	11	57.920.456	56.877.240	-	-
Outras Dívidas de Terceiros - corrente	12	2.999.881	3.146.581	-	-
Empréstimos Bancários	18	-	-	47.941.048	46.752.631
Locações financeiras	18	-	-	20.278.406	17.040.409
Descobertos bancários	18	-	-	1.001.251	20.276
Dívidas a Terceiros	20	-	-	1.095.835	1.265.885
Fornecedores	19	-	-	35.509.231	36.237.691
Caixa e Equivalentes a caixa	15	14.556.190	11.364.954	-	-
		<b>78.959.655</b>	<b>74.852.225</b>	<b>105.854.196</b>	<b>101.411.424</b>

*Instrumentos Financeiros ao Justo Valor*

DESCRIÇÃO	NOTA	ATIVOS FINANCEIROS		PASSIVOS FINANCEIROS	
		2016	2015	2016	2015
Instrumentos Financeiros Derivados	25	-	-	(28.425)	(94.532)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	9	3.483.128	3.463.450	-	-
		<b>3.483.128</b>	<b>3.463.450</b>	<b>(28.425)</b>	<b>(94.532)</b>

*Classificação e Mensuração*

DESCRIÇÃO	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		INSTRUMENTOS DERIVADOS		NÍVEL
	AO JUSTO VALOR	AO CUSTO	COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA	NEGOCIAÇÃO	
Fundo Cimóvel	3.416.391	-	-	-	1)
Diversos	-	66.737	-	-	3)
Swap taxa juro	-	-	-	(28.425)	2)

Dando cumprimento ao disposto no parágrafo 93 da IFRS 13, divulga-se em seguida a classificação de mensurações de justo valor de instrumentos financeiros, por nível hierárquico:

- Nível 1 - preços cotados - ativos financeiros disponíveis para venda: 3.416.391 Euros (3.396.713 Euros em 2015);
- Nível 2 - inputs diferentes dos preços cotados incluídos no nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (preços), quer indiretamente (derivados dos preços) - derivado de negociação (swap): - 28.425 Euros (-94.532 Euros em 2015);
- Nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis).

*Instrumentos Financeiros ao Justo Valor*

DESCRIÇÃO	IMPACTO EM CAP. PRÓPRIO		IMPACTO EM RESULTADOS	
	2016	2015	2016	2015
Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	66.107	55.230
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	19.678	343.816	-	-
	<b>19.678</b>	<b>343.816</b>	<b>66.107</b>	<b>55.230</b>

**35. LOCAÇÃO OPERACIONAL**

Durante o período de 2016, os pagamentos mínimos relativos a locações operacionais ascenderam a cerca de 5,7 milhões de Euros (2015: 6,4 milhões de Euros). Do referido montante, 2,1 milhões referem-se a pagamentos com maturidade de um ano, 3,4 milhões respeitam a pagamentos a ocorrer no período entre dois a cinco anos e 118 milhares de Euros referem-se a pagamentos de maturidade superior a cinco anos.

PAGAMENTOS MÍNIMOS DE LOCAÇÃO OPERACIONAL	2016	2015
Não mais de um ano	2.149.610	2.204.088
Mais de um ano e não mais de cinco	3.409.638	4.172.432
Mais de cinco	118.370	62.214
	<b>5.677.618</b>	<b>6.438.734</b>

### 36. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota. O detalhe dos saldos e transações entre o Grupo Toyota Caetano e as entidades relacionadas (por via do Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.), pode ser resumido como se segue:

OUTRAS PARTES RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.627
ATLÂNTICA - COMPANHIA PORTUGUESA DE PESCA, S.A.	5.132	-	-	-	-	-	-	-	-	17
ATTENTIONFOCUS - LDA.	8	-	-	-	-	-	-	-	-	41
AUTO PARTNER IMOBILIÁRIA, S.A.	35	13.788	-	-	-	-	-	165.441	-	71
CABO VERDE RENT-A-CAR, LDA.	30.983	114.653	87.931	-	-	-	1.170	195.329	-	-
CAETANO ACTIVE (SUL), LDA.	2.045	1.027	-	15.885	-	-	1.026	12.318	-	288
CAETANO AERONAUTIC, S.A.	666.535	56.138	846	-	-	-	30.565	45.641	-	461.302
CAETANO BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	922.881	230.180	3.034.528	460.561	-	11.902	13.541	201.200	234.603	675.546
CAETANO CITY E ACTIVE (NORTE), S.A.	598.243	86.478	781.125	132	-	-	-	22.323	31.324	32.439
CAETANO DRIVE, SPORT E URBAN, S.A.	229.894	350.044	16.309	6.214	251.780	320.446	93.133	329.726	880	246.450
CAETANO ENERGY, S.A.	10.822	736	2.004	733	-	-	1.790	-	-	9.052
CAETANO FÓRMULA, S.A.	27.414	582.085	19.136	871.032	19.077	260.331	79.572	-	1.220	122.146
CAETANO FORMULA EAST ÁFRICA, S.A.	52	-	-	-	-	-	-	-	-	45
CAETANO FÓRMULA MOÇAMBIQUE S.A.	484	-	-	-	-	-	-	-	-	544
CAETANO FORMULA SENEGAL, S.A.U.	-	-	-	-	-	-	-	46	520	-
CAETANO FÓRMULA WEST ÁFRICA, S.A.	-	-	223	-	-	-	-	-	-	183
CAETANO MOTORS, S.A.	16.240	16.070	-	15.879	-	-	-	56.808	-	171.597
CAETANO MOVE ÁFRICA, S.A.	21	-	-	-	-	-	-	-	-	19
CAETANO ONE CV, LDA.	235.790	6.201	33.703	8.099	-	-	47.938	537	-	36.196
CAETANO PARTS, LDA.	88.035	1.362.242	1.637.191	6.110.823	-	-	1.655	29.001	-	149.316
CAETANO POWER, S.A.	58.256	-	3.355	1	19.774	21.628	24.706	-	-	175.695
CAETANO RETAIL (S.G.P.S.), S.A.	46.811	-	505	-	-	-	-	1.883	-	100.440
CAETANO STAR, S.A.	42.752	32.646	13.871	124.438	-	-	13.557	51.760	-	12.132
CAETANO TECHNIK, LDA.	30.430	-	-	47.636	14.150	17.992	-	14.188	141	173.312
CAETANO BUS - FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A.	6.902.135	93.464	39.813	76.053	-	-	11.977	115.369	26	3.115.431
CAETSU PUBLICIDADE, S.A.	3.585	767.582	61.762	299	-	-	17.625	2.575.123	3.900	1.976
CARPLUS - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	56.275	5.061	92.675	112.074	-	-	137.208	1.040	-	220.307
CENTRAL SOLAR DE CASTANHOS, S.A.	25	-	-	-	-	-	-	-	-	20
CHOICE CAR, S.A.	2.285	-	-	-	-	-	-	-	-	7.713
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, S.A.	4.571	89.926	-	-	-	-	-	57.859	-	1.969
DICUORE - DECORAÇÃO, S.A.	25	-	-	-	-	-	-	-	-	20
DINÂMICO VERTE - ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA.	4.004	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	310.625	147.173	3.309.371	909.105	-	-	291.946	1.116.581	31.713	103.780
FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO	617.785	21.902	-	-	-	-	-	-	-	99
GLOBALWATT (S.G.P.S.), S.A.	25	-	-	-	-	-	-	-	-	90
GRUPO SALVADOR CAETANO (S.G.P.S.), S.A.	-	2.449	-	-	-	-	-	-	-	122
GUÉRIN - RENT-A-CAR (DOIS), LDA.	295.002	34.480	32.832	17.201	-	-	924.758	32.991	-	94.035
GUERIN RENT A CAR, S.L.	97	-	-	-	-	-	-	-	-	97
IBERICAR - SOCIEDAD IBERICA DEL AUTOMOVIL, S.A.	17.632	-	-	-	-	-	-	-	-	17.632
IBERICAR AUTO NIPON, S.A.	872	-	-	-	-	-	-	-	-	97
IBERICAR BARCELONA PREMIUM, S.L.	1.933	-	-	-	-	-	-	-	-	1.933
IBERICAR BENET, S.L.	291	-	-	-	-	945.810	-	-	-	1.139
IBERICAR CADI, S.A.	389	-	-	-	-	-	-	-	-	701
IBERICAR CENTRO AUTO, S.L.	389	-	-	-	-	-	-	-	-	389
IBERICAR CUZCOMOTOR, S.A.	291	-	-	-	-	-	-	-	-	291
IBERICAR FORMULA CAMPO DE GIBRALTAR, S.L.	291	-	-	-	-	-	-	-	-	696
IBERICAR GESTOSO, S.L.	583	-	-	-	-	-	-	-	-	943



OUTRAS PARTES RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
IBERICAR MOTOR MALAGA	194	-	-	-	-	-	-	-	-	194
IBERICAR MOTORS CÁDIZ, S.L.	389	-	-	-	-	-	-	-	-	389
IBERICAR MOVIL SUR, S.L.	97	-	-	-	-	-	-	-	-	97
IBERICAR MOVIL, S.L.	194	-	-	-	-	-	-	-	-	314
IBERICAR RECAMBIOS QUER, S.L.	97	-	-	-	-	-	-	-	-	97
IBERICAR REICOMSA, S.A.	291	-	-	-	-	-	-	-	-	647
IBERICAR TECHNIK, S.A.	194	-	-	-	-	-	-	-	-	194
LAVORAUTO - ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA DE EMPRESAS, S.A.	-	5.468	-	-	-	-	-	22.948	-	17
LIDERA SOLUCIONES, S.L.	1.248	-	-	-	-	-	-	107.620	-	1.442
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, S.A.	78.637	162.849	51.993	47.039	237.680	-	75.707	372.878	3.596	71.061
MDS AUTO - MEDIAÇÃO DE SEGUROS, S.A.	20.321	-	1.003	-	-	-	344	593.112	-	5.241
MOVICARGO - MOVIMENTAÇÃO INDUSTRIAL, LDA.	1.544	232.281	10	27.683	-	-	5.037	43.011	537.978	3.088
PLATINIUM V.H. - IMPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	8.316	14	-	-	-	-	1.340	-	-	26.955
P.O.A.L. - PAVIMENTAÇÕES E OBRAS ACESSÓRIAS, S.A.	17.806	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, S.A.	89.244	11.641	3.053	42.494	-	1.845	44.830	88.298	-	71.138
PV LOIRAL - PRODUÇÃO DE ENERGIA, LDA.	25	-	-	-	-	-	-	-	-	20
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTORIA, S.A.	84	14.691	-	-	-	-	-	72.490	15	221
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, S.A.	117.914	889.732	691	-	174.443	-	141.915	4.247.191	16.327	371.110
ROBERT HUDSON, LTD	23.705	778	1.989	-	-	-	-	-	778	1.390
SALVADOR CAETANO - AUTO - (S.G.P.S.), S.A.	84	-	-	-	-	-	-	-	-	68
SALVADOR CAETANO AUTO ÁFRICA, (S.G.P.S.), S.A.	66	-	-	-	-	-	-	-	-	96
SALVADOR CAETANO EQUIPAMENTOS, S.A.	21	-	442	-	-	-	-	-	-	19
SALVADOR CAETANO INDÚSTRIA (S.G.P.S.), S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	252
SIMOGA - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA DE GAIA, S.A.	1.036	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SOL GREEN WATT, S.L.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	390
SPRAMO - PUBLICIDADE & IMAGEM, S.A.	-	681	-	-	-	-	-	-	-	-
TOVICAR - SOCIEDADE COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS, S.A.	12.553	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TURISPAIVA - SOCIEDADE TURÍSTICA PAIVENSE, S.A.	135	-	-	-	-	-	-	-	-	1.320
VAS ÁFRICA (S.G.P.S.), S.A.	105	-	-	-	-	-	-	-	-	88
VAS CABO VERDE, SOCIEDADE UNIPessoal, S.A.	4.538	-	21.172	37.678	-	15.417	74.380	549	-	115.012
	<b>11.610.811</b>	<b>5.332.460</b>	<b>9.247.533</b>	<b>8.931.059</b>	<b>716.904</b>	<b>1.595.371</b>	<b>2.035.720</b>	<b>10.573.261</b>	<b>863.021</b>	<b>6.608.799</b>

A compra e venda de bens e prestação de serviços a entidades relacionadas foram efetuadas a preços de mercado.

## 37. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

### Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no Balanço Consolidado:

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

RESPONSABILIDADES	2016	2015
Por Créditos Abertos	105.190	110.504
Por Fianças Prestadas	5.500.000	7.000.000
	<b>5.605.190</b>	<b>7.110.504</b>

Dos montantes apresentados em 31 de dezembro de 2016 e 2015, relativos a “Fianças Prestadas”, o montante de 4 milhões de Euros refere-se à caução prestada à A. T. A. (Autoridade Tributária e Aduaneira).

Na sequência de financiamentos contratados em 2012, no valor de 29,9 milhões de Euros, dos quais encontram-se, a esta data, por amortizar cerca de 17 milhões de Euros (ver detalhe Nota 18), o Grupo concedeu às respetivas instituições financeiras garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis avaliados, à data de contração dos referidos financiamentos, em cerca de 25,1 milhões de Euros.

### Liquidações de Impostos:

#### TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2012 a 2016 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos.

### Processos Judiciais em Curso

#### *Reclamação de indemnização por cessação de contrato de agência*

A reclamação judicial apresentada por um anterior agente, que se encontrava pendente de decisão de recurso apresentado no Supremo Tribunal de Justiça, foi concluída, não tendo resultado, como era convicção da Administração, qualquer tipo de responsabilidade para a Empresa.

#### *Impugnação Judicial de despedimento coletivo*

A impugnação judicial de despedimento coletivo, ficou concluída em 2016, com a existência de acordos.

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entenderam que o processo de despedimento coletivo ocorrido em 2012 se encontrava sustentado em motivos de mercado, estruturais e tecnológicos, razão pela qual não esperavam que houvesse quaisquer responsabilidades para o Grupo decorrentes do desfecho deste processo, tal como veio a acontecer.

### Veículos em fim de vida

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. O Grupo e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É, no entanto, nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto, senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

### Informação relativa à área ambiental

O Grupo adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2016.

## 38. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram como se segue:

ÓRGÃOS SOCIAIS	2016	2015
Conselho de Administração		
Remuneração fixa	550.505	550.505

## 39. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos à sociedade de Revisores oficiais de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda. em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foi como segue:

	2016	2015
Honorários Totais referentes a revisão legal de contas	59.670	59.670
Honorários Totais referentes a outros serviços de garantia de fiabilidade	3.500	-
	<b>63.170</b>	<b>59.670</b>

## 40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do ano de 2016 e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes suscetíveis de serem mencionados.

## 41. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2017.

Tendo em conta o previsto no Código das Sociedades Comerciais, existe a possibilidade das presentes Demonstrações Financeiras serem alteradas após a respetiva aprovação pelo Conselho de Administração.

### O CONTABILISTA CERTIFICADO

Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Reis da Silva Ramos - Presidente

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Miguel Pedro Caetano Ramos

Nobuaki Fujii

Matthew Peter Harrison

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

5



PARECERES

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

1. De harmonia com o disposto na alínea g) do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e no contrato social, compete-nos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a atividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., referentes ao exercício de 2016 que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.
2. No desempenho das funções que nos foram cometidas, procedemos, durante o exercício, ao acompanhamento dos negócios sociais, sua evolução e, com a frequência e extensão consideradas aconselháveis e adequadas, à análise geral dos procedimentos contabilísticos e das políticas contabilísticas e critérios de mensuração adotados pela sociedade.
3. Apreciamos e aprovamos a prestação de serviços adicionais por parte da PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda. referente ao exercício de 2016.
4. Não tomamos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.
5. Analisamos a Certificação Legal das Contas individuais e a Certificação Legal das Contas consolidadas emitidas pelo Revisor Oficial de Contas, com as quais concordamos.

Assim sendo,

6. Vêm todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.
7. E, nos termos do n.º 5 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. declara que o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário inclui os elementos referidos no artigo 245.º- A do Código dos Valores Mobiliários.
8. Nestes termos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual:
  - a) Aprove o relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016;
  - b) Aprove a proposta de Aplicação de Resultados contida no relatório do Conselho de Administração.

Vila Nova de Gaia, 27 de março de 2017

## DECLARAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Vila Nova de Gaia, 27 de março de 2017

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL

## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Toyota Caetano Portugal, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 253.151.094 Euros e um total de capital próprio de 126.376.712 Euros, incluindo um resultado líquido de 5.950.756 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Toyota Caetano Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.



MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA	SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA
<p><b>ESPECIALIZAÇÃO DO RÉDITO</b></p> <p>Divulgações relacionadas com o rédito nas notas 2.3.o), 26 e 27 das demonstrações financeiras.</p> <p>O volume de negócios da Empresa ascende a 274,4 milhões de Euros. Deste montante 18,5 milhões de Euros dizem respeito a vendas ocorridas em dezembro.</p> <p>De acordo com o IAS 18, o rédito da venda é reconhecido na demonstração dos resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para a Toyota Caetano Portugal e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado.</p> <p>O reconhecimento automático do rédito da venda é efetuado no momento da faturação, sendo posteriormente efetuado um ajustamento manual para as viaturas que, na data do reporte das Demonstrações Financeiras, estejam pendentes de entrega aos clientes.</p> <p>Este assunto é uma matéria de auditoria relevante uma vez que existe um desfazamento temporal entre o momento da faturação e o momento da transferência de todos os riscos e benefícios para o cliente, assim como o facto deste ajustamento resultar de uma análise casuística e manual.</p>	<p>De forma a mitigar o risco de cut-off incorreto no reconhecimento do rédito resultante das vendas efetuamos os seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação e testes aos controlos chave existentes no ciclo de vendas.</li> <li>• Acompanhamento dos inventários realizados no final do ano e análise dos ajustes de inventários efetuados.</li> <li>• Testes de detalhe ao corte de operações através da verificação dos termos de entrega.</li> <li>• Teste dos ajustamentos manuais na rubrica de vendas.</li> <li>• Procedimentos analíticos sobre a rubrica de vendas (Análise dos principais desvios face ao ano anterior e orçamento e obtenção de explicação para os mesmos).</li> </ul>
<p><b>MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA</b></p> <p><b>VALORIZAÇÃO DE VIATURAS USADAS</b></p>	<p><b>SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA</b></p>
<p>Divulgações relacionadas com os inventários nas notas 2.3.e) e 12 das demonstrações financeiras.</p> <p>A Empresa apresenta na demonstração da posição financeira, inventários no valor de 52,1 milhões de Euros, representando cerca de 21% do ativo. Deste montante 40,5 milhões de Euros dizem respeito a mercadorias, as quais são valorizadas ao mais baixo entre o custo médio de aquisição e o respetivo valor recuperável.</p> <p>Os inventários de mercadorias incluem 7,4 milhões de Euros relativos a viaturas usadas, não havendo qualquer imparidade reconhecida para efeitos de cobertura do seu risco de desvalorização.</p> <p>De acordo com o IAS 2 as mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado. As perdas de imparidade acumuladas para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários.</p> <p>Este assunto é uma matéria de auditoria relevante tendo em conta o valor dos inventários de viaturas usadas e o julgamento associado ao apuramento de perdas por imparidade, existindo o risco da imparidade registada não refletir totalmente a perda do valor do ativo e do diferencial ser materialmente relevante.</p>	<p>De forma a mitigar o risco de o valor dos inventários de viaturas usadas poder ser superior ao valor de realização efetuamos os seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Teste de detalhe sobre a valorização de veículos usados a 31 de dezembro de 2016.</li> <li>• Validação dos pressupostos, incluindo, entre outros, considerações do histórico comercial das viaturas usadas e comparação das expectativas da Empresa relativamente ao valor de realização das viaturas usadas com as expectativas dos analistas do mercado.</li> <li>• Avaliação dos controlos instituídos pela Empresa no sentido de minimizar a detenção de veículos usados com elevada antiguidade.</li> <li>• Revisão analítica das margens nas vendas de viaturas usadas e revisão analítica do tempo médio de rotação das viaturas usadas.</li> <li>• Análise de vendas de viaturas ocorridas após 31 de dezembro de 2016 de modo a identificar situações em que o valor líquido de realização seja inferior ao valor registado em existências a 31 de dezembro de 2016.</li> </ul>

## RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

### SOBRE O RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

### SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos auditores da Toyota Caetano Portugal, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 23 de abril de 2010 para o exercício de 2010 mantendo-nos em funções até à presente data. A nossa última nomeação/eleição ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de abril de 2015 para o mandato compreendido entre 2015 e 2018.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 27 de março de 2017.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

27 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados

- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

representada por:

José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Toyota Caetano Portugal, S.A., que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 275.777.869 Euros e um total de capital próprio de 127.670.973 Euros, incluindo um resultado líquido de 5.950.756 Euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Toyota Caetano Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA	SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA
<p><b>ESPECIALIZAÇÃO DO RÉDITO</b></p> <p>Divulgações relacionadas com o rédito nas notas 2.3.o), 28 e 29 das demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>O volume de negócios do Grupo ascende a 337 milhões de Euros. Deste montante 40 milhões de Euros dizem respeito a vendas ocorridas em dezembro.</p> <p>De acordo com o IAS 18, o rédito da venda é reconhecido na demonstração dos resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo Toyota Caetano Portugal e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado.</p> <p>O reconhecimento automático do rédito da venda é efetuado no momento da faturação, sendo posteriormente efetuado um ajustamento manual para as viaturas que, na data do reporte das Demonstrações Financeiras, estejam pendentes de entrega aos clientes.</p> <p>Este assunto é uma matéria de auditoria relevante uma vez que existe um desfazamento temporal entre o momento da faturação e o momento da transferência de todos os riscos e benefícios para o cliente, assim como o facto deste ajustamento resultar de uma análise casuística e manual</p>	<p>De forma a mitigar o risco de cut-off incorreto no reconhecimento do rédito resultante das vendas efetuamos os seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação e testes aos controlos chave existentes no ciclo de vendas.</li> <li>• Acompanhamento dos inventários realizados no final do ano e análise dos ajustes de inventários efetuados.</li> <li>• Testes de detalhe ao corte de operações através da verificação dos termos de entrega.</li> <li>• Teste dos ajustamentos manuais na rubrica de vendas.</li> <li>• Procedimentos analíticos sobre a rubrica de vendas (Análise dos principais desvios face ao ano anterior e orçamento e obtenção de explicação para os mesmos).</li> </ul>
<p><b>MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA</b></p>	<p><b>SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA</b></p>
<p><b>VALORIZAÇÃO DE VIATURAS USADAS</b></p> <p>Divulgações relacionadas com os inventários nas notas 2.3.e) e 10 das demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>O Grupo apresenta na demonstração da posição financeira consolidada, inventários no valor de 82,8 milhões de Euros, representando cerca de 30% do ativo. Deste montante 72,6 milhões de Euros dizem respeito a mercadorias, as quais são valorizadas ao mais baixo entre o custo médio de aquisição e o respetivo valor recuperável.</p> <p>Os inventários de mercadorias incluem 32,6 milhões de Euros relativos a viaturas usadas, ascendendo as imparidades para cobertura do seu risco de desvalorização a 1,5 milhões de Euros.</p> <p>De acordo com o IAS 2 as mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado. As perdas de imparidade acumuladas para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários.</p> <p>Este assunto é uma matéria de auditoria relevante tendo em conta o valor dos inventários de viaturas usadas e o julgamento associado ao apuramento de perdas por imparidade, existindo o risco da imparidade registada não refletir totalmente a perda do valor do ativo e do diferencial ser materialmente relevante.</p>	<p>De forma a mitigar o risco de o valor dos inventários de viaturas usadas poder ser superior ao valor de realização efetuamos os seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Teste de detalhe sobre a valorização de veículos usados a 31 de dezembro de 2016.</li> <li>• Validação dos pressupostos, incluindo, entre outros, considerações do histórico comercial das viaturas usadas e comparação das expetativas do Grupo relativamente ao valor de realização das viaturas usadas com as expetativas dos analistas do mercado.</li> <li>• Avaliação dos controlos instituídos pelo Grupo no sentido de minimizar a detenção de veículos usados com elevada antiguidade.</li> <li>• Revisão analítica das margens nas vendas de viaturas usadas e revisão analítica do tempo médio de rotação das viaturas usadas.</li> <li>• Análise de vendas de viaturas ocorridas após 31 de dezembro de 2016 de modo a identificar situações em que o valor líquido de realização seja inferior ao valor registado em existências a 31 de dezembro de 2016.</li> </ul>

## RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

## RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

### SOBRE O RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

### SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos auditores da Toyota Caetano Portugal, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 23 de abril de 2010 para o exercício de 2010 mantendo-nos em funções até à presente data. A nossa última nomeação / eleição ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de abril de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2018.



- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 27 de março de 2017.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Porto, 27 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados

- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

representada por:

José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.

## DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

A Comissão de Remunerações da sociedade Toyota Caetano Portugal, S.A. vem declarar o seguinte:

### a) Cumprimento da Política de Remunerações definida para o Exercício de 2016:

Analisados todos os elementos contabilísticos e demais registos da Toyota Caetano Portugal, foi por esta Comissão constatado que não ocorreu qualquer alteração remuneratória dos elementos dos órgãos sociais durante o exercício de 2016, tendo assim sido cumprida a proposta desta Comissão aprovada na Assembleia Geral de 28 de Abril de 2016.

### b) Política de Remuneração a aplicar durante o Exercício de 2017:

Face à conjuntura económica atual e atendendo às previsões de atividade e resultados para o exercício de 2017, fornecidas pela Administração da Sociedade, é entendimento desta Comissão que os valores remuneratórios de natureza fixa para todos os elementos dos Órgãos Sociais que mantenham funções executivas devem acompanhar na essência as deliberações do próprio Conselho de Administração sobre a política salarial a ser aplicada aos restantes Colaboradores, ou seja deverão sofrer em 2017 uma atualização num intervalo de 1% a 2%.

Para os elementos não executivos é parecer desta Comissão que os mesmos não devem auferir qualquer remuneração, a exemplo, aliás, da prática até agora seguida.

Quanto à remuneração variável dos elementos executivos do Conselho de Administração, esta tem vindo a ser atribuída em função dos resultados obtidos pela Sociedade, conjugando-se com a política de distribuição de dividendos aos Acionistas e de gratificações a pagar aos Colaboradores.

Em 2016, ao não ter sido atribuída esta componente de remuneração, foi cumprida a proposta desta Comissão de não ultrapassar os 2% dos resultados distribuíveis.

Assim sendo e reportando-se à alínea b) do número 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, vem esta Comissão de Remunerações propor a manutenção do critério estipulado para 2017, ou seja, que a remuneração variável dos membros Executivos do Conselho de Administração no seu conjunto não exceda os 2% dos resultados distribuíveis apurados no exercício de 2016.

A decisão de atribuição de Remuneração Variável em função dos resultados obtidos tem implícita a verificação do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de Administração com os interesses da Sociedade, sendo, portanto, um dos mecanismos a ser enquadrado na alínea a) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e, simultaneamente, dando resposta à alínea e) do mesmo artigo, garantindo a limitação da remuneração variável no caso dos resultados apurados serem de natureza negativa.

Tendo em vista a informação relativa à alínea c) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de Junho, cumpre-nos atestar a não existência de qualquer plano de atribuição de ações ou opção de aquisição de ações por parte dos membros dos órgãos de Administração e fiscalização, sendo proposta desta Comissão a manutenção deste critério.

A prática da empresa nos timings de pagamentos anuais deve, segundo nossa opinião, manter-se, sendo portanto de excluir a possibilidade elencada na alínea d) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009.

### A Comissão de Remunerações

Alberto Luis Lema Mandim

Maria Conceição Monteiro da Silva

Francelim Costa da Silva Graça

6



GOVERNO  
DA SOCIEDADE

## RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

### PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIEDADE

#### A. ESTRUTURA ACIONISTA

##### I. ESTRUTURA DO CAPITAL

###### 1. Estrutura do Capital.

Em 31 de dezembro de 2016 o capital da Empresa é composto por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada, sendo que todas as ações estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon.

Não existem acionistas titulares de direitos especiais.

###### 2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações.

A Sociedade não adota quaisquer restrições à transmissibilidade das ações ou limitações à titularidade de ações.

###### 3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias.

Não aplicável.

###### 4. Acordos significativos com cláusulas de mudança de controlo.

No que respeita a esta matéria, remete-se para o ponto 6 da Parte I.

###### 5. Renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista.

Não aplicável.

###### 6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

Esta sociedade não tem conhecimento da existência de qualquer acordo parassocial entre acionistas.

**II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS****7. Titulares de participações qualificadas, percentagem de capital e de votos imputável, fonte e causas de imputação.**

Participações qualificadas no capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A:

<b>ACIONISTA</b>	<b>Nº DE AÇÕES</b>	<b>% CAPITAL SOCIAL COM DIREITO DE VOTO</b>
Salvador Caetano Auto (S.G.P.S), S.A.	21.288.281	60,824%
Toyota Motor Europe NV/SA diretamente	9.450.000	27,000%
Salvador Fernandes Caetano (Herdeiros de ) diretamente	1.399.255	3,998%

**8. Número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.**

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não detêm ações nem obrigações da Empresa

<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>Nº AÇÕES</b>	<b>Nº OBRIGAÇÕES</b>
José Reis da Silva Ramos	0	0
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	0	0
Salvador Acácio Martins Caetano	0	0
Miguel Pedro Caetano Ramos	0	0
Rui Manuel Machado Noronha Mendes	0	0
Matthew Peter Harrison	0	0
Nobuaki Fujii	0	0
Yoicho Sato	0	0
<b>CONSELHO FISCAL</b>	<b>Nº DE AÇÕES</b>	<b>Nº OBRIGAÇÕES</b>
José Domingos da Silva Fernandes	0	0
Alberto Luis Lema Mandim	0	0
Daniel Broekhuizen	0	0
Maria Livia Fernandes Alves	0	0
Kenichiro Makino	0	0

**9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital.**

Dentro das competências do Conselho de Administração descrita no ponto 21 da Parte I não se encontra prevista de forma explícita nenhuma concessão de poder específico no que respeita a deliberações de aumento do capital.

**10. Relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.**

Durante o exercício de 2016, não foram realizados negócios e operações entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.

## B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

### I - ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é composta por todos os acionistas com direito de voto, a quem compete deliberar sobre alterações estatutárias, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício, proceder à eleição dos corpos sociais de sua competência e, de uma forma geral, deliberar sobre todos os termos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração.

A sociedade coloca à disposição dos membros da mesa da Assembleia Geral os recursos humanos e logísticos e apoio adequados às suas necessidades, através do departamento legal da sociedade. Este colabora ativamente na preparação das Assembleias Gerais, garantindo a publicação das respectivas convocatórias, recepção e controlo de todas as comunicações de acionistas e intermediários financeiros, trabalhando em estreita colaboração e garantindo, igualmente, toda a logística das assembleias-gerais.

#### 11. Identificação, cargo e mandato (início e fim) dos membros da mesa da assembleia geral.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por 4 membros conforme a seguir indicado:

José Lourenço Abreu Teixeira – Presidente

Manuel Fernando Monteiro da Silva – Vice-Presidente

Maria Olívia Almeida Madureira – Secretário

Jorge Manuel Coutinho Franco da Quinta – Secretário

A atual mesa da Assembleia Geral, foi eleita em 30 abril 2015 por um período de 4 anos e cessa o seu mandato em 31 dezembro 2018.

A informação infra abrange os pontos 12 a 14 da Parte I do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

### EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, artigo 4º n.º 6, a cada grupo de cem ações corresponde um voto.

Os acionistas que pretendam estar presentes devem ter as suas ações averbadas em seu nome no Livro de Registo de Ações da Sociedade ou fazer prova do respectivo depósito em intermediário financeiro, através de fax ou correio eletrónico, até cinco dias úteis antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral.

Não se encontram consideradas nos Estatutos da empresa regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

Têm direito de estar presentes na Assembleia Geral, e aí discutir e votar, os acionistas que sejam titulares legítimos de ações com direito a, pelo menos, um voto. Porém, os acionistas que não possuam número mínimo de cem ações podem agrupar-se, de forma a completá-lo, devendo, nesse caso, fazer-se representar por um só deles, cuja identificação deverá constar em carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Nos termos dos Estatutos da empresa não se encontra contemplado o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da assembleia-geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não existem medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

Não existem regras estatutárias definidas para o exercício do direito de voto excepto no que respeita ao quórum mínimo de 75% necessário à aprovação das seguintes deliberações:

- a) Alteração do contrato da Sociedade;
- b) Incorporação de fundos de reservas no capital social, nomeada e especificamente reservas de reavaliação;
- c) Transmissão, locação ou cessão de exploração de toda ou de uma parte importante da atividade da sociedade, e sucessão ou aceitação da atividade de uma terceira entidade;
- d) Redução ou aumento de capital;
- e) Divisão de lucros e fixação de percentagem de dividendos, bem como a eventual distribuição de fundos de Reservas Livres;
- f) Emissão de obrigações;
- g) Eleição ou destituição de todos ou de alguns dos membros dos órgãos sociais;
- h) Eleição ou destituição dos membros da Comissão de Remunerações;
- i) Fusão, cisão ou dissolução da Sociedade, bem como a nomeação de liquidatários;
- j) Aquisição, alienação, transmissão, locação e cessão de bens do ativo fixo tangível com valor de transação superior a dois milhões e quinhentos mil Euros.

Se, para deliberar sobre os assuntos referidos no número anterior, em primeira convocatória não se encontrar presente a maioria aí exigida, a Assembleia Geral, para deliberar sobre os mesmos assuntos, funcionará quinze dias após, em segunda convocatória, e exigindo-se que a respectiva decisão seja votada por uma maioria de setenta e cinco por cento dos votos dos acionistas presentes ou representados.

Os Senhores Acionistas poderão exercer o direito de voto por correspondência, nos seguintes termos:

- a) Os votos por correspondência devem ser endereçados à sede da Sociedade e nesta recebidos, através de carta registada, com aviso de recepção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia, carta essa a qual incluirá declaração emitida por intermediário financeiro comprovativa da titularidade das ações e, ainda, sobrescrito fechado contendo a declaração de voto;
- b) A declaração de voto deverá ser assinada pelo legítimo titular das ações ou pelo seu representante legal, devendo o acionista, se for pessoa singular, fazer acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, e se for pessoa coletiva deverá a assinatura ser reconhecida na qualidade e com poderes para o ato;
- c) Os votos por correspondência serão considerados no momento destinado à votação na Assembleia-Geral, sendo adicionados aos aí exercidos.
- d) Só serão consideradas válidas as declarações de voto onde, de forma expressa e inequívoca, conste:
  - a indicação da Assembleia-Geral e do ponto ou pontos da respetiva ordem de trabalhos a que respeita;
  - a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes da mesma, sendo, no entanto, permitido a um acionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta a declarar que vota contra todas as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.
  - a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente, podendo o acionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos.
- e) Entende-se que os acionistas que enviem declarações de voto por correspondência votam negativamente todas as propostas de deliberação apresentadas em momento ulterior à emissão do voto.

A Toyota Caetano Portugal disponibiliza na página da internet da Empresa ([www.toyotacaetano.pt](http://www.toyotacaetano.pt)) um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Conforme descrição a declaração de voto têm de ser rececionada pela empresa até cinco dias antes da realização da Assembleia Geral.

Cumpre-nos informar que de acordo com os atuais Estatutos da Sociedade não se encontra prevista a possibilidade de exercício do direito de voto por meios eletrónicos.

## II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

### COMPOSIÇÃO

#### 15. Identificação do modelo de governo adotado.

A Sociedade adota o modelo de governação vulgarmente conhecido como «latino reforçado», que preconiza a separação entre os órgãos de administração e de fiscalização, bem como uma dupla fiscalização, composta por um conselho fiscal e por um revisor oficial de contas. Da avaliação efetuada pelo Conselho de Administração conclui-se que a adoção deste modelo permite a existência de um órgão de fiscalização com poderes de fiscalização efetivos e reforçados, composto integralmente por membros sujeitos a um regime de incompatibilidades e a requisitos de independência.

#### 16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do conselho de administração.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral, pelo período de quatro anos, renovável, a quem compete praticar todos os atos de gestão na concretização de operações inerentes ao seu objeto social, tendo por fim o interesse da Sociedade, acionistas e trabalhadores. A Assembleia Geral poderá igualmente eleger dois administradores suplentes.

De acordo com o artigo 17º dos Estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A. a designação e substituição dos membros do órgão de administração seguem as seguintes regras:

- a) Pela chamada de suplentes efetuada pelo Presidente do Conselho de Administração, observando a ordem por que figurem na lista que foi submetida à Assembleia Geral;
- b) Não havendo suplentes, por cooptação, a efetuar dentro de sessenta dias a contar da falta definitiva, salvo se os administradores em exercício de funções não forem em número suficiente para o Conselho de Administração poder funcionar;
- c) Não tendo havido cooptação, o substituto será designado pelo Conselho Fiscal;
- d) Por eleição de novo administrador.

A designação de administradores não executivos está de acordo com o artigo 17º dos Estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A. seguindo as seguintes regras:

#### Substituição de membro cessante

- a) Pela chamada de suplentes efetuada pelo Presidente do Conselho de Administração, observando a ordem por que figurem na lista que foi submetida à Assembleia Geral;
- b) Não havendo suplentes, por cooptação, a efetuar dentro de sessenta dias a contar da falta definitiva, salvo se os administradores em exercício de funções não forem em número suficiente para o Conselho de Administração poder funcionar;
- c) Não tendo havido cooptação, o substituto será designado pelo Conselho Fiscal;



**Novo membro**

d) Por proposta e correspondente eleição em Assembleia Geral.

A nomeação de novos administradores não executivos é efetuada por eleição em Assembleia Geral.

**17. Composição, consoante aplicável, do conselho de administração.**

Conselho de Administração eleito em 2015 por um período de 4 anos, cessando o seu mandato em 2018, é composto, de acordo com os estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A., por 7 membros e um membro suplente, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração, suas funções, independência e data da primeira designação detalha-se como segue:

TITULAR	FUNÇÃO		INDEPENDÊNCIA	DATA PRIMEIRA DESIGNAÇÃO
José Reis da Silva Ramos	Presidente	Executivo	Não	29/01/2010
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	Vogal	Executivo	Não	30/03/1989
Salvador Acácio Martins Caetano	Vogal	Executivo	Não	30/03/1989
Miguel Pedro Caetano Ramos	Vogal	Executivo	Não	23/04/2010
Rui Manuel Machado Noronha Mendes	Vogal	Executivo	Não	23/04/2010
Matthew Peter Harrison	Vogal	Não Executivo	Não	27/08/2015
Nobuaki Fujii	Vogal	Não Executivo	Não	01/04/2016
Yoicho Sato	Vogal Suplente	Não Executivo	Não	23/01/2014

**18. Distinção dos membros executivos e não executivos do conselho de administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes.**

No ponto 17 da Parte I, encontram-se discriminados os administradores executivos e não executivos, bem como aqueles que são considerados independentes.

Os membros executivos do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. não podem ser considerados independentes, na medida em que a nomeação de todos eles corresponde a proposta por parte do principal acionista sendo os seus interesses alinhados com o mesmo.

Os membros não executivos não exercem qualquer outra função em sociedades residentes não existindo qualquer incompatibilidade no exercício das suas funções, não podendo, no entanto, também ser considerados independentes em virtude de representarem a Toyota Motor Europe, empresa detentora de 27% do capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A..

A avaliação da independência dos membros do Conselho de Administração realizada pelo órgão de administração tem por base o art.º 414º n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais.

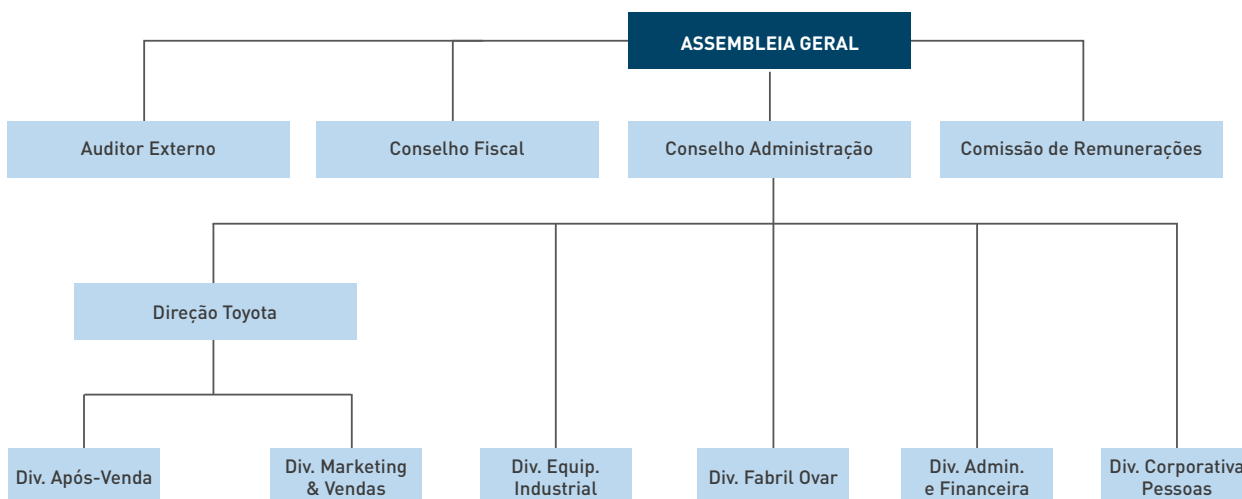
**19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do conselho de administração.**

Encontra-se divulgado em anexo (Anexo I) as qualificações profissionais dos membros executivos do Conselho de Administração.

**20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do conselho de administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.**

Atualmente nenhum membro do Conselho de Administração detém ações da Empresa. Todavia, refira-se que o processo de partilha de património do Sr. Salvador Fernandes Caetano encontra-se ainda em curso.

**21. Organograma relativo à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.**



## FUNCIONAMENTO

### Conselho de Administração

O Conselho de Administração delega competências num diretor responsável por cada uma das divisões identificadas no organograma acima, nomeadamente de gestão corrente e com os quais se reúne periodicamente para análise e acompanhamento da atividade desenvolvida. Refira-se que é elaborado um orçamento anual o qual é, no decurso do exercício, sujeito a controlo periódico levado a cabo pelo Conselho de Administração e pela Direção operacional da empresa.

Compete ao Conselho de Administração exercer os mais amplos poderes, representando a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, assim como praticar todos os atos tendentes à realização do objeto social e, em especial:

- Sem necessidade de deliberação dos acionistas, o Conselho de Administração pode criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, quer em Portugal, quer no estrangeiro;
- Instalar ou adquirir, manter, transferir ou encerrar estabelecimentos, fábricas, laboratórios, oficinas, depósitos ou armazéns;
- Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma ações e obrigações próprias, conforme deliberado em Assembleia Geral, adquirir bens imóveis e, com o parecer prévio do Conselho Fiscal, aliená-los;
- Negociar com quaisquer instituições de crédito, nomeadamente bancos, todas e quaisquer operações que entenda necessárias, designadamente contraindo empréstimos, nos termos, condições e forma que reputar conveniente;
- Movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, sacar, aceitar e endossar letras, livranças, cheques, extratos de faturas e outros quaisquer títulos de crédito;
- Confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações;
- Constituir mandatários da Sociedade;
- Desempenhar as demais funções previstas nos estatutos ou na lei;
- Assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos.

Os membros executivos do Conselho de Administração disponibilizam a todos os Órgãos Sociais, nomeadamente ao Conselho Fiscal e à Mesa da Assembleia Geral, informações por estes requeridas, nomeadamente convocatórias e atas das reuniões do Conselho, em tempo útil e de forma adequada ao requerido.

## Conselho Fiscal

Compete ao Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e dois suplentes, a fiscalização da administração, a verificação da regularidade das contas da Sociedade, registos contabilísticos e documentos de suporte e verificar a observância da lei e do contrato da Sociedade.

No âmbito da sua função de fiscalização o Conselho Fiscal supervisiona o processo de auditoria interna tendo acesso a todos os relatórios preparados os quais incluem, entre outras, matérias relacionadas com prestação de contas.

É também da sua competência indicar, representar a sociedade junto de e supervisionar a atividade e a independência do Auditor Externo, com ele interagindo diretamente nos termos das suas competências e normas de funcionamento.

### 22. Regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do conselho de administração.

A Empresa está a desenvolver esforços no sentido da criação e divulgação na página da Internet da Empresa dos regulamentos de funcionamento dos órgãos de administração e fiscalização.

### 23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do conselho de administração.

O Conselho de Administração reúne regularmente, sendo as suas deliberações válidas apenas quando esteja presente a maioria dos seus membros.

Durante o ano de 2016, o Conselho de Administração reuniu quatro vezes, estando as correspondentes atas registadas no livro de atas do Conselho de Administração, tendo estado presentes todos os seus membros.

### 24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A Assembleia Geral delegou na Comissão de Remunerações a definição das políticas remuneratórias a aplicar bem assim como a avaliação de desempenho dos membros do órgão de administração e informar a Assembleia Geral sobre as políticas propostas e o seu cumprimento.

A política de remunerações dos Órgãos de Administração é definida por uma Comissão de Remunerações independente, tendo por base os critérios que vão de encontro à capacidade de criação de valor acionista. Na definição do critério acima enunciado são tidos em consideração diversos fatores, entre os quais dados comparativos de mercado e dados macroeconómicos.

### 25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Conforme aprovado pela Comissão de Remunerações, a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração não está diretamente dependente da evolução da cotação das ações da Sociedade nem dos resultados obtidos.

No entanto, todos os titulares do Órgão de Administração estão dependentes dos resultados da sociedade na parte variável da sua remuneração anual, no que usualmente se designa como "Gratificação de Balanço" ou bónus anual, correspondente a um prémio de desempenho anual determinado tendo em consideração a avaliação realizada pela Comissão de Remunerações no âmbito das suas funções.

Em relação às políticas a serem seguidas relativamente à remuneração variável do órgão de Administração, estas têm dependido exclusivamente dos resultados anuais líquidos obtidos pela empresa, seguindo de alguma forma a política de distribuição de dividendos e de gratificação a colaboradores que tem sido aprovada em Assembleia Geral de Acionistas e que, em termos históricos e considerando o agregado total do Conselho de Administração, tem correspondido a cerca de 3% dos Resultados líquidos anuais, admitindo-se contudo alguma flexibilidade no intervalo de atribuição, o qual poderá descer aos 1,5% no seu limite inferior e nunca exceder os 4% no seu limite superior.

**26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.**

Os membros executivos do Conselho de Administração desempenham igualmente funções de administração nas seguintes empresas:

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
<b>Eng.º José Reis da Silva Ramos</b> Presidente do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Saltano – Invest. e Gestão, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Auto, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Renting, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Aeronautic, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Lusilectra – Veículos. e Equipamentos, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Auto CV, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano - Indústria (SGPS), S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Atlântica – Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Soc. Imobiliária Quinta da Fundega, Lda.	Gerente
	Movicargo - Serviços Aduaneiros, Lda.	Gerente
Crustacil – Comércio de Marisco, Lda.	Gerente	

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
<b>Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos</b> Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Atlântica - Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Poal - Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Auto Partner - Imobiliária, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Cociga – Construções Cíveis de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Covim - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Simoga - Sociedade Imobiliária de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Capital, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Saltano – Invest. e Gestão, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Auto, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga – Com. Int. e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano - Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Auto CV, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Crustacil – Comércio de Marisco, Lda.	Gerente
Maqtin - Comércio e Indústria de Máq. Ferramentas e Tintas, Lda.	Gerente	

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
<b>Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano</b> Vogal do Conselho de Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Caetano-Baviera – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano-Auto, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Tovicar – Sociedade de Com. de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Retail, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano City e Active (Norte), S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Fórmula, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Star, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Turispava – Soc. Turística Paivense, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Lavorauto - Administração Imb. E Cons. de Empresas, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.	Vice-Presidente do Cons. Adm.
	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Saltano – Invest. E Gestão, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Renting, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga – Com. Int. e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Cociga – Construções Civas de Gaia, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
Amorim Brito & Sardinha, Lda.	Gerente	
Maqtin - Comércio e Indústria de Máq. Ferramentas e Tintas, Lda.	Gerente	

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
<b>Engº Miguel Pedro Caetano Ramos</b> Vogal do Conselho de Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Globalwatt, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Vas África, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	VAS, Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Fórmula East África, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Equipamentos, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Fórmula West África, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Move África, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Squadra África, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Sol Green Watt, S.L.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetanolyrsa, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Vice-Presidente Cons. Adm.
	Ibericar, Sociedad Iberica del Automóvil, S.A.	Vice-Presidente Cons. Adm.
	Lidera Soluciones, S.L.	Vice-Presidente Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano - Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Capital (SGPS), S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Retail, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano - Auto, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Aeronautic, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Auto Partner - Imobiliária, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Indústria, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Ibericar Barcelona Premium, S.L.	Vogal do Cons. Adm.
	MAPFRE Seguros Gerais, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
Guerin - Rent - a - Car (Dois) LDA.	Gerente	
Robert Hudson, Limitada	Gerente	
Ibericar Centro Auto, S.L.	Gerente	
Simba Caetano Fórmula, Limited	Gerente	

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
<b>Dr. Rui Manuel Machado de Noronha Mendes</b> Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Caetanobus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Aeronautic, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Renting, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Indústria (SGPS), S.A.	Vogal do Cons. Adm.

Cumpra informar que os administradores executivos apenas exercem funções em órgãos de administração de empresas subsidiárias e participadas, direta ou indiretamente pelo que a sua disponibilidade é total.

Os membros não executivos não têm quaisquer funções de administração noutras empresas, desenvolvendo a sua atividade profissional na Toyota Motor Europe.

### Comissões no seio do órgão de administração

A informação prevista nos pontos 27 a 29 do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013 não é aplicável à Sociedade.

Considerando a composição do órgão de administração, o modelo de governo e a estrutura acionista da empresa, o Conselho de Administração não entende adequada às suas especificidades a criação de comissões especializadas.

## III. FISCALIZAÇÃO

### COMPOSIÇÃO

#### 30. Identificação do órgão de fiscalização.

O órgão de fiscalização adoptado de acordo com o modelo latino de governação da sociedade foi o Conselho Fiscal.

#### 31. Composição, consoante aplicável, do conselho fiscal.

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e dois suplentes.

O atual Conselho Fiscal foi eleito em 2015 por um período de 4 anos cessando o seu mandato em 2018, suas funções, independência e data da primeira designação detalha-se como segue:

TITULAR	FUNÇÃO	INDEPENDÊNCIA	Nº AÇÕES	DATA PRIMEIRA DESIGNAÇÃO
José Domingos da Silva Fernandes	Presidente	Sim	0	28/04/2011
Alberto Luís Lema Mandim	Vogal	Sim	0	27/04/2012
Daniel Broekhuizen	Vogal	Sim	0	28/04/2016
Maria Lívia Fernandes Alves	Suplente	Sim	0	27/04/2012
Kenichiro Makino	Suplente	Sim	0	28/04/2016

#### 32. Identificação dos membros do conselho fiscal que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC.

O Presidente do Conselho Fiscal e Vogais cumprem com as regras de incompatibilidade e independência previstas no n.º 1 do art.º 414-A e n.º 5 do art.º 414, respetivamente, do Código das Sociedades Comerciais sendo que adicionalmente o Conselho Fiscal procede a respetiva autoavaliação.

#### 33. Qualificações profissionais de cada um dos membros do conselho fiscal.

Os membros do Conselho de Fiscal possuem competências adequadas ao exercício das respectivas funções e o Presidente está adequadamente apoiado pelos restantes membros do Conselho Fiscal (Anexo I).

## FUNCIONAMENTO

### 34. Regulamento de funcionamento do conselho fiscal.

Os regulamentos de funcionamento dos órgãos de fiscalização não se encontram divulgados no sítio na Internet da sociedade.

#### Auditor Externo/Revisor Oficial de Contas

Nos termos dos artigos 420.º, número 1, alíneas c), d), e) e f) e 446.º, número 3 do Código das Sociedades Comerciais, ao Revisor Oficial de Contas compete verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, bem como, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título, e ainda a exatidão dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas e que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto também o Revisor Oficial de Contas passou a dever atestar se o relatório de governo da Sociedade divulgado anualmente inclui os elementos exigidos nos termos legais, designadamente, no que respeita às participações qualificadas no capital social da Sociedade, à identificação dos acionistas titulares de direitos especiais e descrição de tais direitos, a eventuais restrições em matéria de direito de voto, às regras aplicáveis à nomeação e substituição de administradores e à alteração dos Estatutos da Sociedade, aos poderes e deliberações do órgão de administração, e aos principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

### 35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do conselho fiscal.

O Conselho Fiscal reuniu quatro vezes durante o ano 2016, estando as correspondentes atas registadas no livro de atas do Conselho Fiscal, tendo estado presente todos os seus membros.

### 36. Disponibilidade de cada um dos membros do conselho fiscal com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daquele órgão.

Os membros do Conselho de Fiscal vêm desempenhando nos últimos cinco anos outras funções nas seguintes empresas:

José Domingos da Silva Fernandes

Presidente do Conselho Fiscal nas Sociedades

Caetano – Baviera – Comércio de automóveis, S.A. (Grupo Salvador Caetano)

Revisor Oficial de Contas nas Sociedades

Multiponto, S.A.

Summertime – Sociedade Imobiliária, S.A.

Convemaia – Sociedade Imobiliária, S.A.

BDS, SGPS, S.A.

Poliedro, SGPS, S.A.

ONIRAM – Sociedade Construtora de Máquinas Industriais, Lda.

Alberto Luís Lema Mandim

Vogal do Conselho Fiscal na Sociedade

Caetano Auto S.A.

Presidente do Conselho Fiscal na Sociedade

Fundação Salvador Caetano

Daniel Broekhuizen: não exerce qualquer cargo noutras Sociedades

Maria Livia Fernandes Alves

Vogal do Conselho Fiscal na Sociedade

Caetano Auto S.A.

Kenichiro Makino: não exerce qualquer cargo noutras Sociedades

## COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES

### 37. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

É competência indicar, representar a sociedade junto de e supervisionar a atividade e a independência do Auditor Externo, com ele interagindo diretamente nos termos das suas competências e normas de funcionamento, sendo o primeiro destinatário do Relatório do Auditor externo e o interlocutor da Empresa na relação com o último.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal é responsável por propor o prestador de serviços de auditoria externa, a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da Empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços. Por fim, o Conselho Fiscal avalia anualmente o Auditor Externo propondo à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.

### 38. Outras funções do órgão de fiscalização.

No que respeita a esta matéria, remete-se para o ponto 21 da Parte I.

## IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

### 39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

Revisor Oficial de Contas na pessoa de José Pereira Alves em representação da empresa PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, inscrita sob o nº 9077 na CMVM.

### 40. Número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

O atual Revisor Oficial de Contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade desde 2010.

### 41. Outros serviços prestados pelo revisor oficial de contas à sociedade.

Os outros serviços prestados pelo revisor oficial compreendem a verificação de documentação de suporte do projeto de investimento enquadrado no Sistema de Incentivos à Investigação & Desenvolvimento do Programa Operacional do QREN, verificação dos valores comunicados nos relatórios de faturação no âmbito do cumprimento das obrigações contratuais decorrentes do contrato celebrado ao abrigo do Acordo Quadro- Veículos Automóveis e Motociclos no âmbito das competências da Agência de Compras Públicas e certificação da declaração anual relativo aos pneus introduzidos no território português referente ao exercício de 2015

O Conselho de Administração, na solicitação dos projetos, assegura antes da adjudicação, que aos auditores e sua respetiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de maio de 2002, possam por em causa a sua independência.

## V. AUDITOR EXTERNO

### 42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

A Empresa PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda é o auditor externo da sociedade e o sócio Revisor Oficial de Contas na pessoa de José Miguel Dantas Maio Marques em representação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, registo na CMVM nº 9077.



**43. Número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.**

O auditor externo exerce funções consecutivamente junto da Sociedade desde 2010.

**44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.**

Não se encontra definida internamente qualquer política de rotação obrigatória do Auditor Externo, para além da legalmente aplicável às entidades de interesse público, sendo o período de rotação obrigatória do sócio revisor oficial de contas que representa o Auditor Externo no cumprimento dessas funções o decorrente da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (7 anos).

**45. Órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.**

O Conselho Fiscal procede anualmente a uma avaliação do trabalho do Auditor Externo, garantindo que o disposto no artigo 54º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro (alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro), relativamente à rotação do sócio responsável pela execução do trabalho é cumprido.

**46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.**

Os trabalhos, que não revisão de contas, prestados pelo auditor externo à Empresa foram essencialmente serviços de garantia de fiabilidade.

O Conselho de Administração, na solicitação dos projetos, assegura antes da adjudicação, que aos auditores e sua respetiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de maio de 2002, possam por em causa a sua independência.

**47. Montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante a cada tipo de serviços.**

As remunerações pagas aos nossos auditores e a outras pessoas coletivas pertencentes à mesma rede, pelas empresas em relação de domínio ou de grupo ascendem a 63.170 Euros, distribuídas da seguinte forma:

	€	%
<b>Pela Sociedade</b>		
Valor dos serviços de revisão de contas	29.500	46%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	3.500	6%
<b>Por entidades que integrem o grupo</b>		
Valor dos serviços de revisão de contas	30.170	48%

## C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

### I. ESTATUTOS

#### 48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade.

A alteração de estatutos da sociedade só é possível mediante aprovação em Assembleia Geral por maioria de 75% do capital social.

Se, para deliberar sobre o assunto referido no número anterior, em primeira convocatória não se encontrar presente a maioria aí exigida, a Assembleia Geral, para deliberar sobre os mesmos assuntos, funcionará quinze dias após, em segunda convocatória, e exigindo-se que a respetiva decisão seja votada por uma maioria de setenta e cinco por cento dos votos dos acionistas presentes ou representados.

### II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

#### 49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na Sociedade.

A comunicação de irregularidades deverá ser feita através de entrega de documento escrito ou por e-mail interno dirigido ao representante das relações com o mercado (Ponto 57 Parte I). Este, por sua vez, despoletará todas as medidas de análise e verificação de factos comunicados, mantendo, se requerido, a confidencialidade da informação inicial e reportando em primeiro lugar as conclusões obtidas ao Conselho de Administração, o qual por sua vez ponderará a comunicação ao mercado, dentro dos parâmetros legalmente estabelecidos, caso seja entendida a necessidade da sua divulgação.

Essas comunicações são arquivadas durante um período mínimo de cinco anos e, se solicitadas, encontram-se à disposição dos Auditores.

### III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

#### 50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Na Toyota Caetano Portugal, S.A., o controlo dos riscos inerentes à atividade é efetuado diretamente pelo Conselho de Administração e avaliado anualmente pelo Conselho Fiscal.

#### 51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

A Empresa produz informação financeira com regularidade, sendo que toda a informação de gestão produzida, tanto para uso interno como para divulgação a outras entidades, é preparada com base em sistemas informáticos.

O Conselho de Administração da Empresa delega competências nos diretores responsáveis por cada uma das divisões da empresa com os quais se reúne periodicamente para análise e acompanhamento da informação financeira desenvolvida sujeita a controlo periódico levado a cabo pelo Conselho de Administração e pela Direção operacional da empresa.

Organograma contido no ponto 21 da parte I.

#### 52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Não existem outras áreas funcionais com competência no controlo de riscos além das referidas em III.50.

### **53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.**

No desenvolvimento das suas atividades, a Toyota Caetano está sujeita, em cada uma das suas áreas de negócio ou das suas participadas, a uma multiplicidade de riscos, que se identificaram com o objetivo de os mitigar e controlar.

#### **Créditos sobre clientes**

O risco de crédito, na Toyota Caetano, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional isto é, o risco de um cliente pagar mais tarde ou não pagar os bens adquiridos essencialmente por falta de liquidez. O principal objetivo da gestão de risco de crédito, na Toyota Caetano, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

#### **Risco de Taxa de Juro**

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço Consolidado, e dos consequentes cash flows de pagamento de juros, a Toyota Caetano encontra-se exposta a risco de taxa de juro.

#### **Risco de Taxa de Câmbio**

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, com subsidiárias localizadas em Cabo Verde, o risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

#### **Risco de Liquidez**

A gestão de risco de liquidez, na Toyota Caetano, tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

### **54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.**

#### **Créditos sobre clientes**

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a Toyota Caetano têm:

- Constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do Risco de Crédito;
- Implementados processos e procedimentos pró-ativos de gestão de crédito sempre suportados por sistemas de informação;
- Mecanismos de cobertura (seguros de crédito, cartas de crédito, etc).

#### **Risco de Taxa de Juro**

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

#### **Risco de Taxa de Câmbio**

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação. A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de câmbio.

**Risco de Liquidez**

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano compreende os seguintes aspetos:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos;
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor/minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

- a) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- b) Diversificação de fontes de financiamento;
- c) Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- d) Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de “commitment fees” suportados.

**55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245.º-a,n.º 1, al. M).**

Refira-se adicionalmente que a gestão dos riscos anteriormente enunciados contempla:

- análises de sensibilidade (mensuração de impactos potenciais em função da probabilidade de ocorrência de cada risco);
- alinhamento estratégico da sociedade em função dos riscos efetivamente incorridos;
- mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia;
- mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema de alerta de risco.

**IV. APOIO AO INVESTIDOR****56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.**

Embora não exista formalmente instituído um Gabinete de Apoio ao Investidor, esta função é assegurada pelo representante para as relações com o mercado. Sempre que necessário, o representante assegura a prestação ao mercado de toda a informação relevante no tocante a acontecimentos marcantes, factos enquadráveis como factos relevantes, divulgação trimestral de resultados e resposta a eventuais pedidos de esclarecimento por parte dos investidores ou público em geral sobre informação financeira de carácter público.

**57. Representante para as relações com o mercado.**

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Telefone: 227867203

E-mail: rmendes@toyotacaetano.pt

**58. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.**

O representante para as relações com o mercado recebe chamadas diariamente, com várias questões, incluindo esclarecimentos sobre os dividendos, assembleias gerais e outros, geralmente respondidas de imediato, quando a informação é pública.

**V. SITIO DE INTERNET****59. Endereço**

A página da Internet da Empresa, [www.toyotacaetano.pt](http://www.toyotacaetano.pt), encontra-se disponível em português e inglês, de acordo com a recomendação VI.1 da CMVM.

**60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do código das sociedades comerciais.**

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Sociedade”, onde se encontra publicada informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;

**61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.**

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Sociedade”, onde se encontra publicada informação relativo a “Estatutos”.

**62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do gabinete de apoio ao investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.**

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Sociedade”, onde se encontra publicada informação sobre a composição dos Órgãos Sociais.

Também na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores” existe um separador relativo a “Apoio ao Investidor”, onde se encontra publicada informação sobre a identidade do representante para as relações como o mercado, com os investidores, bem como os contactos.

**63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.**

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Relatórios e Contas”, onde se encontra divulgado os documentos de prestação de contas que permanecem acessíveis durante cinco anos

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Calendários e Eventos” onde se encontra disponível o calendário de eventos societários.

**64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.**

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Assembleias Gerais” onde encontramos a divulgação da convocatória, propostas de deliberação e ata da assembleia geral.

**65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.**

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Assembleias Gerais” onde encontramos um acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 7 anos antecedentes.

**D. REMUNERAÇÕES****I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO****66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.**

A política de remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização é definida por uma Comissão de Remunerações independente, tendo por base os critérios que vão de encontro à capacidade de criação de valor acionista. Na definição do critério acima enunciado são tidos em consideração diversos fatores entre os quais dados comparativos de mercado e dados macroeconómicos.

**II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES****67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.**

A Comissão de Remunerações é composta pelos seguintes membros:

- Alberto Luís Lema Mandim
- Francelim Costa da Silva Graça
- Maria Conceição Monteiro Silva

**68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.**

A experiência profissional dos membros da Comissão de Remunerações permite-lhes exercer as suas responsabilidades de forma eficaz, salvaguardando o interesse da Empresa. Refira-se a este propósito a antiguidade dos membros da Comissão no exercício das suas funções.

A Comissão de Remunerações não contratou para a apoiar a no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade.

### III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

#### 69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

A política de remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização é definida por uma Comissão de Remunerações independente, tendo por base os critérios que vão de encontro à capacidade de criação de valor acionista. Na definição do critério acima enunciado são tidos em consideração diversos fatores entre os quais dados comparativos de mercado e dados macroeconómicos.

A política de remunerações dos diretores responsáveis por cada uma das divisões identificadas no organigrama funcional da Empresa apresentado neste relatório está estruturada num equilíbrio entre o nível de responsabilidade, na parte fixa, e o desempenho em relação aos objetivos traçados quer ao nível do acompanhamento orçamental, quer pelo resultado de projetos pré-acordados, na parte variável.

#### 70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

Conforme declaração da Comissão de Remunerações anexa (Anexo II), existem mecanismos instituídos na Empresa que permitem o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de Administração com os interesses da sociedade

#### 71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

Conforme aprovado pela Comissão de Remunerações a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração não está directamente dependente da evolução da cotação das ações da Sociedade nem dos resultados obtidos.

#### 72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Não houve diferimento do pagamento da componente variável.

#### 73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações.

Não há atribuição de remuneração variável em ações e tendo em conta o modelo de remunerações os membros do órgão de administração da empresa não celebraram contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, destinados a mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração.

Não existe qualquer acordo celebrado pelos membros dos órgãos de administração para a atribuição de remuneração variável em acções.

Não existe qualquer acordo celebrado pelos membros dos órgãos de administração que tenha por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que for fixada pela sociedade.

#### 74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções.

Não há atribuição de remuneração variável em opções.

## 75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

Todos os titulares do Órgão de Administração estão dependentes dos resultados da sociedade na parte variável da sua remuneração anual, no que usualmente se designa como “Gratificação de Balanço” ou bônus anual, correspondente a um prémio de desempenho anual determinado tendo em consideração a avaliação realizada pela Comissão de Remunerações no âmbito das suas funções.

## 76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (em conjunto com outras associadas) constituiu um fundo de pensões por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988. Este Fundo de Pensões constituído previa, inicialmente, enquanto a Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores pudessem vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Face à conjuntura económica, a 1 de janeiro de 2008, procedeu-se a alterações nas condições do Fundo de Pensões Salvador Caetano, as quais passaram resumidamente pelas seguintes alterações:

- manutenção de um regime de Benefício Definido (20% do salário pensionável da Segurança Social) à data de reforma (65 anos) para os atuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os atuais trabalhadores dos associados do Grupo Salvador Caetano e que, à data de 1 de janeiro de 2008, tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço;
- um Plano de Contribuição Definida para o restante universo de trabalhadores.

Os membros do Conselho de Administração beneficiam do Fundo de Pensões Salvador Caetano desde que cumprindo todos os requisitos exigidos para qualquer outro colaborador de uma das empresas do universo constante do Fundo de Pensões.

Atualmente, o Fundo de Pensões abrange os membros do Conselho de Administração que se encontrem nas condições acima referidas.

## IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

A informação infra abrange os pontos 77 a 81 da Parte I do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. durante o exercício de 2016, no exercício das suas funções na Empresa e em Empresas do Grupo foram como segue:

REMUNERAÇÕES	PARTE FIXA		PARTE VARIÁVEL		TOTAL
	EMPRESA	EMPRESAS GRUPO TOYOTA	EMPRESA	EMPRESAS GRUPO TOYOTA	
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>					
José Reis da Silva Ramos	152.618	0	0	0	152.618
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	112.175	285.712	0	0	397.887
Salvador Acácio Martins Caetano	0	0	0	0	0
Rui Manuel Machado Noronha Mendes	82.390	0	0	0	82.390
Miguel Pedro Caetano Ramos	0	0	0	0	0
Matthew Peter Harrison	0	0	0	0	0
Nobuaki Fujii	0	0	0	0	0
Yoicho Sato	0	0	0	0	0
<b>CONSELHO FISCAL</b>					
José Domingos da Silva Fernandes	4.900	0	0	0	4.900
Alberto Luís Lema Mandim	3.500	0	0	0	3.500
Daniel Broekhuizen	0	0	0	0	0
Maria Lívia Fernandes Alves	0	0	0	0	0
Kenichiro Makino	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>355.583</b>	<b>285.712</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>641.295</b>



Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não ocorreu cessação de funções de nenhum administrador executivo pelo que não houve lugar a qualquer pagamento ou é devido qualquer pagamento de indemnizações.

## **82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da Mesa da Assembleia Geral.**

A remuneração do Presidente e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral é constituída por um montante fixo, correspondente à presença efetiva nas reuniões ocorridas durante 2016. Em 2016, o Presidente e o Vice-Presidente da Assembleia Geral não auferiram quaisquer remunerações.

## **V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS**

A informação prevista nos pontos 83 e 84 do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013 não é aplicável à Sociedade.

Não existem acordos para o pagamento de qualquer compensação, além da legalmente devida, se a cessação ou destituição for devida a desadequado desempenho do administrador bem como que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

## **VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES**

A informação prevista nos pontos 85 a 87 do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013 não é aplicável à Sociedade, uma vez que a Sociedade não adotou quaisquer planos de atribuição de ações nem quaisquer planos de atribuição de opções de aquisição de ações aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores.

## **E. TRANSAÇÕES COM PARTE RELACIONADAS**

### **I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO**

#### **89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remette-se para o conceito resultante da IAS 24).**

Durante o exercício de 2016, não foram realizados negócios e operações entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.

#### **90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.**

Dado que todas as transações realizadas, entre sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, foram realizadas nas condições normais de mercado não houve transações sujeitas a controlo.

#### **91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do código VM.**

O Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, de acordo com os pontos anteriores, não procedeu a avaliação prévia dos negócios realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários

## II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

### 92. Local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas.

Os negócios com partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 36 às demonstrações financeiras consolidadas do Relatório e Contas 2016.

## PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

### 1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adotado

O Relatório foi elaborado no cumprimento das orientações constantes do Regulamento da CMVM n.º 4/2013 de 18 julho.

O Relatório encontra-se disponível no sítio da Empresa em [www.toyotacaetano.pt](http://www.toyotacaetano.pt), bem como no domínio da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt).

### 2. Análise do cumprimento do Código de governo das sociedades adotado

RECOMENDAÇÃO DA CMVM	CUMPRIMENTO	RELATÓRIO
<b>I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE</b>		
I.1. As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.	Sim	Ponto 12
I.2. As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Não	Ponto 12
I.3. As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.	Sim	Ponto 12
I.4. Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não	Ponto 12
I.5. Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Sim	Ponto 12
<b>II.1. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO</b>		
<b>II.1. SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO</b>		
II.1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Sim	Ponto 21
II.1.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Sim	Ponto 21

RECOMENDAÇÃO DA CMVM	CUMPRIMENTO	RELATÓRIO
II.1.3. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.	Não aplicável	
II.1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; b) Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.	Não aplicável	
II.1.5. O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.	Sim	Ponto 50
II.1.6. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.	Não	Ponto 17
II.1.7. Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo free float. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.	Não	Ponto 18
II.1.8. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Sim	Ponto 21
II.1.9. O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Sim	Ponto 21
II.1.10. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Não	Ponto 18
<b>II.2. FISCALIZAÇÃO</b>		
II.2.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Sim	Ponto 32
II.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Sim	Ponto 21

RECOMENDAÇÃO DA CMVM	CUMPRIMENTO	RELATÓRIO
II.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Sim	Ponto 45
II.2.4. O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Sim	Ponto 21
II.2.5. A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.	Sim	Ponto 21
<b>II.3. FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES</b>		
II.3.1. Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Não	Ponto 68
II.3.2. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Sim	Ponto 68
II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deverá conter, adicionalmente: a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais; b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos; d) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.	Não	Ponto 69
I.3.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.	Não aplicável	
II.3.5. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.	Sim	Ponto 76
<b>III. REMUNERAÇÕES</b>		
III.1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.	Sim	Ponto 70
III.2. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Sim	Ponto 77
III.3. A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.	Não	Ponto 69
III.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.	Não	Ponto 72
III.5. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.	Não aplicável	Ponto 73
III.6. Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não aplicável	
III.7. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	

RECOMENDAÇÃO DA CMVM	CUMPRIMENTO	RELATÓRIO
III.8. Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.	Não	
<b>IV. AUDITORIA</b>		
IV.1. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Sim	Ponto 34
IV.2. A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Sim	Ponto 47
IV.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Sim	Ponto 44
<b>V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS</b>		
V.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Sim	Ponto 89
V.2. O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.	Não	Ponto 89
<b>VI. INFORMAÇÃO</b>		
VI.1. As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.	Sim	Ponto 59 a 65
VI.2. As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.	Sim	Ponto 56

Relativamente às recomendações que não são cumpridas cumpre-nos informar o seguinte:

I.2. Embora não estando fixado um quórum constitutivo superior ao previsto na lei, encontram-se definidas nos Estatutos da Empresa um conjunto de deliberações, conforme o transcrito nos pontos 12 a 14 do Relatório, as quais obrigam a um quórum mínimo de 75% do capital social da Empresa, superior ao previsto na lei.

I.4. Como referido nos pontos 12 a 14 a cada grupo de cem ações corresponde um voto, não estando contemplado nos estatutos da Empresa o dever de sujeitar de cinco em cinco anos à alteração da norma estatutária em Assembleia Geral.

II.1.4. O Conselho de Administração não viu necessidade de criação de comissões específicas para avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global e refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

II.1.6. O Conselho de Administração é constituído por um total de sete membros e um membro suplente, dos quais três são não executivos (ver ponto 17 do Relatório para mais detalhe relativo à composição do Conselho), representando, o número de não executivos, 29% do total dos administradores.

II.1.7. Os membros não executivos do Conselho de Administração (2 num total de 7 membros), nomeados pela Toyota Motor Europe, não podem ser considerados independentes.

II.1.10. O presidente do conselho de administração exerce funções executivas e como referido no ponto 18 nenhum membro não executivo é independente.

II.3.1. Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente não podem ser considerados independentes dada a antiguidade no exercício das suas funções.

II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização efetuada pela Comissão de Remunerações tal como descrita no ponto 69 não contempla deliberações sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

III.3. Não estão fixados limites máximos para as componentes fixa e variável da remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

III.4. Conforme descrito no Ponto 72, a remuneração variável não depende de uma política de médio e longo prazo de maximização dos resultados da Empresa.

III.8. A sociedade não dispõe dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.

V.2. O Conselho Fiscal no âmbito das suas competências não procedeu à avaliação prévia dos negócios realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, uma vez que considera que os mesmos foram realizados em condições normais de mercado.

## ANEXO I

### CURRICULUM VITAE

Nome: **José Reis da Silva Ramos**

Data e local de nascimento: 15 de agosto de 1946, em Vila Nova De Gaia.

Estado civil: Casado

Residência: Alameda Senhor da Pedra, 262, Miramar Arcozelo, Vila Nova de Gaia

Habilitações: Licenciado em Engenharia Metalúrgica

Atividade profissional: Administrador de Sociedades

Nome: **Maria Angelina Martins Caetano Ramos**

Data e local de nascimento: 18 de agosto de 1949, em Vila Nova de Gaia.

Estado civil: Casada

Residência: Alameda Senhor da Pedra, 262, Miramar Arcozelo, Vila Nova de Gaia

Habilitações: Licenciada em Economia

Atividade profissional: Administrador de Sociedades

Nome: **Salvador Acácio Martins Caetano**

Data e local de nascimento: 30 de janeiro de 1955, em Vila Nova de Gaia.

Estado civil: Casado

Residência: Rua Moreira Lobo, 80, Miramar Arcozelo, Vila Nova de Gaia

Habilitações: Licenciado em Engenharia

Atividade profissional: Administrador de Sociedades

Nome: **Miguel Pedro Caetano Ramos**

Data e local de nascimento: 26 de setembro de 1971, em Vila Nova de Gaia.

Estado civil: Casado

Residência: C Carnicero Edif. Puerto Chico, 5 P04 B, Torremolinos – Malaga - Espanha

Habilitações: Licenciado em Engenharia Mecânica

Atividade profissional: Administrador de Sociedades

Nome: **Rui Manuel Machado Noronha Mendes**

Data e local de nascimento: 8 de agosto de 1954, Em Leça da Palmeira - Matosinhos.

Estado civil: Casado

Residência: Rua Dr. Manuel Rodrigues de Sousa, 64 – 6º Esq. - Matosinhos

Habilitações: Licenciado em Economia

Atividade profissional: Administrador de Sociedades

Nome: **José Domingos Silva Fernandes**

Data e local de nascimento: 28 de março de 1951, em Cedofeita - Porto.

Estado civil: Casado

Domicílio profissional: Rua Cunha Júnior, 41 – B, 1º Sala 4 4250-186 Porto

Habilitações:

- 1970 Curso de Contabilista, do Ex-Instituto Comercial do Porto
- 1975 Licenciatura em Economia – Universidade do Porto

Experiência profissional:

- 1975 – 1993 Técnico da Inspeção Geral de Finanças
  - 1987 – 2011 Docente no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
- Desde 1982 inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo exercido essas funções em diversas entidades.
- 2001 – 2005 Presidente do Conselho disciplinar da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
- Exerceu as funções de Presidente do Conselho Fiscal LPFP – Liga Portuguesa de Futebol Profissional

Atualmente

- 1) exerce as funções de Presidente do Conselho Fiscal, noutras Entidades:  
CAETANO - BAVIERA - Comércio de Automóveis, S.A. (Grupo Salvador Caetano)
- 2) exerce as funções de Revisor Oficial de Contas, nas seguintes entidades  
MULTIPONTO, S.A.  
SUMMERTIME - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.  
CONVEMAIA - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.  
BDS, SGPS, S.A.  
POLIEDRO, SGPS, S.A.  
ONIRAM - SOCIEDADE CONSTRUTORA DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Nome: **Maria Lívia Fernandes Alves**

Data e local de nascimento: 31 de janeiro de 1945, em Nine – Vila Nova de Famalicão.

Estado civil: Divorciada

Residência: Rua Amorim Girão, 161, 1º Dtº, 4460-209 Senhora da Hora

Habilitações: Curso Geral de Comércio



Nome: **Alberto Luís Lema Mandim**

Data e local de nascimento: 5 de julho de 1939, em Ermesinde-Valongo.

Estado civil: Casado

Residência: Rua da Boavista Nº 53, 4445-349 Ermesinde

Habilitações:

- 1964 Curso de Contabilista, do Ex-Instituto Comercial do Porto
- 1966 Técnico Oficial de Contas; Membro nº 3927 da OTOC
- 1968 Programação em Fortran (EDP)
- 1981 Programação em RPG (IBM)
- 1990 Análise de Sistemas Informação (IBM)
- 2008 Avaliação de Empresas (CTOC)

Experiência profissional:

- 1961 – 1964 Empregado Bancário Banco Espírito Santo
- 1964 – 1966 Responsável pela Contabilidade e Pessoal MOTO MECA RL
- 1966 – 1979 Dir. Administ. e Financeiro SOC. CONSTRUÇÕES SOARES DA COSTA, S.A.
- 1979 – 1999 Diretor da Divisão Administrativa e Adjunto da Administração

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A..

- 2000 – 2005 Adjunto da Administração e Administrador

RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, S.A.

- 2005 – 2007 Administrador INFORAUTO - CONSULTORIA E INFORMÁTICA DE GESTÃO, S.A.
- 2003 – 2012 Vice-Presidente Conselho de Administração SALVADOR CAETANO CAPITAL S.G.P.S., S.A.
- 2005 – 2011 Vogal Conselho de Administração CAETSU PUBLICIDADE S.A.
- 2006 Vogal do Conselho Fiscal CAETANO AUTO, S.A.
- 2010 Vogal do Conselho Fiscal FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO.

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

A Comissão de Remunerações da sociedade Toyota Caetano Portugal, S.A. vem declarar o seguinte:

#### a) Cumprimento da Política de Remunerações definida para o Exercício de 2015:

Analisados todos os elementos contabilísticos e demais registos da Toyota Caetano Portugal, foi por esta Comissão constatado que não ocorreu qualquer alteração remuneratória dos elementos dos órgãos sociais durante o exercício de 2015, tendo assim sido cumprida a proposta desta Comissão aprovada na Assembleia Geral de 30 de abril de 2015.

#### b) Política de Remuneração a aplicar durante o Exercício de 2016:

Face à conjuntura económica atual e atendendo às previsões de atividade e resultados para o exercício de 2016, fornecidas pela Administração da Sociedade, é entendimento desta Comissão que devem ser mantidos os valores remuneratórios de natureza fixa para todos os elementos dos Órgãos Sociais até ao terminus do mandato que agora se inicia e caso estes mantenham funções executivas.

Contudo, esta Comissão admite a possibilidade de rever a política agora definida, como medida estratégica de adaptação à evolução da conjuntura económica e dos seus impactos no setor automóvel.

Para os elementos não executivos é parecer desta Comissão que os mesmos não devem auferir qualquer remuneração, a exemplo, aliás, da prática até agora seguida.

Quanto à remuneração variável dos elementos executivos do Conselho de Administração, esta tem vindo a ser atribuída em função dos resultados obtidos pela Sociedade, conjugando-se com a política de distribuição de dividendos aos Acionistas e de gratificações a pagar aos Colaboradores.

Em 2015, ao não ter sido atribuída esta componente de remuneração, foi cumprida a proposta desta Comissão de não ultrapassar os 2% dos resultados distribuíveis.

Assim sendo e reportando-se à alínea b) do número 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, vem esta Comissão de Remunerações propor a manutenção do critério estipulado para 2016, ou seja, que a remuneração variável dos membros Executivos do Conselho de Administração não exceda os 2% dos resultados distribuíveis apurados no exercício de 2015.

A decisão de atribuição de Remuneração Variável em função dos resultados obtidos tem implícita a verificação do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de Administração com os interesses da Sociedade, sendo, portanto, um dos mecanismos a ser enquadrado na alínea a) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho e, simultaneamente, dando resposta à alínea e) do mesmo artigo, garantindo a limitação da remuneração variável no caso dos resultados apurados serem de natureza negativa.

Tendo em vista a informação relativa à alínea c) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, cumpre-nos atestar a não existência de qualquer plano de atribuição de ações ou opção de aquisição de ações por parte dos membros dos órgãos de Administração e fiscalização, sendo proposta desta Comissão a manutenção deste critério.

A prática da empresa nos timings de pagamentos anuais deve, segundo nossa opinião, manter-se, sendo portanto de excluir a possibilidade elencada na alínea d) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009.

#### A Comissão de Remunerações

Alberto Luís Lema Mandim

Maria Conceição Monteiro da Silva

Francelim Costa da Silva Graça



Toyota Caetano Portugal, S.A.